UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO

ROBERTA MEDEIROS FERREIRA

O DISCURSO DO PROTAGONISMO JUVENIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: O PROJETO AGENTE JOVEM E A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES JUVENIS

RECIFE

ROBERTA MEDEIROS FERREIRA

O DISCURSO DO PROTAGONISMO JUVENIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: O PROJETO AGENTE JOVEM E A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES JUVENIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Alexandre Simão de Freitas

RECIFE

Ferreira, Roberta Medeiros

O discurso do protagonismo juvenil e as políticas públicas de juventude: o projeto agente jovem e a formação das identidades juvenis/ Roberta Medeiros Ferreira. – Recife: O Autor, 2010.

96 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CE. Educação, 2010.

1. Protagonismo juvenil. 2. Política pública de juventude. 3. Projeto agente jovem. I. Título.

37 CDU (2.ed.) UFPE 305.235 CDD (22.ed.) CE2010-27

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO CENTRO DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

"O DISCURSO DO PROTAGONISMO JUVENIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: o Projeto Agente Jovem e a formação de identidades juvenis"

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Alexandre Simão De Freitas

1ª Examinador/Presidente

Profa. Dra. Jaileila De Araújo Menezes-Santos

2ª Examinadora

Profa. Dra. Rodngela Tenório De Carvalho

3ª Examinador

RECIFE, 12 de março de 2010.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais que ao perceberem na educação a maior riqueza que podem me oferecer, me encaminharam por este caminho de busca pelo saber. E juntos enfrentamos os obstáculos que encontramos ao longo de minha formação acadêmica e de meus dias.

AGRADECIMENTOS

Na luta o mais importante não é a vitória alcançada, mas o processo de lutas que nos conduz até ela, pois, é nele que crescemos. Ao longo da minha jornada acadêmica na busca pela vitória que corresponde ao aprendizado contei com a ajuda de amigos, professores e em especial meus pais. Por isso, neste momento quero agradecer a todos pela presença e força.

Agradeço a meu Orientador Alexandre Simão de Freitas por acreditar que sou capaz e desta forma, embarcar comigo nessa luta pelo meu aprendizado, sendo para mim exemplo de profissional e cidadão. Aos profissionais que trabalham no Programa de Pós-Graduação em Educação Shirley e Morgana pela paciência e carinho com que sempre me receberam, bem como a todos os professores deste programa que muito contribuíram para o meu aprendizado. A Cynthia amiga que me acompanhou durante os anos de estudos e que foi muito importante para a conclusão deste trabalho, com suas palavras de apoio e pelas horas ao meu lado. A Rossana minha companheira de viagem e a todos os companheiros que participaram comigo do Grupo de Pesquisa. A meu esposo Alysson pela constante companhia, auxílio e carinho tão importantes nos meus momentos de angustia, stress e ansiedade. A meus pais Maria Salete e Aguinaldo por ambos serem a força que necessito para seguir atrás dos meus sonhos e tornálos realidade. A minha irmã Rosana pelos seus conselhos e por me escutar pacientemente tornando meus desabafos momentos de troca e crescimento. A meu filho amado Matheus que tornou possível meu amadurecimento e deu novo sentido a minha luta pelo aprendizado e crescimento profissional.

Hoje, percebo que a luta em busca do saber é contínua e árdua sendo por isso acompanhada de dedicação, empenho e esforço. O meu crescimento e a condução das minhas atividades me fez passar por momentos de superação dos meus limites e dificuldades. Ao concluir este estudo vejo não o fim de uma caminhada, mas o início de um processo de transformação interior na medida em que a partir dele novos questionamentos e reflexões surgiram.

Agradeço a todos.

RESUMO

Este trabalho disserta sobre o discurso do protagonismo juvenil presente nas produções acadêmicas, na mídia e, em especial, nas políticas públicas de juventude. O estudo toma como referência o pensamento de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, tendo em vista compreender como a articulação discursiva da noção de protagonismo implica a instauração de imagens ambivalentes a respeito das identidades juvenis, sobretudo das identidades daqueles jovens que são abordados como público alvo das políticas de juventude. Mais especificamente, nossa preocupação se concentrou na apreensão de uma espécie de discurso flutuante presente nos documentos que materializam o Projeto Agente Jovem, buscando analisar as nuance do tratamento político que vem sendo dado, pelas políticas governamentais, aos jovens pobres de nosso País. Para tanto, inicialmente, discorremos sobre as categorias de discurso, política, hegemonia e identidade no pensamento de E. Laclau (2000). Em seguida, através de uma pesquisa documental, mapeamos os sentidos atribuídos ao protagonismo juvenil e a forma como esses sentidos contribuem para uma alteração nas representações que historicamente foram sendo construídas sobre as identidades dos segmentos juvenis das periferias urbanas. Por fim, nos limites estreitos que nos colocamos para o desenvolvimento dessa pesquisa, podemos afirmar que o discurso do protagonismo, presente nas políticas governamentais e em especial no Projeto Agente Jovem, tende a homogeneizar a compreensão das identidades juvenis. E, consequentemente, também, os problemas que afetam os diferentes grupos juvenis, omitindo conflitos e desigualdades, além de responsabilizar os jovens pela própria mudança que as políticas pretendem lhe oferecer.

Palavras-chave: Protagonismo Juvenil, Política Pública de Juventude, Projeto Agente Jovem

ABSTRACT

This work he discusses the role of youth discourse in this academic productions, the media and, in particular, public policies on youth. The study takes as reference the thought of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, in order to understand how the discursive articulation of the concept of ownership means creating images ambivalent about the youth identities, especially identities of those people who are addressed as the target youth policies. More specifically, our concern has focused on the apprehension of one kind of speech in this floating documents substantiating the Projeto Agente Jovem, trying to analyze the nuances of the political treatment that has been given by government policies, the young people of our country for both Initially, we talked about the categories of speech, political hegemony and identity in the thought of E. Laclau (2000). Then, through documentary research, mapping the meanings attributed to the role youth and how these senses contribute to a change in the representations that have historically been determined based on the identities of the youth sectors of urban neighborhoods. Finally, within the narrow limits that we put ourselves to the development of this research, we can say that the discourse of ownership, present government policies and in particular the Projeto Agente Jovem tends to homogenize the understanding of youth identities. And hence, too, the problems affecting the different youth groups, omitting conflicts and inequalities, and empowering youth by itself change the policies that aim to offer you.

Keywords: Juvenile Leadership, Public Policy for Youth, Young Agent Project

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTUAL SOBRE A EXISTÊNCIA DE MAIS COISAS BOAS OU RUINS EM SER	
JOVEM	31
GRÁFICO 2 - VALORES INDIVIDUALIZADOS DAS AÇÕES DE CONCESSÕES DE BOLSA E DE	
CAPITAÇÃO, AO LONGO DE 2003 A 2006	63
GRÁFICO 3 - PERFIL DOS ORIENTADORES SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS	75
GRÁFICO 4 - EXISTE CONSELHO QUE REPRESENTE OS DIREITOS DOS JOVENS NO MUNICÍPIO	? 81
GRÁFICO 5 - OPINIÃO SOBRE A INFLUÊNCIA QUE O JOVEM EXERCE NAS POLÍTICAS	
GRÁFICO 6 - OPINIÃO SOBRE A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NA VIDA DO JOVEM	84
LISTA DE TABELAS	
TABELA 1 - OBJETIVOS DAS INICIATIVAS	61
TABELA 2 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DAS AÇÕES DO PROJETO AGENTE JOVEM	68
TABELA 3 - SITUAÇÃO ATUAL DE ESCOLARIDADE	76
TABELA 4 - ÚLTIMA SÉRIE COMPLETA COM APROVAÇÃO POR CLASSE SOCIAL	77
TABELA 5 - PARTICIPAÇÃO EM GRUPOS CULTURAIS/ARTÍSTICOS	80
TARELA 6. PARTICIDAÇÃO EM CRUPOS ESPORTIVOS	80

SUMÁRIO

NTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I	8
O DISCURSO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES: A PERSPECTI	VA
ARTICULATÓRIA DE ERNESTO LACLAU	8
1.1 O discurso como uma configuração significativa	9
1.2 A construção de identidades e a noção de agonismo político-social	13
1.3 A política e a luta pela hegemonia na perspectiva do discurso	17
CAPITULO II	26
A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DO PROTAGONISMO NAS POLÍTICAS PÚBLIC	AS:
O JOVEM POBRE ENQUANTO PROTAGONISTA	26
2.1 A juventude como uma questão social	29
2.2 O discurso do protagonismo e as políticas públicas de juventude	32
2.3 A juventude pobre como objeto de intervenção: de desviante a cidadão	36
CAPÍTULO III	41
O QUE DIZEM OS QUE PESQUISAM E DISCUTEM SOBRE O PROTAGONIS	MO
IUVENIL	41
3.1 Protagonismo Juvenil: O que dizem as pesquisas acadêmicas	42
3.2 O que dizem as políticas públicas	47
3.3 O que dizem a mídia e as organizações sociais	52

CAPÍTULO IV58
O PROGRAMA AGENTE JOVEM: CONCEPÇÃO E BASES DE IMPLEMENTAÇÃO58
4.1 O Projeto Agente Jovem: o que dizem os documentos
4.2 A articulação discursiva das identidades juvenis no Projeto Agente Jovem70
4.3 Reinserções no sistema educacional, no tecido comunitário e no mercado de
trabalho: as intencionalidades formativas do Projeto Agente Jovem74
CONSIDERAÇÕES FINAIS86
REFERÊNCIAS90

Já tive a rosa do amor - rubra rosa, sem pudor. Cobicei, cheirei, colhi. Mas ela despetalou E outra igual, nunca mais vi. Já vivi mil aventuras, Me embriaguei de alegria! Mas os risos da ventura, No limiar da loucura, Se tornaram fantasia... Já almejei felicidade, Mãos dadas, fraternidade, Um ideal sem fronteiras - utopia! Voou ligeira, Nas asas da liberdade. Desejei viver. Demais! Segurar a juventude, Prender o tempo na mão, Plantar o lírio da paz! Mas nem mesmo isto eu pude: Tentei, porém nada fiz... Muito, da vida, eu já quis. Já quis... mas não quero mais... Canção do Sonho Acabado - Cecília Meireles

INTRODUÇÃO

A presente dissertação aborda as imagens produzidas sobre a juventude na contemporaneidade. Mais especificamente, discute a relação entre o discurso do protagonismo e as políticas públicas de juventude¹, priorizando na análise os discursos veiculados pelo Projeto Agente Jovem. A intenção consistiu em verificar de que forma o termo protagonismo emergiu, nas duas últimas décadas, como alicerce para a articulação discursiva de novas identidades juvenis no campo político.

Vale ressaltar que a condição juvenil, nos anos 1990, passou a ocupar o cenário social a partir das cifras da violência e da criminalidade. Curiosamente, essa associação configurouse também como um eixo articulador de um conjunto de ações governamentais e nãogovernamentais voltadas à valorização dos direitos de diferentes segmentos da juventude brasileira. Dessa ótica, o protagonismo passou a representar a solução, apontada por diferentes atores, para o sucesso das políticas de inclusão dos jovens. Nesse contexto, buscamos apreender as convergências entre o discurso do protagonismo juvenil e as ações concretas impulsionadas pelas políticas públicas de juventude na tentativa de revelar a racionalidade subjacente a esse processo.

Para isso, mapeamos a construção de sentidos atribuídos ao protagonismo juvenil nos programas governamentais, nas pesquisas acadêmicas e na mídia. Nossa hipótese inicial era que o discurso do protagonismo visava diluir os efeitos perversos gerados pela associação unívoca entre os jovens, sobretudo, os jovens pobres, e a violência, tendo em vista que essa associação acabava por gerar representações nas quais esses jovens são percebidos como sujeitos potencialmente perigosos.

Assim, intervenções junto a esses segmentos, inspiradas pelo discurso do protagonismo, permitiriam construir identidades cidadãs sem com isso alimentar processos de discriminação ou segregação, uma vez que o protagonismo seria o caminho para extrair o jovem da condição de vulnerabilidade, sendo essa a causa apontada para o envolvimento dos jovens pobres em situações de risco pessoal e social.

Nossa questão de pesquisa, portanto, consistiu em analisar os sentidos atribuídos ao protagonismo e de que forma esses sentidos contribuem para uma alteração nas

Segundo Spósito (2007), em sua acepção mais genérica, a idéia de políticas públicas está associada a um conjunto de ações articuladas com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e alguma capacidade de impacto. Ela não se reduz, portanto, à implantação de serviços, englobando projetos de natureza ético-política e níveis diversos de relações entre o Estado e a sociedade civil.

representações que historicamente foram construídas sobre as identidades dos segmentos juvenis das periferias urbanas. Assim perguntamos: o que se pretende com o discurso do protagonismo no qual os jovens pobres - ora tidos como um grupo vulnerável e de risco - são entendidos como atores principais? Quais são os limites e possibilidades quando pensamos os jovens, que estão inseridos no contexto das periferias urbanas, como protagonistas? E, especificamente, no Projeto Agente Jovem, como o discurso do protagonismo vem se concretizando? Foi buscando respostas para estes questionamentos que desenvolvemos o presente trabalho de investigação.

O estudo encontra-se organizado em quatro capítulos. O primeiro é dedicado à reflexão acerca das noções de discurso e identidade tal como mobilizadas durante o processo de pesquisa. Nesse percurso, exploramos a perspectiva analítica desenvolvida por Ernesto Laclau, buscando extrair elementos para a problematização dos discursos que abordam as identidades juvenis na história recente das políticas públicas, em geral, e das políticas de juventude, em particular. O segundo capítulo trata da emergência do discurso do protagonismo, no cenário das políticas públicas, enfocando como a defesa do jovem enquanto sujeito protagonista surge como uma das soluções pensadas para retirá-los da condição de vulnerabilidade e risco. O terceiro capítulo, por sua vez, realiza um mapeamento dos discursos produzidos sobre o protagonismo no âmbito das pesquisas acadêmicas e da mídia, visando um confronto com aqueles discursos produzidos pelas políticas públicas, apontando aproximações e distanciamentos entre estas instâncias sócio-discursivas. O quarto e último capítulo traz uma caracterização do Projeto Agente Jovem acompanhada de uma análise sobre o discurso do protagonismo presente nos documentos que sistematizam seu processo de formulação.

Em função dos limites de um trabalho dessa natureza, a pesquisa ficou restrita ao Projeto Agente Jovem realizado na Região Metropolitana do Recife. Contudo, no decorrer da análise, indicamos o contexto mais amplo no qual esse projeto está inserido, mediante uma leitura dos documentos oficiais (**Decreto nº 4.854**, de maio de 2006 e da **Portaria nº 879**, de 03 de dezembro de 2001) e demais produções bibliográficas que tratam desse objeto para detectarmos o processo concreto de sua formulação.

Nessa direção, realizamos também um levantamento de dados aferidos em pesquisas realizadas pelo IBGE, sobretudo, a Síntese de Indicadores Sociais 2004 relativa aos jovens na faixa etária entre 14 a 25 anos de idade. Consultamos ainda o Plano Nacional da Juventude (PNL), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069), a Lei Orgânica

de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/93) e o Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) apresentado pela UNESCO.

No decorrer do estudo realizou-se uma revisão bibliográfica dos estudos sobre os conceitos de protagonismo juvenil, Políticas Públicas de Juventude e Projeto Agente Jovem. A partir de um critério de divisão temática, as leituras foram devidamente anotadas e agrupadas de acordo com tópicos pertinentes às idéias apresentadas ao longo do presente trabalho de investigação. Desta maneira, sistematizamos as leituras em fichas especiais contendo alguns títulos, tais como: Juventude, Projeto Agente Jovem, Políticas Públicas, as Noções de Protagonismo, Risco, Vulnerabilidade. As fichas serviram para balizar as posições contrastantes das diversas fontes consultadas.

A interpretação desse material orientou-se pelos princípios da Análise de Discurso desenvolvida por E. Laclau. Acreditamos que o uso das categorias presentes no pensamento desse autor (sobretudo os conceitos de discurso, práticas articulatórias, antagonismo e hegemonia) permite problematizar, de modo efetivo, a articulação entre discurso e construção de identidades.

Como ressalta Burity (2002), a obra de Laclau sofre influências de tradições teóricas marcadas pelos textos de Derrida, Heidegger e principalmente Wittgenstein, contribuindo principalmente para desconstruir os modelos canônicos que vinculam a estrutura social e o papel da identidade dos agentes. Esses modelos tendem a apreender os conflitos sociais numa perspectiva evolucionária simplista, na medida em que concebem o espaço político unificado, onde a atuação dos agentes, por sua vez, é dada como um processo de representação de interesses. Nessa perspectiva, as identidades juvenis são apreendidas no âmbito de um processo de produção instável e contingente, evitando análises essencializadoras tanto da política quanto dos sujeitos sociais.

Para Laclau, ao contrário, os sujeitos que hoje ocupam diversas posições sociais têm suas trajetórias influenciadas por construções políticas complexas, oriundas da totalidade das relações em que estão inseridos. Essa forma de compreensão pode trazer aspectos importantes para o debate atual sobre como a juventude vem se constituindo como uma problemática específica das políticas públicas, permitindo problematizar a forma como as identidades juvenis são articuladas nos projetos e programas governamentais e seus impactos para a relação concreta com esses segmentos.

CAPÍTULO I

O Discurso e a Construção de Identidades: a perspectiva articulatória de Ernesto Laclau

Na tentativa de compreendermos a emergência do discurso sobre o protagonismo juvenil presente no Projeto Agente Jovem, optamos por nos apoiar teoricamente na perspectiva articulatória de Ernesto Laclau acerca da Análise do Discurso. Ernesto Laclau é um teórico argentino, licenciado em História pela *Universidad Nacional de Buenos Aires*, 1964, e PhD pela *University of Essex*, em 1977. Durante muitos anos, Laclau foi membro do Partido Socialista da Esquerda Nacional, tendo se desligado do partido em 1969. Atualmente ele é professor responsável pela cadeira de Teoria Política na *University of Essex*, onde também é diretor do programa de doutorado em Ideologia e Análise do Discurso, realizando palestras em diversas universidades na América do Norte, América do Sul, Europa Ocidental, Austrália e África do Sul.

Um dos livros mais importantes de sua obra é *Hegemonia Estratégica Socialista*, produzido em co-autoria com Chantal Mouffe. Essa obra é marcada por um diálogo com o marxismo, mediante uma crítica que desconstrói algumas noções chaves dessa tradição de pensamento². Laclau e Mouffe rejeitam o determinismo econômico marxista e a noção de luta de classes e apontam a noção de antagonismo como o principal elemento para a compreensão das lutas sociais na atualidade. Isso significa que, para os autores, não há *a priori* nenhuma razão que indique que o sujeito de uma ação revolucionária seja necessariamente o proletariado.

Dessa forma, o chamado *pós-marxismo* de Laclau desconstrói a noção de classe social já que a noção tradicional supõe uma unidade das posições de sujeito dos diversos agentes. Para ele, o núcleo de articulação hegemônica não estaria na dependência de uma classe social e sim das relações que diversas classes poderiam construir. Essa compreensão parte do

_

² Segundo Burity (2002), em *Hegemonía y Estratégia Socialista*, Laclau apresenta ao leitor os diversos motivos que o levaram a formular um conjunto teórico com fortes ligações ao marxismo, mas que se diferencia do mesmo. Nesta perspectiva, Laclau busca revisitar as categorias marxistas à luz de uma série de novos problemas, o que levaria a uma desconstrução das mesmas. Ao reler a teoria marxista à luz dos problemas contemporâneos é o que tem sido denominado de pós-marxismo.

conceito de hegemonia gramsciano e defende que inúmeros discursos são criados com a finalidade de articular um projeto universalista³.

Em seus trabalhos, Laclau busca deixar clara a distinção entre as categorias econômicas e os sujeitos constituídos no campo de luta social e política⁴. Sintetizando bastante seu argumento, podemos dizer que dada à complexidade das relações sociais, na atualidade, é difícil aceitar que os indivíduos se tornarão sujeitos políticos por meio das suas posições nas relações de produção. Dessa ótica, a possibilidade de uma identidade de resistência não estaria condicionada pela condição de sujeito-trabalhador. Com bases nessas premissas, Laclau desenvolve suas principais teses, nas quais estão presentes as noções de discurso, práticas articulatórias, antagonismo e hegemonia. O objetivo deste capítulo é explorar, sucintamente, algumas dessas noções a fim de extrair conseqüências para a análise do discurso do protagonismo e a reconfiguração das identidades juvenis.

1.1 O discurso como uma configuração significativa

As primeiras aproximações relativas à noção de discurso foram realizadas por Laclau, ainda em 1975, quando de seus estudos sobre a teoria marxista, fazendo confluir as concepções de Gramsci acerca dos sujeitos da luta política e o conceito de ideologia.

Contudo, a inflexão do conceito de discurso no seu pensamento ocorre a partir dos escritos em co-autoria com Chantal Mouffe. Nesse momento, ele passa a usar a noção de discurso para definir toda configuração social como uma configuração significativa. Em outros termos, para Laclau, quando um determinado objeto estabelece um sistema de relações com outros objetos, estas relações não estão dadas por mera referência material, o que significa dizer que as relações são socialmente construídas.

Uma forma de exemplificar essa compreensão pode ser expressa da seguinte forma: um objeto esférico chutado numa rua e num campo de futebol corresponde ao mesmo acontecimento físico, mas não possui o mesmo sentido nos dois casos. Isto ocorre porque o objeto para ser considerado uma, por exemplo, "bola de futebol", deve se encontrar no contexto de um sistema de regras e relações com outros objetos específicos, pois o sentido é dado em decorrência das relações que são socialmente produzidas. O mesmo acontece com

-

³ Laclau e Mouffe afirmam que, dada a pluralidade social, não há uma hegemonía universal, já que toda hegemonia universal é contaminada por questões particulares.

⁴ Desse modo, para Laclau, as ciências humanas precisam deixar de se organizar em torno da transparência de um ego. O sujeito em suas análises não é mais uma fonte fornecedora de significados ao mundo. Para ele, há posições de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura. Esta estrutura ou conjunto de posições diferenciais é justamente o que ele denomina de discurso.

um diamante que, no interior de uma mina, é uma pedra bruta, mas, em uma joalheria passa a agregar o sentido de mercadoria.

Si pateo un objeto esférico en la calle o si pateo una pelota en un partido de fútbol, el hecho físico es el mermo, pero su significado es diferente. El objeto es una pelota de fútbol solo en la medida en que él establece un sistema de relaciones con otros objetos, y estas relaciones no están dadas por la mera referencia material de los objetos sino que son, por el contrario, socialmente construidas. Este conjunto sistemático de relaciones es lo que llamamos discurso (LACLAU, 2003, p. 114-115).

Dessa ótica, o sentido dos eventos sociais não é dado *a priori*, mas encontra-se na dependência de um conjunto multifacetado de condições. Mais diretamente, o sentido é construído no interior de uma cadeia de significados presente nas relações sociais estabelecidas, o que leva à afirmação de que não se pode estabelecer o sentido da existência de um dado objeto fora do discurso.

É importante ressaltar, no entanto, que, na perspectiva de Laclau (2003), a existência de um determinado objeto é independente da sua articulação discursiva, mas não sua significação social. Assim, em seu pensamento não é necessário o estabelecimento de uma distinção entre significado e ação, já que o ponto chave da argumentação é determinar em que medida pode-se estabelecer uma separação entre o significado e o uso. Com isto percebe-se que existe uma dimensão discursiva e uma dimensão não discursiva dos fenômenos. Certamente as cheias dos rios, como conseqüência das chuvas, não acontecem por conseqüência de um trabalho discursivo, mas esse fenômeno só poderá ser enunciado quando inserido em uma cadeia de significação. Para Laclau (2003), portanto, a concepção de discurso antecede à distinção entre lingüístico e extra-lingüístico.

Esta totalidad que incluye dentro de sí a lo lingüístico y a lo extra-lingüístico, es lo que llamamos discurso. En un momento justificaremos esta decisión: pero lo que debe estar claro desde el comienzo es que por discurso no entendemos una combinación de habla y de escritura, sino que, por el contrario, el habla y la escritura son tan sólo componentes internos de las totalidades discursivas. Volviendo ahora al término "discurso", lo usamos para subrayar el hecho de que toda configuración social es una configuración significativa (LACLAU, 2003, p. 114).

Desta forma, compreende-se por discurso a totalidade na qual se encontra presente tanto o discurso lingüístico quanto o extralingüístico. Mais diretamente:

Nossa análise rejeita a distinção entre práticas discursivas e não discursivas. Afirma: a) que todo o objeto é constituído como um objeto de discurso, na medida em que nenhum objeto é dado fora das suas condições de emergência; b) que qualquer distinção entre os usualmente chamados aspectos lingüísticos ou comportamentais da prática social é, ou uma distinção incorreta, ou necessita achar seu lugar como diferenciação dentro da produção social de sentido, que é estruturada sob a forma de totalidades discursivas (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 107).

Por essa razão, os discursos "lutam" para estabelecer verdades e poder excluir do campo da significação outros significados. Nas palavras de Laclau: "Um espaço social deve ser considerado como um espaço discursivo se por discurso não se designar somente a palavra e a escritura, mas todo o tipo de ligação entre palavras e ações, formando assim totalidades significativas" (LACLAU, 2000, p. 10). Além disso, um discurso não possui um caráter teleológico, uma vez que não passa de uma articulação precária e contingente de sentidos numa cadeia de equivalências e, portanto, nenhum projeto político pode se apresentar como acabado.

Poderia argumentar-se que [...] a unidade discursiva é a unidade teleológica de um projeto, mas isso não é assim. O mundo objetivo está estruturado em seqüências relacionais as quais não possuem necessariamente um sentido finalístico e que, em muitos casos, na realidade não requerem qualquer sentido. É suficiente que certas regularidades estabeleçam posições diferenciais para estarmos aptos para falar de uma formação discursiva (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 109).

Dessa forma, para Laclau e Mouffe, um discurso é uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais. Uma prática articulatória consiste na "construção de pontos nodais que fixam parcialmente sentido; o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez, de um constante transbordamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade" (*idem*, 1985, p. 113). Isso quer dizer que um discurso articula identidades.

No contexto desta discussão, chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos tais que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória chamaremos de discurso. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas num discurso, nós chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada (*ibidem*, p. 105).

Uma prática articulatória configura-se, então, como uma prática que se estabelece entre elementos que, num primeiro momento, não estão articulados entre si. No momento anterior ao da articulação os elementos estão dispersos, um em relação ao outro, de modo aleatório, no campo da discursividade. A prática articulatória resulta na modificação de identidades, ou melhor, numa alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória. Desse modo, ao definir o discurso como uma totalidade estruturada pela prática articulatória, Laclau está assumindo a precariedade da totalidade, sua provisoriedade, mas ao mesmo tempo, indicando que a prática articulatória tende a dominar o campo da discursividade.

Os resultados desta trajetória não são possíveis de serem previstos *a priori*: "se contingência e articulação são possíveis, isto ocorre porque nenhuma formação discursiva é totalmente saturada e a transformação de elementos em momentos nunca é completa" (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 107). Mais ainda:

A prática da articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que parcialmente fixam significados, e o caráter parcial desta fixação procede da abertura do social, um resultado, por sua vez, do constante transbordamento de todo o discurso pela infinitude do campo da discursividade (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 113).

A compreensão desse ponto é decisiva para o entendimento de que as identidades, quando assumem a condição de momentos diferenciais em uma determinada relação articulatória, anulam completamente seus sentidos particulares. Isso não quer dizer que as identidades deixam de existir como elementos diferentes entre si e diferentes também da própria articulação; isso quer dizer, apenas, que a prática articulatória ocorre a partir de diferenças que, em um determinado momento, uniram-se a um ponto nodal, que expressaria um sentido comum entre elas.

Assim, enquanto prática articulatória significativa, o discurso consiste na produção de pontos nodais que fixam parcialmente o sentido. A noção de ponto nodal, incorporada da tradição lacaniana, representa um discurso privilegiado que consegue articular em torno de si outros discursos, formando uma cadeia de equivalências em torno da qual gravitam outros discursos que são articulados por este discurso privilegiado. Para que um discurso se torne um ponto nodal, é preciso que este amplie seus conteúdos, incorporando elementos de outros discursos, o que necessariamente implica em ceder alguns de seus sentidos iniciais para que estes não entrem em choque com sentidos produzidos por outras identidades por ele articuladas (MENDONÇA, 2007, p. 252). Neste sentido, Laclau entende que uma teoria do

discurso terá como ponto de questionamento a totalidade discursiva que está presente nas práticas articulatórias, buscando perceber como os pontos nodais responsáveis pela fixação parcial de sentidos estão sendo produzidos, pois é através destes sentidos fixados, mediante práticas articulatórias específicas, que os discursos darão forma às identidades.

1.2 A construção de identidades e a noção de agonismo político-social

Ao produzir uma releitura do pensamento clássico de Marx, a teoria do discurso de Laclau produz uma inovação na leitura dos fenômenos sociais. Na relação entre diversos elementos sociais cabe às práticas articulatórias estabelecer uma relação que possa modificar as respectivas identidades visando reunir no campo discursivo os elementos dispersos para em seguida organizá-los dentro de uma totalidade estruturada. Neste processo, a construção da totalidade do corpo social ocorre mediante a articulação de demandas através da lógica da equivalência, o que termina por criar antagonismos em função da presença de demandas contrárias.

O antagonismo atinge, portanto, as próprias identidades. Por isso, em decorrência das estruturas discursivas antagônicas, toda identidade social será compreendida como instável e historicamente situada. Ao tratar de identidades, na perspectiva de Laclau, devemos ter atenção ao fato de que a referência ao outro está sempre presente na construção identitária. Com isto, fica claro que buscando respeitar e instituir um espaço para as diferenças não se pode deixar de considerar que nele também estejam valores universais que vão articular essas diferenças.

Para Laclau (1997), a constituição de uma identidade própria a um determinado grupo que vive em comunidade tem sua construção dentro de um sistema complexo e elaborado de relações com outros grupos. E são justamente essas relações, reguladas por normas e princípios, que regem as ações do grupo dentro do social. A questão gera um impasse, pois afirmar a própria identidade como diferencial requer que se inclua o outro, como delimitação. Isto porque,

se eu afirmo que quaisquer grupos têm direito ao respeito por sua própria particularidade, isto significa que eles são iguais de alguma forma. Somente numa situação na qual todos os grupos fossem diferentes entre si e na qual nenhum deles quisesse ser nada mais do que já é, é que a pura lógica da diferença governaria exclusivamente as relações entre os grupos. Em todos os demais cenários a lógica da diferença será interrompida por uma lógica da equivalência e da igualdade (LACLAU, 1997, p. 11).

Segundo essa perspectiva, o entendimento das identidades só é possível quando estas se encontram contextualizadas, pois as identidades são construídas tendo em vista um *outro*, dentro de um processo de diálogo com a diferença. O antagonismo se apresenta, então, como um processo relacional no qual há um *eu* que para conseguir ter a hegemonia discursiva sobre algo precisa impedir a fixação de significados universais. Desse modo, "a prática política numa sociedade democrática não consiste na defesa dos direitos de identidades préconstituídas, mas antes na constituição dessas identidades mesmas, num terreno precário e sempre vulnerável" (MOUFFE, 2003, p. 14).

Nesta lógica, as identidades diferenciais estão inter-relacionadas de modo que precisam mutuamente uma da outra para se afirmar. Tomemos um exemplo. O bandido só existe em decorrência de um adversário, ou seja, em contrariedade com a identidade do homem cumpridor das leis: o cidadão. Dessa forma, só é possível a construção da identidade do bandido na medida em que existe uma demanda contrária expressa pela identidade do cidadão. Ambas se articulam com outros grupos sociais, nas lutas articulatórias, almejando alcançar a hegemonia, no caso, no que tange o respeito às leis.

A disputa pela hegemonia representa o esforço permanente de um discurso para se tornar dominante, ou seja, para fixar identidades de forma que as diferentes demandas se sintam representadas. Quando esta obtém sucesso em gerar a representação de totalidade, as diferenças internas passam a existir enquanto pontos nodais, articulando significantes flutuantes que agem para estabilizar os significados em disputa em um determinado campo discursivo. Em outros termos,

(...) as identidades abrangem uma multiplicidade de elementos, tal abordagem [plural agonística] está numa posição melhor para enfrentar uma identidade que acomoda outras, admite a porosidade das suas fronteiras e se abre em direção ao exterior (...). Sua aceitação do outro não consiste em tolerar as diferenças, mas em celebrá-las positivamente porque admite que, sem alteridade e ou outro, nenhuma identidade poderia se afirmar (MOUFFE, 2003, p. 19).

A formação das identidades depende não apenas de uma relação antagonista, mas de uma contínua relação agonística com o outro, haja vista a precariedade das identidades que devem ser objeto constante de articulação para estabilização de seus significados. Cumpre, então, diferenciar essas duas formas de relação vitais para a constituição das identidades. A noção de antagonismo, empregada pela Teoria do Discurso de Laclau, guarda um sentido preciso. Em primeiro lugar, não há possibilidade de a relação antagônica estabelecer

universais mínimos de convivência (em termos políticos), uma vez que A sendo A é a condição de B não ser.

Em segundo lugar, a relação antagônica pressupõe uma complementaridade entre A e B, uma vez que a possibilidade da existência de A é a radical negação dos conteúdos de B, as presenças de A e B são as condições mesmas da possibilidade de ambos os elementos antagônicos. A complementaridade (baseada na negação recíproca) consiste paradoxalmente na possibilidade da existência de ambos.

No desenvolvimento da Teoria do Discurso, a noção de antagonismo refere-se à impossibilidade da constituição de um sentido objetivo, ou positivo, a toda formação discursiva. Sabemos, a partir dos seus pressupostos, que a produção de sentidos por um sistema discursivo é sempre precária, contingente e limitada. A razão para a precariedade e a contingência reside exatamente no fato do campo da discursividade ser limitado por aquilo que está além dos limites do próprio discurso e que representa a sua negação: o seu corte antagônico. O antagonismo resulta na impossibilidade de constituir objetivamente uma totalidade discursiva plena, em razão da presença de um discurso antagônico que impede essa constituição total.

O ponto fundamental para o entendimento da relação antagônica é que essa ocorre entre um "exterior constitutivo" que ameaça a existência de um "interior". Nos termos do próprio Laclau, "o exterior é, portanto, um exterior radical sem medida comum com o interior" (LACLAU, 1993, p. 35). Em outras palavras, uma formação discursiva tem bloqueada sua expansão de sentidos pela presença de seu corte antagônico. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que o exterior constitutivo (discurso antagônico) ameaça a constituição do interior (discurso antagonizado), ele é também a própria condição da existência do interior, na medida em que este último constituiu-se sob a ameaça da presença do primeiro. Assim, a presença de um impede a constituição completa do outro, pois se trata de constituições identitárias sempre incompletas e ameaçadas: a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo.

Segundo Laclau e Mouffe, "a relação (antagônica) não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas" (LACLAU; MOUFFE, 2001, p. 125). Isso quer dizer que a produção de sentidos pelo interior discursivo está limitada pelo exterior antagônico, supondo-se assim que o primeiro nunca poderá articular elementos do segundo sem que isso altere radicalmente suas próprias estruturas. Articular o que se nega significaria, no limite, negar o que se é, o que representaria a completa desestruturação do interior.

Assim, numa relação antagônica, uma diferença constitui-se na medida idêntica de ser radicalmente exterior à outra, sendo, ao mesmo tempo, o antagonismo a condição de possibilidade e de impossibilidade de uma formação discursiva. Laclau é bastante claro a esse respeito: "o que nele (no antagonismo) se expressa não é minha identidade, senão a impossibilidade de constituí-la; a força que me antagoniza nega minha identidade no sentido mais estrito do termo" (LACLAU, 1993, p. 34).

A noção de agonismo, por sua vez, se diferencia radicalmente da noção de antagonismo. Agonismo não é a competição ou a disputa (que o antagonismo apropriado pela teoria política também supõe), mas a existência de regras que fazem com que os adversários partam para a luta, a partir de um ponto comum. Assim, a disputa não ocorre com o fim de destruir o oponente. Foi Chantal Mouffe (2000) quem introduziu a noção de agonismo no âmbito da Teoria do Discurso, com a finalidade de amenizar a inexatidão do emprego da noção de antagonismo. Mouffe parte do princípio de que as relações de poder são constituidoras do social e, portanto, estão sempre presentes nas disputas discursivas. Dessa forma, todo consenso não passa de um resultado hegemônico sempre provisório. Mouffe afirma ainda que a idéia de que se possa dissolver o poder por meio de um debate racional é uma ilusão.

Assim, o agonismo apesar da disputa entre diferentes formações discursivas existe mediante uma medida comum entre elas. Essa medida comum é o reconhecimento da legitimidade da existência do discurso concorrente. Em termos políticos, na relação agônica, a categoria de inimigo é substituída pela de adversário, uma vez que o espaço comum entre os adversários reside justamente na aceitação da disputa política em um espaço discursivo democrático pluralista⁵.

Introduzir a categoria de 'adversário' requer complexificar a noção de antagonismo e distinguir duas diferentes formas nas quais ele pode emergir: antagonismo propriamente dito e agonismo. Antagonismo é a luta entre inimigos, enquanto que o agonismo é a luta entre adversários. Podemos, portanto, reformular nosso problema, pensando a partir de uma perspectiva de 'pluralismo agonístico', que o objetivo das políticas democráticas é transformar antagonismo em agonismo (MOUFFE, 2000, p. 102-103).

e a superação da relação entre inimigos (antagonismo) para uma relação entre adversários (agonismo), ressaltando sempre que as relações de poder são inerentes e constituidoras da política.

-

⁵ Nessa perspectiva, não haveria motivo para se falar em relação antagônica quando estamos diante de um Estado Democrático de Direito, cujas regras são inicialmente partilhadas pelos grupos sociais. Estamos, assim, diante do projeto político defendido por Chantal Mouffe: a transformação de relações antagônicas em agônicas e a superação da relação entre inimigos (antagonismo), para uma relação entre adversários (agonismo).

Essa diferenciação tem um impacto político evidente no âmbito de uma Teoria do Discurso de Laclau. A distinção entre antagonismo e agonismo permite apreender que as características básicas da identidade podem ser apontadas como constituídas por elementos múltiplos, defendendo-se uma espécie de essencialismo contingente (LACLAU, 2007) que vai se expressar de modo paradigmático na noção de significado vazio.

(...) a idéia de significante vazio sustenta que quanto mais ampla certa cadeia de equivalência for, menos a demanda que assume a responsabilidade de representá-la como um todo vai possuir um laço estrito com aquilo que constituía originariamente como particularidade; que dizer, para ter a função de representação universal, a demanda vai ter que se despojar de seu conteúdo preciso e concreto, afastando-se da relação com seu(s) significado(s) específico(s), transformando-se em um significante puro que é o que conceitua como sendo um significante vazio (LACLAU, 2005, p. 3).

O conceito de significante vazio compreende uma forma, o significante, sem conteúdo determinado, o significado. Isto implica, segundo Laclau (2005), que os significantes vazios servem de instrumento para o processo de luta hegemônica discursiva. Pois, na medida em que possui uma forma sem conteúdo, o significante flutua, podendo ser preenchido por qualquer significado⁶.

Neste sentido, é a impossibilidade da constituição de um sentido objetivo (*a priori*) a toda formação discursiva o ponto fundamental da teoria do discurso de Laclau. Por essa razão, os adversários partem para a luta hegemônica, buscando legitimar um discurso em detrimento de outros (MOUFFE, 2000). O outro, nesse caso, não é percebido como um adversário a ser extinto, mas, como outro sujeito com o qual serão mantidas lutas visando uma hegemonia contingencial do discurso. Assim as identidades são construídas a partir das lutas articulatórias, em decorrência das diversas posições de sujeito tomadas contingencialmente nos processos complexos de luta social.

1.3 A política e a luta pela hegemonia na perspectiva do discurso

Dentro da dimensão política, tal como discutida por Laclau (2000), não há como deixar de falar sobre o conceito de hegemonia. Conforme defende Mendonça (2007), a hegemonia discursiva não é uma necessidade, mas um lugar vazio.

_

⁶ Um bom exemplo é encontrado nas análises de Laclau (2006) sobre o conceito de *povo*, no qual o coletivo é construído a partir do dissenso e da pluralidade de posições de sujeito em consonância com as diversas identidades políticas em jogo em uma determinada configuração social.

Hegemonizar um conteúdo equivale, por conseguinte, fixar sua significação em torno de um ponto nodal. O campo do social pode ser visto assim como uma guerra de trincheiras em que diferentes projetos políticos pretendem articular em torno de si um maior número de significantes sociais (...). A necessidade e a "objetividade" do social depende do estabelecimento de uma hegemonia estável e os períodos de "crise orgânica" são aqueles em que se debilitam as articulações hegemônicas básicas (...) (LACLAU, 2003, p. 45).

O alcance da hegemonia resulta de uma construção política que se transforma continuamente pelos deslocamentos das identidades presentes nas relações sociais. A hegemonia se constitui de variados discursos e práticas articulatórias que se ligam através de palavras e ações em contextos e momentos específicos responsáveis por formar a totalidade significativa, ou melhor, produzir fechamentos contingentes. Dessa maneira, a obtenção da hegemonia não estaria relacionada com o controle do poder, mas com a formação de um discurso capaz de preencher o espaço do significante vazio e tornar no campo das lutas esse discurso como hegemônico.

Segundo Mendonça (2007), existem quatro dimensões presentes no conceito de hegemonia trabalhado por Laclau (2000): a desigualdade de poder está sempre constituída; há hegemonia apenas quando a dicotomia universalidade/particularidade é suprimida; a hegemonia requer a produção de significantes vazios; e, por fim, o terreno no qual a hegemonia se expande é o da generalização das relações de representação como condição de constituição de uma determinada ordem social. Mais importante, entretanto, é a compreensão de que o conceito de hegemonia surgiu a fim de dar conta do caráter político das relações sociais numa arena teórica que assistira ao colapso da concepção marxista clássica de "classe dominante" concebida como efeito necessário e imanente de uma estrutura plenamente constituída.

Nesse contexto, as articulações hegemônicas foram pensadas como construções contingentes, precárias e pragmáticas, entendimento derivado das análises gramscianas. Em Gramsci, o pensamento de Laclau localiza um esforço para romper a identificação entre agências hegemônicas e posições materiais no interior da estrutura social. Sua noção de "vontade coletiva" tenta precisamente efetuar esta ruptura, na medida em que as vontades coletivas são concebidas como agências sociais instáveis constituídas através da articulação contingente de uma pluralidade de relações sociais.

Por essa razão, Mouffe (2005) alerta que é preciso considerar qualquer ordem política como uma demonstração de hegemonia. A prática política não pode ser percebida como um

campo de representatividade das identidades pré-constituídas. A política adquire, ela mesma, a condição de uma dimensão ontológica.

Isso significa que todo sujeito é, por definição, político. À parte do sujeito, neste sentido radical, só existem posições de sujeito no campo geral da objetividade. Mas o sujeito, tal como é compreendido neste texto, não pode ser objetivo: ele só se constitui nas margens irregulares da estrutura. Assim, explorar o campo de emergência do sujeito nas sociedades contemporâneas é examinar as marcas que a contingência inscreveu nas estruturas aparentemente objetivas das sociedades em que vivemos (LACLAU, 2000, p. 61).

O entendimento dessa proposição exige que se diferenciem os conceitos de política e de político. Por política, Laclau e Mouffe compreendem o conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam estabelecer certa domesticação e condições de aceitabilidade para certas demandas. O político, por sua vez, é uma dimensão agonística que assume diferentes formas nas relações sociais. Isso significa que a dimensão da política comumente ignora os conflitos e as diferenças e trabalha em favor de uma unidade marcada pela lógica de um *nós* em oposição à existência de um *eles*.

Destituir esse paradoxo é trabalhar a partir de uma democracia pluralista que, para Mouffe (2005), implica o fato de em uma dada comunidade política não se perceber no oponente um inimigo a eliminar, mas um adversário cuja existência legítima é preciso sustentar e até mesmo defender. A transformação da lógica do inimigo (antagonismo) em adversário (agonismo) permite apontar que as relações de poder são intrínsecas da política. Desta forma, a confrontação agonística entre pontos de vista em conflito visa constituir uma política mais compatível com valores éticos que possibilitem reconhecer a dimensão do poder e sua necessidade de transformação.

A partir do exposto, a concepção de política centra-se na negociação da prática social (HALL, 2003). Trata-se de uma ação contingente, conflituosa, discursiva e dialógica que permitiria aos sujeitos assumir posições dentro dos discursos identitários, num universo de lutas e negociações. Nas palavras de Laclau (1993),

Se a política é o conjunto das decisões tomadas num terreno marcado por oposições indecidíveis, isto é, num terreno em que o poder é constitutivo, o social só pode consistir em formas sedimentadas de um poder que borrou os traços de sua própria contingência (LACLAU, 1993, p. 10)

Neste sentido, o discurso político está circunscrito ao terreno da contingência, mediante uma lógica pautada nos sentidos contextuais em que cada palavra é enunciada. Isto quer dizer que os discursos produzidos sobre o sujeito não são pré-existentes. Mas, são constituídos e constituídores dentro de um processo eminentemente político dentro do jogo entre equivalência e diferença⁷. A tarefa da política envolve momentos de enunciação, interesses contrários e múltiplas relações de força, ao considerar que o ato de enunciação é sempre um ato social. Assim, "(...) toda palavra tem sempre um mais-além, sustenta muitas funções, envolve muitos sentidos. Atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer, e, atrás do que quer dizer, há ainda outro querer dizer, e nada será nunca esgotado" (LACLAU, 198, p. 273-275).

Conforme a problematização de Laclau (2000), a política emerge como espaço de enunciação, articulação e produção de significados, ressaltando sua dimensão discursiva. Essa dimensão institui os sentidos atribuídos às ações, torna possíveis desejos e projetos, elaborando, constrangendo e ampliando os sentidos da ação.

Desta forma, podemos clarificar o processo de produção da política como prática articulatória e apontar os conceitos de hegemonia, significante vazio e a lógica da equivalência/diferença, tal como trabalhados por Laclau (2000), enquanto operadores fundamentais para analisar os processos de formulação política como um dispositivo complexo de luta discursiva. Essa percepção permite ir além do entendimento da política restrito às lutas de poder entre dominantes e dominados, pois, neste caso, ou bem a racionalidade histórica pertenceria ao discurso dos grupos dominantes – e as reivindicações dos oprimidos seriam a expressão distorcida de uma racionalidade mais elevada que geraria, como sua própria condição de possibilidade, uma zona de opacidade e de intransparência -, ou bem os discursos dos oprimidos conteriam as sementes de uma racionalidade superior – cuja plena realização envolveria necessariamente a eliminação de toda opacidade (e, logo, de todo poder).

Vale ressaltar que, nessa perspectiva, se um sistema de dominação é racional, seu caráter repressivo só pode ser aparente, o que nos deixa diante de apenas duas alternativas: ou o olhar do grupo dominante é inteiramente racional (nesse caso esse grupo é um ator histórico ilimitado), ou os olhares dos grupos dominantes e dominados são parciais e limitados, e,

-

Na teoria do discurso de Laclau há duas lógicas da construção do discurso que são centrais: a lógica da diferença e a lógica da equivalência. A primeira é da complexidade do social; a segunda, de sua simplificação. Estas lógicas caminham juntas e são constitutivas de um mesmo processo: a lógica da equivalência só existe a partir da existência de um efeito discursivo, decorrência da lógica da diferença.

assim, os atributos de plena racionalidade são automaticamente transferidos ao analista histórico.

Numa deriva analítica importante, o pensamento de Laclau constitui uma alternativa consistente a esse impasse, já que para ele não existe uma relação pura de representação porque é da essência do processo de representação que o representante contribua para a identidade do representado. Neste caso, é preciso abandonar a idéia de que haveria uma identidade plena do representante e do representado como identidades auto-suficientes, bem como abandonar a noção de "universalidade" implícita na idéia de um agente revolucionário universal.

A reativação do caráter contingente das articulações identitárias permite uma expansão do campo da política, um alargamento do campo da indecidibilidade estrutural, abrindo caminho para um aumento do campo da decisão política. É aqui que "discurso" e "hegemonia" mostram sua complementaridade como dois lados de uma única operação (LACLAU; MOUFFE, 1985), ao evidenciar que uma estrutura social não pode estar inteiramente reconciliada consigo mesma. Toda estrutura é habitada por uma falta original, por uma indecidibilidade radical que demanda uma constante superação por meio de atos concretos de decisão. São estes atos, precisamente, que constituem o *sujeito*, o qual só pode existir como vontade transcendente à estrutura.

Mas como não existe nenhum lugar externo à estrutura para a constituição dessa vontade, ela só pode ser formada através de *atos de identificação*. Assim se eu preciso me identificar com alguma coisa, é porque, para começar, eu não tenho uma identidade plena. Estes atos de identificação revelam a contingência de toda identidade social. Situação plenamente compreensível quando se consideram que as relações sociais são relações discursivas, relações simbólicas que se constituem através de processos complexos de significação. Suponhamos um discurso político específico que afirme que "o partido trabalhista tem mais condições de assegurar *a unidade do povo brasileiro*". Numa proposição desta natureza, bastante comum no debate político, nós temos uma entidade – "a unidade do povo brasileiro" – que se apresenta qualitativamente diferente das outras entidades possíveis. A questão é que essa unidade configura-se como algo a ser atingido; a unidade é o nome de uma plenitude sempre ausente. A "unidade" seria um significante flutuante porque seus significados só são fixados pelos conteúdos concretos dados pelas forças antagônicas; mas ao mesmo tempo esta flutuação não é puramente contingente e circunstancial, porque sem ela o debate político seria impossível, pois só teríamos proposições incomensuráveis.

Voltando ao tema do caráter contingente das articulações identitárias, é possível apreender no pensamento de Laclau uma análise original do campo da representatividade política clássica. Para Laclau, não existiriam condições de perfeita representabilidade, nem do lado do representante nem do representado. No que se refere ao representado, se ele precisa ser representado é por conta do fato de que sua identidade básica é constituída num lugar A, enquanto as decisões que podem afetá-la vão ocorrer num lugar B. Mas neste caso sua identidade é incompleta e a relação de representação, longe de ser uma identidade plenamente desenvolvida, é um *suplemento* necessário à sua constituição. O problema crucial consiste em saber se este suplemento pode ser simplesmente *deduzido* do lugar A, onde a identidade original do representado se constituiu, ou se ele é uma adição inteiramente *nova*, em cujo caso a identidade do representado é transformada e ampliada pelo processo de representação.

Nossa pressuposição é a de que este último processo é sempre o que ocorre, pois entendemos que existe uma opacidade no processo de representação. Representação é o nome de um jogo indecidível que organiza uma variedade de relações sociais. Entretanto, o funcionamento desse jogo não pode ser fixado num mecanismo racionalmente concebível, já que há um "vazio" na identidade do representado. Esse entendimento é importante em sociedades onde é cada vez menos possível se referir a um nível único no qual a identidade básica dos agentes sociais se constituiria. Isto quer dizer que, por um lado, os agentes sociais estão se tornando cada vez mais "subjetividades múltiplas"; por outro, que há uma proliferação de pontos na sociedade em que se tomarão decisões que afetarão suas vidas. Conseqüentemente, o nível da política opera como o lugar em que os discursos propõem formas de articulação entre identidades. Por um lado, ele é uma forma específica de preenchimento das identidades sociais; e, por outro, pretende simbolizar a função desse preenchimento.

Mas se há um vazio na identidade dos atores sociais, seu preenchimento político produzirá necessariamente uma divisão entre conteúdo de preenchimento e função de preenchimento, e como esta não está necessariamente associada a qualquer conteúdo, haverá competição entre os vários conteúdos. Desta maneira, toda intervenção política é obra de agentes históricos limitados, pois todo sentido social será uma construção também social e não um reflexo do que sejam as coisas "em si mesmas".

A intervenção política ocupa o papel de uma espécie de "ontologia do social", um terreno em que o poder é constitutivo. Chegamos, assim, ao ponto central do argumento defendido nesse trabalho, pois se a possibilidade do sistema discursivo é equivalente à possibilidade de seus limites, isso quer dizer que toda e qualquer produção de sentido ocorre

obrigatoriamente no interior das práticas articulatórias. Assumir essa compreensão significa apreender que "a força que me antagoniza nega minha identidade no sentido mais estrito do termo" (LACLAU, 1993, p. 34). Ao mesmo tempo, um sistema discursivo nunca alcança sua literalidade última tendo em vista a incorporação constante de novos elementos e sentidos. Decorre daí a impossibilidade de constituição de um sentido finalístico pela abundância de sentidos que circulam socialmente.

No caso dos significantes vazios, por exemplo, quanto mais estendida for a cadeia de equivalências, mais os conteúdos particulares irão se universalizar. Essa universalização dos conteúdos incorporados por um significante vazio tende a provocar uma situação de maior reconhecimento de diferenças num espectro democrático tendente à universalização, fazendo emergir questões políticas importantes. Dizendo de outra maneira, como o conteúdo de um discurso tende à universalização, a cada elemento articulado mais o discurso universaliza seus conteúdos. É este aspecto que pretendemos abordar desde a emergência do discurso do protagonismo nas políticas públicas de juventude produzidas na última década.

Tentaremos realizar uma incursão exploratória sobre as relações entre o sujeito do discurso e as identidades que se constituem como efeito do discurso do protagonismo juvenil no âmbito das políticas públicas. Desta forma, propomos a Análise do Discurso como um caminho metodológico voltado para dar visibilidade aos sentidos presentes nos discursos políticos acerca do protagonismo juvenil e destinados a juventude em situação de vulnerabilidade e risco social. A leitura e a discussão dos textos aqui reunidos destinam-se a propiciar uma ampliação no debate e aprofundamento em torno da temática juventude protagonista. Para acrescentar na definição metodológica destacamos que a análise de discurso, na perspectiva da Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, não significa buscar retornar e reconstruir os sentidos que não são inicialmente claros e completos dados pelos agentes sociais. Também, não se coloca a preocupação em descobrir as verdades acerca de um texto ou de uma ação. Propõe-se, analisar as forças sociais e políticas, os agentes sociais que constroem sentidos e constituem suas identidades no interior de uma estrutura social.

A análise objetiva desta forma, procurar capturar como determinados discursos são (re)produzidos, evidenciando conflitos, revelando o caráter inconcluso de tais discursos e fazendo emergir possibilidades que foram excluídas, as possíveis influências discursivas na

formação de identidades e explicitando antagonismos⁸. Apreendemos que a constituição das identidades juvenis orienta-se por práticas articulatórias que presidem os discursos das políticas de juventude na atualidade. As identidades fixadas por esses discursos são apreendidas como precárias, provisórias e parciais. Mais ainda: sua objetividade está sempre ameaçada pelo antagonismo, em nosso caso, pela subjetividade concreta dos atores. A existência do sujeito, aqui, aponta para a presença de uma contingência identitária constitutiva, o que significa que as identidades juvenis, tal como problematizadas pelas políticas públicas, estão sempre atravessadas pelo antagonismo.

A partir das referências de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, definimos as seguintes referências para realizar a análise do discurso dos documentos⁹ analisados durante o desenvolvimento da pesquisa:

- Pré-análise leitura dos documentos selecionados visando tornar visível o sentido presente nos discursos emitidos pelos mesmos;
- Tratamento do material seleção dos discursos referentes ao foco do estudo e
 posterior aprofundamento na investigação dos dados obtidos pela pesquisa;
- Categorização Para seleção das categorias nessa abordagem metodológica optamos por trabalhar as unidades temáticas – discurso, identidades, hegemonia – também abordadas por Ernesto Laclau;
- Análise estudo detalhado acerca dos discursos presentes nos documentos investigados considerando seus contextos, bem como os sentidos e significados produzidos, seu caráter contingencial e os impactos da prática articulatória discursiva desenvolvida pelas políticas públicas nas identidades juvenis em formação;
- Apontamentos realização de uma reflexão, procurando intervir na realidade e propor alternativas no campo das relações sociais a partir dos resultados'

O *corpus* da pesquisa se constituiu documentos produzidos por órgãos do governo e destinados a avaliar tanto quantitativamente quanto qualitativamente o desempenho e aplicabilidade de uma política pública destinada à juventude. No caso desta pesquisa, o

O Decreto de nº 4.854, de maio de 2006 e a Portaria de nº 879, de 03 de dezembro de 2001 que regulamentam o referido projeto. Também foi objeto de análise um volume do Caderno de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate e uma publicação do Tribunal de Contas da União (TCU), nos quais consta o resultado das auditorias realizadas do Projeto Agente Jovem.

⁸ Conforma afirmam Laclau e Mouffe (1985, p. 125), "se a linguagem é um sistema de diferenças, o antagonismo á a falha da diferença" e defini-se como "uma relação na qual os limites de toda objetivação são mostrados".

Projeto Agente Jovem foi selecionado por estar voltado ao atendimento de jovens em situação de risco e à promoção do protagonismo juvenil. Desta forma, nos propomos a investigar o discurso do protagonismo como estratégia educacional para realizar a retirada dos jovens da criminalidade e voltá-los aos espaços sociais possibilitando sua (re)inserção familiar, escolar e social.

CAPÍTULO II

A emergência do discurso do protagonismo nas políticas públicas: o jovem pobre enquanto protagonista

Nas últimas décadas, o eixo de estudos acerca da juventude tem deslocado a idéia de crise para uma situação de exclusão-inclusão. Com isso, assume centralidade a distinção entre a condição, ou seja, o modo como uma sociedade constitui e dá significado a esse momento do ciclo de vida, e a situação juvenil que traduziria os diferentes percursos que esta condição experimenta, a partir dos mais diversos recortes como classe, gênero e etnia. Desse modo, o esforço de compreender o processo de formação do conceito de juventude protagonista, nas políticas públicas, precisa levar em consideração que a noção de juventude é elaborada em contextos específicos, mantendo vínculos com as diferentes dimensões que constituem o social. Isso é importante, pois, como veremos, as políticas públicas têm construído programas e projetos voltados para a juventude, com base na idéia de contenção do risco real ou potencial que os jovens em situação de vulnerabilidade representariam para a sociedade.

Vale ressaltar que a expressão "os jovens como problema social" tem um estatuto diferente da noção de que políticas públicas ocorrem quando jovens deixam de ser "estado de coisas" para aparecerem como "problemas políticos". Nesse último caso, tanto pode estar presente a idéia de "proteção" da sociedade diante do risco iminente provocado por seus segmentos jovens, como a percepção de que atores juvenis podem estar contemplados nas políticas como expressão de um campo ampliado de direitos reconhecidos pela democracia (SPOSITO, 2007, p. 180).

Essas observações são fundamentais para se compreender a trajetória recente das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil.

Ao traçar um balanço das políticas públicas destinadas aos jovens brasileiros torna-se particularmente oportuno levar em conta o novo período político inaugurado com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a presidência da República em 2003. A partir desse momento, o País passa a conviver com mudanças expressas nas políticas de juventude que nascem de iniciativas diversificadas e confluem para a construção de um novo paradigma em torno da questão (SPOSITO; CARRANO, 2009).

Destaca-se, nesse contexto, a elaboração de um consenso em torno da necessidade de implementação de políticas públicas específicas destinadas aos segmentos juvenis. Iniciativas

públicas são observadas, algumas envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil. Contudo, o reconhecimento de consensos em torno da relevância da temática não deve obscurecer a diversidade de orientações e pressupostos que têm alimentado os projetos destinados aos segmentos juvenis. Dois aspectos importantes precisam ser levados em conta. De um lado, a idéia de que qualquer ação política exprime as representações normativas sobre os atores que uma determinada sociedade elabora¹⁰.

(...) o estudo das políticas públicas deve privilegiar a análise dos referenciais normativos que as informam (...). E estes referenciais constroem-se tendo por base as representações sociais próprias de uma dada sociedade e logo, a dos atores que participam desta construção (AZEVEDO, 2001, p. 64).

As políticas públicas, portanto, constituem-se a partir da articulação direta com o referencial normativo, entendido como a representação social de toda a sociedade. Neste sentido, a relação existente entre as áreas e setores de atividades com o projeto de sociedade prevalecente é o que determina o modo de intervenção do Estado.

Por isso é importante investigar como essas políticas se materializam concretamente, a partir das representações que circulam em uma dada configuração social, instituindo discursos que servem de base para a adoção de estratégias reguladoras por parte dos sistemas políticos. Essa é uma questão relevante na medida em que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa e o próprio impacto das ações políticas. Em outras palavras, a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode, também, provocar modulações nas imagens dominantes sobre os sujeitos jovens. Assim, as políticas públicas de juventude não seriam apenas o retrato passivo de formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas participariam, ativamente, da produção de novas representações a respeito deste segmento. Logo,

as representações normativas, embora focadas nos jovens, não incidem apenas sobre eles, isoladamente. (...) É preciso considerar que a disputa em torno das concepções ocorre, ainda hoje, na arena pública, protagonizada pelos vários atores, tanto jovens como adultos, que desenvolvem ações junto a esse segmento, incluindo nessa diversidade não só a sociedade civil como a própria composição dos aparatos de Estado (SPOSITO; CARRANO, 2009, p. 04).

-

No que concerne ao problema da temática juventude enquanto sujeito de direito nos ancoramos na perspectiva de que os formuladores para efetuarem a tomada de decisão sobre a definição de uma política pública partem, primeiramente, de uma definição da realidade conforme a visão dominante em um dado setor (cf. AZEVEDO, 2001).

Um segundo aspecto importante na discussão sobre a juventude na atualidade diz respeito ao fato de, no Brasil, ainda se observar uma ausência de estudos que reconstituam sistematicamente os modos como foram concebidas as ações públicas destinadas aos jovens, embora sejam perceptíveis algumas análises e imagens que reiteram algumas das orientações latino-americanas. Segundo Abad (2002), em linhas gerais, a evolução histórica das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas de exclusão dos jovens da sociedade e os desafios de como facilitar-lhes processos de transição e integração ao mundo adulto¹¹.

Mas em que pese o maior ou menor predomínio de determinada tendência ao longo da história, algumas formulações em torno dos segmentos juvenis e da juventude têm sido mais fortemente reiteradas em nosso País (SPOSITO, 1997). Ou seja, a juventude brasileira tem sido considerada como uma fase de vida marcada por certa instabilidade associada a determinados "problemas sociais". Apesar das orientações defendidas pelos movimentos voltados para os direitos da infância no final da década de 1980, procurando superar uma concepção restritiva do que significa ser criança e adolescente e caminhando para uma representação que reconhece os direitos e demandas políticas, o caráter inovador dessas concepções, posto na defesa de direitos e produto dos movimentos sociais, acabam sendo ofuscadas por um campo dominante de significados que filtram, reinterpretam e restringem aquelas percepções.

Observa-se assim a prevalência de uma concepção conservadora que se expressa, exemplarmente, na separação sistemática entre a criança e o adolescente e o "outro", não mais criança ou adolescente, mas delinqüente, perigoso ou virtual ameaça à ordem social. Essa ênfase diferencial pressupõe formas de interação com os atores jovens das periferias que não são construídas apenas a partir de uma imagem do que se pensa sobre a juventude na sociedade, mas decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política e o exercício do governo (FREITAS, 2008).

Assim, mesmo quando deslocamos a discussão para o terreno da sociedade civil ou para os próprios segmentos juvenis, o campo de disputas que opera com significados heterogêneos também emerge com força. Pois, embora articuladas, as representações

pobreza e prevenção do delito (entre 1985 e 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 e 2000). Para maiores informações ver o trabalho de Sposito e Carrano (2009).

_

Ressalvando a pluralidade de enfoques, as características institucionais e a diversidade regional dos países latino-americanos, este autor sintetiza contribuições de diversos autores e estabelece periodização em torno de quatro distintos modelos de políticas de juventude: a) a ampliação da educação e uso do tempo livre (entre 1950 e 1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 e 1985); c) o enfrentamento da

normativas sobre a juventude e os formatos que assumem as relações entre Estado e sociedade não são necessariamente antagônicas. Isso significa que

governos e demais organizações da sociedade podem ter forte vocação democrática, serem propositivos de políticas públicas no estabelecimento de canais democráticos de interação com os cidadãos, mas podem não contemplar os sujeitos jovens como um dos focos possíveis das ações. Pode ocorrer, também, o inverso: a formulação de políticas de juventude, mesmo consideradas em sua especificidade, é definida em um quadro de distanciamento, tutela ou subordinação da sociedade diante do Estado (SPOSITO; CARRANO, 2009, p. 09).

Essa compreensão já anuncia a ambivalência constitutiva dos discursos que pretendem formar os jovens como protagonistas. Como pretendemos discutir mais adiante, o debate em torno da categoria protagonismo juvenil pode suscitar diversas reações, percorrendo diferencialmente os espaços e instâncias governamentais e não governamentais, guardando uma estreita relação com a forma como a questão da juventude é politicamente tematizada em uma dada configuração social.

2.1 A juventude como uma questão social

A juventude tem sido apreendida, enquanto categoria de análise, como símbolo dos dilemas da atualidade (ABRAMO, 2007). A conseqüência disto é que a juventude passa a ser percebida, tanto na opinião pública quanto nas produções acadêmicas, como um "problema social". No imaginário social, os jovens têm personificado a idéia de ameaça para si mesmos e para a sociedade. Essa personificação do jovem como sujeito perigoso, capaz de gerar uma ruptura com a continuidade social, existe

seja porque o indivíduo jovem se desvia do seu caminho em direção à integração social – por problemas localizados no próprio indivíduo ou nas instituições encarregadas de sua socialização ou ainda por anomalia do próprio sistema social –, seja porque um grupo ou movimento juvenil propõem ou produz transformações na ordem social ou ainda porque uma geração ameaça romper com as transformações da herança cultural (ABRAMO, 2007, p. 79).

Desse modo, a forma de problematizar a juventude mesmo nos espaços acadêmicos envolve uma preocupação com a integração normativa, tendo em vista as demandas de ordenamento da sociedade. É neste sentido que a ênfase dada pela sociologia funcionalista, ou

até mesmo de quase toda a sociologia (ABRAMO, 2007), preocupada com a temática da juventude, recai sobre os processos de socialização vivenciados pelos jovens. A reflexão sobre a juventude acaba assumindo o caráter de uma problematização moral. Por isso,

o emergente espaço das ações (voltadas aos jovens) ainda se inscreve na lógica de um consenso dominante: as iniciativas públicas devem prevenir ou conter a violência e as condutas de risco de jovens de camadas populares. Defensores dos novos direitos consagrados pelo ECA, atores que na vida pública dedicam-se aos adolescentes privados de direitos, ainda são identificados como parte do campo de significados recobertos pela idéia de violência e de vulnerabilidade (SPOSITO; SILVA; SOUZA, 2007, p. 225).

Essa lógica promove a imagem do jovem, sobretudo do jovem pobre, apreendido em uma condição quase natural de vulnerabilidade e risco. A consequência direta é a promoção de uma visibilidade dos segmentos juvenis que contribui para o agravamento do clima de insegurança social, desencadeando uma espécie de pânico moral¹² e movendo uma racionalidade política baseada na idéia de inclusão normativa. Trata-se de uma racionalidade articulada pela percepção de que a juventude configura-se como um *vir a ser*, ou seja, apreende a condição juvenil em sua negatividade. Portanto,

torna-se necessário colocar em questão essas imagens, pois quando arraigados nesses "modelos" socialmente construídos, corremos o risco de analisar os jovens de forma negativa, enfatizando as características que lhes faltariam para corresponder a um determinado modelo de "ser jovem". Dessa forma, não conseguimos apreender os modos pelos quais os jovens, principalmente se forem das camadas populares, constroem as suas experiências (DAYRELL, 2007, p. 156-157).

Curiosamente, esse entendimento contribui para, simultaneamente, pensar os jovens como objetos e como sujeitos da política. As estratégias efetivadas ora tomam os jovens como público alvo privilegiado das intervenções, ora pressupõem que os próprios jovens articulem conceitos e sentidos pertinentes a seus interesses e opiniões, tornando-se atores dos processos de formulação e implementação das políticas (ZALUAR, 1997; ABROMAVAY, 1999). Fica evidente, então, que construir um conceito em torno da categoria juventude não é uma tarefa fácil.

Nesse trabalho, tomamos como ponto de partida o entendimento de Freitas e Papa (2003, p. 60) para os quais deve "se tomar a idéia de juventude em seu plural – juventudes –,

-

¹² O conceito de pânico moral aqui trabalhado é o trabalhado pela autora Helena W. Abramo em relatório apresentado pela UNESCO (2007).

em virtude da diversidade de situações existenciais". Nesta perspectiva, a juventude não pode ser conceituada apenas como uma etapa com um fim predeterminado e tão pouco como um momento de preparação que será superado com a vida adulta. Isso significa afirmar também que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação; um momento da vida na qual existe uma diversidade de experiências, mudanças e expectativas agregadas a variados sentidos e significados atribuídos pelos próprios jovens. A juventude não é um dado, mas uma construção social e histórica. E nesse caso, a condição juvenil é vista como um processo, um constante tornar-se por si mesmo, no qual o ser se forma como sujeito à medida que se constitui como jovem e desenvolve suas potencialidades.

Para tornar mais clara essa tomada de posição, vale a pena destacar um fragmento da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo sobre o *Perfil da Juventude Brasileira* ¹³, no qual é possível observar as preocupações dos jovens, bem como sua percepção do que significa ser jovem na atualidade (ver Gráfico 1).

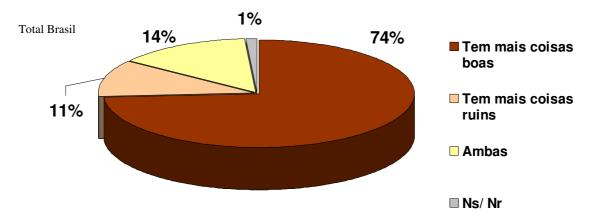


Gráfico 1 - Percentual sobre a existência de mais coisas boas ou ruins em ser jovem

Fonte: Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do SEBRAE

Contrariamente à percepção dos jovens entrevistados, para os quais *ser jovem* apresenta-se como um condição positiva, desde os anos 1950, a juventude é apresentada comumente como um problema face à sua predisposição para a transgressão e a delinqüência (ABRAMO, 2007). Contradição aparente, mas que evidencia a ambivalência que atravessa a compreensão da experiência juvenil.

Mas, curiosamente, as representações que fornecem densidade à idéia da juventude como uma fase da vida turbulenta e difícil tem gozado de estatuto privilegiado nas análises.

¹³ Trata-se de um levantamento quantitativo realizado em áreas urbanas e rurais de todo o território nacional, junto a jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais. Os dados foram colhidos em novembro e dezembro de 2003.

Mesmo após um breve período em que a juventude foi apreendida como símbolo de resistência e engajamento político, as associações negativas relativas à condição juvenil retornam com força, sobretudo, no final dos anos 1980. Neste momento, o problema relativo à juventude relaciona-se com sua suposta incapacidade de sustentar ideais políticos, associando-se com os fenômenos do individualismo, da fragmentação e, agora mais do que nunca, com a violência.

É justamente nesse cenário que o discurso governamental passa a apontar para a defesa da noção de protagonismo juvenil, bem como a possibilidade dessa noção construir uma política pública capaz de efetivamente solucionar os problemas relativos à condição juvenil na atualidade. Segundo Souza (2008), pode-se afirmar que

o protagonismo juvenil seja um discurso que visa suscitar no jovem a necessária motivação para ser integrado, na medida em que manifesta uma suposta posição de destaque da juventude diante do objeto de certa mudança social, e apela ao "sentir-se útil" ou à valorização do indivíduo que se propõe a fazer coisas, base das "novas formas" de política (SOUZA, 2008, p. 10).

2.2 O discurso do protagonismo e as políticas públicas de juventude

Em sua origem etimológica, a palavra protagonista significa em língua portuguesa *prôtos* - primeiro e *agōniste* – lutador (dos jogos públicos). A noção transmite a idéia do sujeito como ator principal de um espaço público. Aponta ainda para a personagem principal de uma peça dramática. Nesse caso, o protagonista seria a pessoa que desempenha ou ocupa o primeiro lugar em um acontecimento.

Sempre vagamente definida, a expressão começou a circular no discurso político brasileiro na última década. Em alguns momentos, a noção de protagonismo parece se referir a um método, um princípio ou eixo pedagógico cuja ênfase na atividade do jovem a quem se dirigem as medidas sócio-educativas o deslocaria de uma posição considerada passiva, de mero beneficiário, para uma posição de participação ativa. Outras vezes, a noção parece querer designar certa capacidade intrínseca ao jovem, a de ser protagonista no desenvolvimento do País, da comunidade em que vive e do seu próprio crescimento. Mas vale ressaltar que a imprecisão do termo não é um fator de debilidade do discurso, mas uma importante estratégia na fabricação dos consensos que a noção articula e desenvolve.

Assim, ao se fazer um resgate histórico do discurso do protagonismo cabe, primeiramente, enfatizar a emergência dos novos parâmetros de tratamento conferidos aos

jovens, uma vez que a emergência da noção foi precedida pela produção de um discurso sobre a participação política da juventude.

Um marco importante, nesse processo, foi a declaração, pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1985, do *Ano Internacional da Juventude*. Desde esse momento, os órgãos das Nações Unidas passaram a produzir dezenas de documentos, resultantes de fóruns, seminários e encontros diversos, em que foram estabelecidos programas de ação, diretrizes e medidas a serem adotadas pelos países-membros, configurando o campo das chamadas políticas públicas de juventude. Apesar disso, durante a década de 1990, o termo protagonismo raramente aparece nos documentos internacionais até que, em março de 2001, a expressão completa – protagonismo juvenil – foi alçada ao título da publicação *Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur* (CEPAL e UNESCO, 2001).

Essa publicação resultou do *Encontro sobre Melhores Práticas em Projetos com Jovens do Cone Sul.* Promovido pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL), em novembro de 1999, o encontro reuniu 40 jovens que representavam 20 projetos na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. O enunciado apareceu no título, mas não no interior do documento; na declaração final do evento encontra-se, uma única vez, a expressão "protagonismo dos jovens" (CEPAL et al., 2001). Assim, nesse momento, a noção não parece ter sido capaz de fixar-se como o aglutinador de um discurso consolidado¹⁴.

Ainda que com certo atraso em relação aos outros países latino-americanos, o Brasil vem acatando as recomendações internacionais. Desse modo, é também a partir da década de 1980 que começam a se consolidar as políticas de proteção na área da infância e juventude¹⁵.

Embora saibamos que, no nosso País, há uma distância enorme entre a lei e a realidade, e que as formas de acesso ao reconhecimento de direitos são ainda limitadas, são inegáveis os avanços conquistados, os quais contribuíram para consolidar "uma nova representação social da criança e do adolescente, que os toma como sujeitos de direitos, que não os categoriza, como pobres, pretos, abandonados, ou quaisquer outras classificações" (PINHEIRO, 2001, p. 62). Mas, do ponto de vista mais estrito desse trabalho, a principal mudança ocorre, nos anos 1990, quando se fixa a idéia de que a juventude constitui-se como

_

¹⁴ Mesmo na publicação mais recente, *Políticas públicas de/para/com juventudes* (UNESCO, 2005), a expressão não foi mencionada, aparecendo apenas o termo "protagonistas" em referência aos jovens que se destacam em alguma área.

Na perspectiva de reconhecimento de direitos de cidadania, a sociedade civil organizada conquista dois marcos legais que configuram um novo direcionamento às políticas públicas: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13/07/90) e a Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 07/12/93), referências-chave no tratamento de crianças e adolescentes no País.

um segmento populacional específico, cujas demandas não seriam satisfatoriamente supridas por políticas setoriais (cf. UNESCO, 2005, p. 94).

Entretanto, apesar do discurso universalizante dos direitos, as políticas públicas recomendadas permanecem se dirigindo, sobretudo, aos segmentos da juventude em situação de pobreza e exclusão, considerados especialmente vulneráveis ao desemprego, à violência, às drogas, à AIDS, à gravidez não desejada, etc. Por isso, não casualmente, dois fatores são considerados decisivos quando se pretende analisar o protagonismo dos jovens pobres: o trabalho sócio-educativo e a concessão de bolsas/benefícios¹⁶. Essas estratégias associadas ao trabalho pedagógico de construção de valores, como responsabilidade social, solidariedade, abririam uma perspectiva de enfrentamento à violência e à exclusão social. Nesta perspectiva,

o protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos... A ênfase no jovem como sujeito das atividades contribui para dar-lhes sentidos positivos e projetos de vida, ao mesmo tempo que condizem à reconstrução de valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social (ABROMAVAY et al, 2002, p. 62).

O protagonismo visaria o desenvolvimento de atividades que provoquem os jovens a tomar iniciativas, a assumir um papel de sujeito, saindo da condição passiva de expectador para ser ator, e mais, ator principal. Trata-se de um processo educativo que passaria pela exigência de práticas onde os jovens possam exercitar valores e desenvolver o sentimento de pertença, enfatizando a construção de um capital social¹⁷.

Dessa ótica, a maior parte das medidas propostas tem por finalidade a integração da juventude pobre mediante o acesso a serviços, à inserção no mercado de trabalho (o que não significa garantia de emprego, mas o "fomento ao empreendedorismo juvenil", cf. BRASIL, 2006) e à "construção de uma cultura de paz" (UNESCO, 2005). A participação dos jovens, tanto na *formulação* dessas medidas quanto na sua *implementação*, é considerada pedra angular das políticas propostas.

O conceito de capital social, defendido por Coleman (apud ABROMAVAY, 2002, p. 63), refere-se a um conjunto de regras, obrigações, reciprocidades e confiança presentes em relações, estruturas e arranjos institucionais da sociedade, e que permitem a seus membros buscarem seus objetivos individuais e comunitários, ocasionando, como conseqüência, um empoderamento dos jovens.

-

De fato, o repasse de bolsas ou benefícios para os jovens representa "certa" autonomia financeira, na medida em que esses jovens podem consumir alimentos, vestuários, complementar a renda familiar. No entanto, há críticas severas a esse modelo de política. Dentre outros, Baumann (2005) tem declarado que a resposta aos problemas da juventude é tão utilitária quanto a definição do problema.

Do que foi exposto até o momento depreende-se que o discurso do protagonismo implica a constituição de uma agenda pública voltada para o jovem, bem como o consenso em torno da idéia de uma juventude em situação de vulnerabilidade e risco. Na perspectiva de Sposito (2007), o discurso do protagonismo emerge e se expande tão somente quando ocorre

(...) certa cristalização da idéia de uma juventude pobre, potencialmente perigosa pela ociosidade nos centros urbanos, conforme um ponto de vista bastante enraizado socialmente, com repercussões não desprezíveis no discurso e ações dos gestores públicos que constituem no plano da retórica um amálgama de representações ambíguas (SPOSITO, 2007, p. 14).

A violência, portanto, é o principal vetor da visibilidade dos segmentos juvenis e das tentativas de sua inclusão protagônica. A gradativa constituição de uma agenda voltada à juventude ocorre em consequência do intenso debate em torno dessa questão.

Sposito (2007) destaca ainda que parte desta visibilidade decorre da influência da UNESCO que, desde 2004, vinha realizando várias pesquisas sobre a vulnerabilidade dos jovens brasileiros e cujos resultados foram amplamente divulgados entre os meios de comunicação. É nesse contexto que os jovens passam a ser assistidos por políticas destinadas especificamente a eles e que, embora articuladas centralmente pela problemática da violência, buscam atingir suas necessidades de forma ampla.

Esta breve digressão histórica permite mapear alguns elementos: a) os projetos e programas que visam estimular a promoção do protagonismo juvenil pressupõem a constituição de uma agenda pública em torno da necessidade de políticas específicas para o segmento juvenil; b) o protagonismo porta uma dimensão pedagógica cujo objetivo é a construção de espaços de aprendizagem voltados para a construção de valores; c) a tematização do protagonismo juvenil implica uma percepção da condição juvenil atravessada pela noção de vulnerabilidade e risco social, percepção ampliada pelo envolvimento crescente dos jovens pobres com situações de violência.

Logo, não é casual o fato de o discurso do protagonismo estar relacionado com o controle e a normalização das condutas juvenis, o que exige uma reflexão em torno da categoria desvio como forma de mediar a construção de sentidos entre o discurso do protagonismo e as políticas públicas de juventude. Essa delimitação é importante para evitar a reprodução de discursos e práticas estigmatizadoras produzidos sobre os jovens pobres, pois isso é supostamente o que o discurso do protagonismo pretende superar.

2.3 A juventude pobre como objeto de intervenção: de desviante a cidadão

Desse modo, tão importante quanto entender os sentidos discursivos atribuídos à juventude e ao protagonismo é apreender como os jovens pobres se constituem enquanto sujeitos no interior desse campo discursivo.

Sposito (2007) defende que a tematização discursiva sobre a juventude inter-relaciona os processos mais amplos de mudança econômica e social com os episódios recentes de natureza violenta envolvendo os jovens. Por essa razão, pensar a juventude no âmbito do paradigma da segurança pública tem sido uma tônica comum, fazendo com que a juventude se torne o alvo preferencial de todas as governamentalidades. Os indicadores sobre a morte violenta de jovens e adolescentes no Brasil são apresentados para atestar essa realidade. Nos últimos 15 anos foram assassinados mais de 30.000 jovens, apenas no Rio de Janeiro. A cada ano são mortos pela polícia cerca de 1.000 jovens. A partir de 1994, percebe-se uma progressão geométrica na criminalização, encarceramento e extermínio da juventude popular brasileira.

No entanto, o aumento da violência e dos investimentos para "combatê-la", junto à construção do *dogma da pena* para a solução da conflitividade social, demonstra que, na verdade, este é exatamente o projeto para a juventude pobre: um processo de contenção e disciplinamento dos segmentos juvenis categorizados como *populações de risco*. Assim, para apreender a violência relacionada à juventude no Brasil contemporâneo vamos recorrer ao que foi denominado pela sociologia crítica como *processo de criminalização*. Uma referência central na análise desse processo é o pensador francês Michel Foucault. Foucault entendeu o sistema penal como um dispositivo para gerenciar, seletiva e desigualmente, as ilegalidades populares.

As análises foucaultianas evidenciam que, entre os séculos XIV e o XVII, a constituição de uma sociedade de classes impôs novas necessidades de ordem. A transformação do capital mercantil em capital industrial articula o trabalho obrigatório como marco legal com a arquitetura análoga da fábrica e da prisão: quem não estiver numa, estará na outra. Assim, a partir do século XVII o dispositivo do encarceramento começa a aparecer em larga escala.

A constituição da prisão como pena, com arquitetura e funcionamento análogo ao da fábrica, surge impondo uma nova maneira de punir com maior eficiência: vigiar e punir, articulando o disciplinamento do corpo do homem ao disciplinamento do homem-espécie,

população¹⁸. Concomitantemente, na criminologia, através do positivismo engendrado no século XIX, o poder médico se autonomiza do discurso jurídico, criando um conhecimento tautológico, que deduz a partir da seletividade dos encarcerados a "causalidade" determinista, patológica e biológica dos "criminosos".

Neste momento, a "delinqüência juvenil" constitui-se no objeto sociológico por excelência. O problema das "gangues juvenis" aparece como tema de estudos ainda em 1927. Começam a surgir às preocupações com a socialização, o reconhecimento social, as relações entre delinqüência juvenil e as áreas urbanas degradadas¹⁹.

Mais recentemente, a governamentalização da segurança pública tem-se constituído em sólido mercado para a cooptação dos saberes das ciências sociais. Neste mercado, a juventude tem sido *alvo* de inúmeros projetos²⁰. A convergência programática entre esfera social e penal colocada em prática nos últimos anos possibilita um controle mais restrito dos grupos juvenis marginalizados. Assim, parece haver um consenso nas abordagens (educacionais, sociológicas e psicológicas) ao enfatizarem os aspectos "corretivos" ou "preventivos" que políticas específicas desempenhariam junto a esses segmentos. A discursividade científica tem objetivos amplos: os "anormais" em geral, todos os "degenerados", "delinqüentes", enfim todos os "desviados".

O desvio residiria nos comportamentos daqueles grupos que não se deixam governar, os incorrigíveis, sobre o quais devem atuar ações de controle. Políticas públicas são configuradas para lidar com esses sujeitos, inserindo-os em instituições normalizadoras. Foucault (1997) compreende essas ações no âmbito de um amplo processo de governamentalização entendida como o conjunto das ações que visam assegurar a conservação do Estado.

Em termos foucaultianos, isso significa que o seqüestro institucionalizado produziu o grande encarceramento com a finalidade de separar o pobre "inocente" do pobre "culpado".

_

Surgem estudos como os de William Whyte, de 1943, *A Sociedade da Esquina*, demonstrando como os imigrantes italianos conformam um subgrupo que se distingue da cultura geral, e de Albert Cohen, de 1955, *Delinqüentes Juvenis: a cultura das gangues*, analisando os problemas de adaptação à cultura dominante. A sociologia torna-se, assim, o grande saber edificador da criminologia científica, a partir da incorporação por Merton do conceito de anomia em Durkheim. Um conceito exemplar produzido por esse empreendimento sociológico é o de "classes perigosas" (ver GUIMARÃES, 1981).

O PAC da Segurança Pública, do Governo Federal, tem como principal meta atingir cerca de 425 mil jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, através de dois projetos: o Reservista-Cidadão e o Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável. Além disso, o PAC da Segurança planeja a construção de 93 presídios destinados exclusivamente a jovens entre 18 e 24 anos.

Ou seja, a governamentalidade refere-se a

essas coisas das quais o governo deve encarregar-se: os homens, mas (os homens) em suas relações, seus laços, seus emaranhamentos com essas coisas que são as riquezas, os recursos, as substâncias, o território, com certeza, em suas fronteiras, com suas qualidades, seu clima, sua aridez, sua fertilidade; são os homens em suas relações com essas outras coisas que são os costumes, os hábitos, as maneiras de fazer ou de pensar e, enfim, são os homens em sua relação com outras coisas ainda, que podem ser os acidentes ou as desgraças, como a fome, as epidemias, a morte (FOUCAULT, 1978, p. 288).

A governamentalidade objetiva "estruturar o eventual campo de ação" dos sujeitos (FOUCAULT, 2000, p. 244) mediante estratégias de gestão da conduta dos indivíduos enquanto atividade racional do Estado. Desta ótica, as experiências realizadas no âmbito das políticas públicas de juventude na América Latina representam formas de governamento das condutas dos jovens das periferias urbanas. Uma racionalidade prática que se ocupa em ordenar as ações dos jovens pobres.

Com essa chave de leitura, percebemos que a preocupação governamental com a violência juvenil não é um fenômeno aleatório, menos ainda uma resposta provocada pela existência de nexos empíricos entre juventude e violência. Pois, a violência juvenil não é "dado", uma realidade naturalizada, a merecer uma resposta positiva por parte dos aparelhos e agentes do Estado. Decorrendo daí a importância de problematizar as concepções naturalizadas das questões sociais subjacentes às políticas de juventude, em geral, e nos discursos do protagonismo juvenil, em particular.

Determinadas abordagens sobre o protagonismo, por exemplo, parecem convergir em torno de uma "lógica identitária" articulada por uma potência corretiva e moralizante, cuja sustentação é um sentimento generalizado de insegurança que está imbricado com uma atitude que vamos chamar de "paradigma preventivo". Nessas abordagens, o ideal de sujeito que responde por este paradigma é o da individualidade. O social existe apenas em um local no qual se pode construir, através do mecanismo da identificação, uma identidade "boa", "normal", "estável"; ou, no caso de falha dos processos identificatórios (e socializadores), uma identidade "desviante", "anormal", "de desvio". O protagonismo é pensado nesse tipo de abordagem como um processo de identificação que atua no sentido do reforço das potencialidades do sujeito.

Fica evidente o entendimento da identidade como um princípio que opera na perspectiva da estabilidade, da normalidade, da adequação à realidade. Uma concepção que

compreende a realidade de uma forma descontínua em relação à subjetividade. A identidade operaria, portanto, como um mecanismo de aproximação entre um mundo "interior", subjetivo, e uma realidade social, cultural. Não se compreende a produção da realidade e a produção da subjetividade como faces de um mesmo processo.

Consolida-se, por essa via, um entendimento de identidade coletiva que está mediado pelo ideal do indivíduo adaptado ao social. Mesmo quando se parte de uma perspectiva mais ampla que inclui dimensões como raça, gênero, classe, etc., aponta-se para uma determinada funcionalidade da noção de identidade, no sentido de "resgatar uma dimensão social", como se houvesse um distanciamento entre o social e o individual. Neste contexto, as políticas de juventude, movidas pelo discurso do protagonismo, atuariam como um elemento facilitador, mediando a aproximação dessas duas dimensões. Cria-se uma expectativa que essas políticas construam laços sociais menos transgressores entre os jovens.

Em síntese, espera-se que os jovens pobres possam protagonizar papéis sociais menos desviantes e, em certa medida, menos ameaçadores, postulando a afirmação de identidades cidadãs, a qual emerge como a expressão máxima de uma identidade funcional, uma identidade que conduz a uma boa sociabilidade. Conjugando-se com o conceito de identidade, essa percepção da cidadania constitui pólo oposto àquele onde se situariam a violência, o comportamento anti-social e a delinqüência. Não se trata de uma problematização mais apurada sobre o que seja o conceito de cidadania, ou de diferentes formas de ser cidadão. Trata-se, muito simplesmente, de concebê-la como instrumento preventivo em relação a uma suposta violência potencial dos jovens.

Apreende-se a força desse argumento quando se tem em conta que o público alvo privilegiado das políticas de juventude são, exatamente, os jovens pobres, cuja participação na sociedade vem despertando uma preocupação crescente e que está muito ligada a um "temor de proximidade". Por isso, em que pese certa potência de desestabilização dos discursos recorrentes sobre o protagonismo nas políticas de juventude, observamos também a existência de um mecanismo "normalizador" que cria modos específicos de reprodução das formas de sociabilidade e de subjetivação hegemônicas. Portanto, compreendemos que não há como separar o discurso do protagonismo, nas políticas de juventude, de uma racionalidade prática que objetiva transmutar o jovem pobre, considerado desviante em potencial, em sujeito cidadão.

²¹ Podemos compreender, então, que é a proximidade e a distribuição desordenada dos "pobres" pela cidade, o seu funcionamento não convencional, sua "diferença" que vai produzir o medo e não necessariamente uma propensão violenta que existiria no pobre.

O discurso do protagonismo opera por meio de uma racionalidade normalizante e moralizante onde as identidades desviantes (leia-se de risco) e cidadãs tornam-se as cifras operativas no tratamento da juventude como problema social e político. O discurso do protagonismo materializa-se, também, no impulso estatístico de gerenciar as potencialidades de uma sociedade, demarcando o lugar do desvio e do erro.

Desse modo, o discurso do protagonismo pode reproduzir a percepção da juventude e da pobreza como problemas a serem equalizados em termos políticos, reiterando as estratégias de atenção relacionadas com as chamadas "categorias desviantes". Em outras palavras, o que pretendemos ressaltar é a possibilidade de uma "potência fascista" que, através do discurso do protagonismo, pode construir noções de "situação de risco" ou, falando em linguagem politicamente correta, de "vulnerabilidade social" que, por sua vez, são justificativas para o ordenamento da sociedade.

Portanto, o discurso do protagonismo é menos resultante de uma reação efetiva à experiência fática da violência juvenil, cuja existência não negamos, do que de uma determinada potência microscópica, "microfísica", que se espalha pelo corpo social, ativando a capacidade de submissão aos procedimentos necessários para os processos de inclusão governamentalizada. É desta forma que o discurso do protagonismo juvenil vai se imbricando nas ciências humanas e acaba por se traduzir no dispositivo da identidade como conceito ordenador dos sujeitos jovens, culminando com a busca em determinados dispositivos pedagógicos que seriam a solução para o problema, uma vez que permitiriam aos jovens pobres construírem uma identidade cidadã.

Cabe questionar, então: como as noções de protagonismo juvenil imbricadas em diferentes discursos produzidos pela academia, pelas organizações sociais e, mais particularmente, pelas políticas governamentais articulam-se efetivamente na luta hegemônica dos direitos das juventudes na atualidade?

CAPÍTULO III

O que dizem os que pesquisam e discutem sobre o protagonismo juvenil

Para Abramo (2007) a necessidade de considerar os jovens como sujeitos de direitos implica ultrapassar o modo como a juventude pobre tem sido tematizada enquanto uma ameaça ao ordenamento social. Desse modo, procuraremos nesse momento compreender como a noção de protagonismo juvenil é problematizado no âmbito das pesquisas acadêmicas, na mídia e nos documentos oficiais produzidos pelas políticas públicas destinadas à juventude brasileira.

Neste sentido, é importante relembrar que o presente estudo configurou-se como uma pesquisa bibliográfica-documental, orientada pela matriz teórica da Análise de Discurso de E. Laclau. Empiricamente a análise debruçou-se sobre documentos elaborados por órgãos públicos que contém algum tipo de avaliação acerca do Projeto Agente Jovem, bem como o Decreto de nº 4.854, de maio de 2006 e a Portaria de nº 879, de 03 de dezembro de 2001 que regulamentam o referido projeto. A escolha desse material orientou-se pelo objetivo de compreender como os discursos das políticas públicas de juventude articulam a noção de protagonismo com conceitos, características e formas de comportamento em torno dos jovens pobres e desta forma possibilitam a constituição de identidades juvenis a partir desses referenciais²². Também foi objeto de análise um volume do Caderno de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate e uma publicação do Tribunal de Contas da União (TCU), nos quais consta o resultado das auditorias realizadas do Projeto Agente Jovem.

Esses documentos foram selecionados por representarem dois olhares importantes: um olhar mais administrativo e técnico, produzido pelo TCU; e outro mais conceitual e político, realizado pelo Ministério responsável pelo programa. A publicação Caderno de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate traz uma avaliação promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a respeito dos impactos do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. O estudo foi coordenado pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) e realizado pelo Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense (DataUff).

Neste estudo foram realizadas entrevistas em oitenta e um municípios brasileiros perfazendo um total de cerca de dois mil jovens separados em dois grupos: um grupo de ex-

²² A discussão desse material será realizada no próximo capítulo.

beneficiários, representados pelos participantes que já concluíram suas atividades no programa no período correspondente a mais de seis meses e há menos de vinte meses da data de realização da pesquisa, e outro grupo de jovens em condições de vida similares aos jovens egressos do Agente Jovem. No entanto, para o nosso estudo, serão considerados na análise apenas os dados relativos aos egressos do Projeto Agente Jovem. O estudo do Tribunal de Contas da União, por sua vez, resultou de um trabalho de campo em 16 municípios de quatro estados (Bahia, Amazonas, São Paulo e Rio Grande do Sul), levando em consideração a meta de atendimento dos municípios, a população de jovens entre 15 a 17 anos, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A pesquisa também realizou entrevistas com a equipe técnica e os gestores estaduais e municipais, bem como grupos focais com os jovens.

Acreditamos que o trato das informações contidas nestas publicações enriquecerá a nossa discussão, permitindo perceber como o discurso do protagonismo juvenil vai ganhando espaço na agenda governamental brasileira.

Além disso, será possível contrastar o modo próprio de tematização do protagonismo, no âmbito governamental, com a forma como o mesmo tema foi problematizado por outros agentes sociais: mídia, organizações não governamentais (ONGs) e espaços acadêmicos. Posições que serão trabalhados a seguir.

3.1 Protagonismo Juvenil: O que dizem as pesquisas acadêmicas

A tematização do protagonismo juvenil em pesquisas realizadas no âmbito acadêmico enfoca a ação de Projetos e Programas que em seus objetivos apresentam o protagonismo como um dos focos de atuação e relaciona os problemas enfrentados pelos jovens referentes a educação, trabalho, renda, convívio familiar e violência. Comumente, as pesquisas vêm acompanhadas de críticas em torno da estigmatização dos jovens produzida a partir dos percentuais de violência, criminalidade e homicídios que envolvem os diversos segmentos juvenis.

Para autores como Maria Eleonora D. Lemos Rabêllo, a discussão parte da conceituação da palavra protagonismo, privilegiando suas origens etimológicas. Parte-se, portanto, da perspectiva que o protagonismo juvenil parte do princípio que o adolescente ou jovem possui capacidade política de um cidadão.

Esta questão também é abordada por Rudá Ricci para quem a condição de cidadania da juventude exige que os projetos de promoção do protagonismo juvenil apresentem uma dimensão pedagógica e tenha por objetivo a construção de espaços de aprendizagem dos atos

e processos de negociação cidadã. Para Rucci, portanto, o tratamento do protagonismo juvenil refere-se a um projeto pedagógico participativo, sustentado por um novo estatuto político do jovem.

Outro estudo relevante foi produzido por Antônio Carlos Gomes da Costa, educador e pedagogo, atualmente o presidente da Modus Faciendi e consultor independente da UNICEF e da OIT. No decorrer de sua atuação profissional foi responsável pela administração da Febem, de Ouro Preto e do Estado de Minas Gerais. Trabalhou como perito no Comitê dos Direitos da Criança da ONU, em Genebra (Suíça) e participou, no Brasil, do grupo de redação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. E somada a estas ações estão os serviços de assessoramento e consultoria que vem prestando a várias organizações e empresas que trabalham com juventude, com destaque para a Fundação Odebrecht e o Instituto Ayrton Senna.

A produção textual de Costa (2000) tornou-se referência para as principais organizações que preconizam o protagonismo juvenil, tendo em vista reunir em seus escritos variadas noções e objetivos que compõem o protagonismo, além de trazer os principais deslocamentos e operações desse discurso. No seu trabalho de maior expressão intitulado *Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática*, o protagonismo aparece como responsável pela promoção de formas de "participação autêntica", ou seja, o protagonismo pressupõe, a criação de espaços e de mecanismos de escuta e participação.

O protagonismo juvenil parte do pressuposto de que o que os adolescentes pensam, dizem e fazem pode transcender os limites do seu entorno pessoal e familiar e influir no curso dos acontecimentos da vida comunitária e social mais ampla. Em outras palavras, o protagonismo juvenil é uma forma de reconhecer que a participação dos adolescentes pode gerar mudanças decisivas na realidade social, ambiental, cultural e política onde estão inseridos. Nesse sentido, participar para o adolescente é envolver-se em processos de discussão, decisão, desenho e execução de ações, visando, através do seu envolvimento na solução de problemas reais, desenvolver o seu potencial criativo e a sua força transformadora. Assim, o protagonismo juvenil, tanto como um direito, é um dever dos adolescentes (COSTA, 1996, p.65)

Nesse sentido, para Costa (2000), o protagonismo é um processo e uma conquista gradual. Suas análises produziram transformações significativas na forma de perceber a juventude sobre o lócus do protagonismo.

Em suas publicações o enunciado protagonismo juvenil pôde fixar-se em um campo conceitual. Para Costa

(...) o protagonismo juvenil emerge como alternativa válida e eficaz para possibilitar aos adolescentes identificar, incorporar e vivenciar, através de ações concretas, os valores que lhes permitirão encontrar-se consigo mesmos e com os outros, na dimensão da solidariedade e do serviço desinteressado à causa do bem comum (SOUZA apud COSTA, 2000, p. 126).

As experiências que priorizam a participação dos jovens como protagonistas do seu processo de desenvolvimento demonstram, para esse autor, ser alternativas eficientes para superar a vulnerabilidade dos jovens, tirando-os do ambiente de incerteza e insegurança (Castro et al, 2001). Para tanto, qualquer projeto que tenha por objetivo incentivar ou promover o protagonismo juvenil deveria partir do princípio que o adolescente ou jovem possui capacidade política de um cidadão (Costa, 2000). É esse entendimento que tornaria possível o jovem desempenhar o seu papel de protagonista e cidadão, tendo em vista que participará do jogo de forças articulatórias de políticas públicas diretamente, na posição de grupo juvenil específico. Esta, talvez, seja a questão teórica a merecer um aprofundamento inicial: a peculiaridade da cidadania juvenil.

Além do compromisso ético, a opção pelo desenvolvimento de propostas, que tenham por base o protagonismo juvenil, exige do educador uma clara vontade política da sua parte, no sentido de contribuir- através do seu trabalho- para a construção de uma sociedade, que respeite os direitos de cidadania e aumente progressivamente os níveis de participação de sua população. (COSTA, 1996, p. 115).

A cidadania, desta forma, pressupõe direitos universais, de onde emerge um ser político, que decide sobre o seu destino e o de sua coletividade. Com isto, o sujeito possui o direito de participar do processo de elaboração de políticas contribuindo para a construção de referenciais normativos apoiados no que os jovens demandam para auxiliar no combate a condição de exclusão e quem sabe superar o paradoxo da inclusão/excludente na qual estão inseridos.

Outra concepção acerca do protagonismo juvenil foi elaborada por Miriam Abramovay, Socióloga e Mestre em Educação, lecionou na Universidade Católica de Brasília, foi coordenadora do Observatório de Violência nas Escolas, coordenado diversas pesquisas e avaliações da UNESCO, além de ter realizado consultoria para o Banco Mundial e o UNICEF.

Atualmente Miriam Abramovay é coordenadora do Setor de Pesquisas da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana - RITLA; coordenadora e professora do Curso

"Juventude, Diversidade e Convivência Escolar", proveniente de uma parceria entre a RITLA e a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal ²³. Abramovay, em texto publicado pela UNESCO (2002), defende que o protagonismo juvenil é parte de um método educacional voltado para a cidadania, buscando o desenvolvimento de atividades centralizadas nos jovens e valorizando sua participação. Para ele, é a ênfase dada ao jovem durante as atividades o fator que permite a construção de sentidos positivos para sua vida, mediante a elaboração de projetos de vida, ao mesmo tempo em que são trabalhados valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social.

O protagonismo juvenil é parte de um método de educação para a cidadania que prima pelo desenvolvimento de atividades em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos. O combate à vulnerabilidade social também implica a superação dos enfoques setoriais e desarticulados de grande parte das políticas sociais. (Abramovay, 2002, p. 67)

Suas análises são importantes, pois seus estudos defendem a hipótese de que a violência juvenil possui um forte vínculo com a condição de vulnerabilidade dos jovens. Desta forma, Abramovay, entende que tal situação dificulta o seu acesso às estruturas de oportunidades disponíveis nos campos da saúde, educação, trabalho, lazer e cultura. E defende que, apontar soluções para os problemas com a exclusão, desigualdades sociais, discriminações e a violência vivenciados pelos jovens implica em assumir um postura desafiadora com a defesa de uma efetiva valorização do protagonismo juvenil.

A expressão de tais particularidades pressupõe serem componente de uma democracia participativa em que se atente para os desafios da modernidade – incorporação de novas tecnologias na educação, construção de valores éticos, exercício da crítica social contra exclusões – a fim de lidar com a vulnerabilidade social de forma inovadora, tendo como referência o capital cultural e social relacionado ao protagonismo juvenil. (Abramovay, 2002, p. 78)

Por um lado, o cenário complexo que permeia a relação juventude e violência pode ser esclarecido, a partir da associação da vulnerabilidade com a desigualdade social e a segregação juvenil (Abramovay, 2002). Por outro lado, tal relação é fruto de uma deficitária educação somada à ausência de maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho e

_

²³ Mary Castro (2001), por sua vez, propõe uma outra dimensão a problemática da juventude ao associar a dimensão do protagonismo juvenil com o gerenciamento da própria vida. Para ela, o conceito de protagonismo ao pretender qualificar a democracia o faz numa dupla perspectiva: protagonismo com um sentido gerenciar, remetendo para um determinado ciclo da vida, como é o caso do protagonismo juvenil, e protagonismo voltado para um contexto histórico específico.

nos demais espaços sociais. O que indicaria em sua perspectiva um tipo de abordagem na qual os processos educativos seriam mobilizadores de capital social e cultural. Essa seria uma das razões pelas quais muitos jovens ficariam.

relegados às influências que nascem de sua interação cotidiana nas ruas, com outros que partilham das mesmas carências quando não são atraídos pelo mundo do crime e das drogas, inclusive por seus símbolos e práticas autoritárias de imposição de poder, ou de protagonismo negativo. (Abramovay, 2002, p. 56)

Assim, a produção da segregação de jovens em condição de vulnerabilidade se daria pela combinação de fatores que os colocaria à margem da participação democrática e se iniciaria com a carência de modelos que vinculassem esforços a êxitos e possibilitassem uma formação ética com valores de solidariedade. A construção de identidades sensíveis à diversidade cultural e aos compromissos da cidadania, bem como o fortalecimento da autoestima estaria ainda associado à existência de um sentimento forte de pertencimento.

Vale ressaltar, também, a posição de uma das mais importantes referências no estudo acadêmico sobre a juventude brasileira na atualidade: a professora e pesquisadora Marilia Pontes Sposito. Em uma publicação feita pela editora Ação Educativa, Sposito traça um retrato da situação dos jovens brasileiros, frente às políticas públicas que incorporam a juventude em sua esfera de ação. Para ela a idéia de protagonismo juvenil nos programas desenvolvidos com jovens e adolescentes é

uma das modalidades de inovação empreendida pelas ONGs. Essa expressão buscou identificar um modo diverso de trabalho com a população destinatária dos programas sociais, de modo a trazê-las para uma condição diferente da de mero usuário (Sposito, 2007, p. 31).

Sposito (2003) destaca ainda que a questão é a formulação de projetos para a juventude, o modo como se concebe a participação dos jovens e o reconhecimento de sua capacidade de ação, individual ou coletiva. A autora concorda com Castro (2002) que o protagonismo, dentro desses programas, passou a ter um uso nitidamente instrumental, quando o que deveria se buscar para compor os projetos e programas seria a dimensão crítica do termo protagonismo. Desta forma, para Sposito, o protagonismo deveria se configurar como uma estratégia dos grupos juvenis para realizar uma critica em torno das propostas pedagógicas e dos projetos que lhe são endereçados. Pois, caso contrário, o termo apenas

reforçaria as imagens já em curso, na historia das políticas de juventude de nosso País, para caracterizar sua situação de perigo social. Em sua análise,

dois conceitos estão presentes em documentos de órgãos do governo federal e nos das ONGs, principalmente quando se referem a projetos e programas fortemente destinados à juventude: protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social. Aliás, estas foram idéias marcadas mais por apelo social do que conceitos baseados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude. Na grande maioria dos casos, representaram simplificações facilitadoras do entendimento de realidades socioculturais complexas e também códigos de acesso para financiamentos públicos orientados por uma tão nova quanto débil conceituação de proteção social e cidadania participativa. Estimular o protagonismo juvenil, expressão tantas vezes encontrada em textos de projetos variados, parece ser auto- explicativa até o momento em que nos perguntamos sobre o seu verdadeiro significado. (SPOSITO e CARRANO, 2003, p. 289-90, grifo dos autores).

Diante desta variedade de representações e sentidos dados ao termo protagonismo questionamos a possibilidade de sua aplicabilidade tendo em vista que se os documentos oficiais que regulamentam os projetos e programas destinados aos jovens associam o termo a prática cidadã, como ficará a oferta de métodos pedagógicos adequados a promoção deste protagonismo junto a juventude. E indo mais além, conforme os instrumentos e concepções acerca da juventude presentes nas ações das políticas públicas, reinteirando o que fora expresso por Sposito e Carrano (2003) na citação acima, indagamos sobre qual seria o significado do protagonismo para estas políticas, pois, na medida em que estamos cientes do conceito atribuído ao termo poderemos vislumbrar que tipo de sujeitos cidadãos o governo pretende formar através do uso do protagonismo como base articulatória entre política e ação juvenil.

3.2 O que dizem as políticas públicas

Utilizado pelas políticas concebidas pelos governos e direcionadas aos jovens, o termo protagonismo aparece em textos de variados projetos como indicativo de avanços pelo reconhecimento da importância social e política da juventude. Estimular o protagonismo juvenil, desta forma, para as políticas públicas é um meio de expressar o caráter democrático e inovador das ações governamentais. A construção do discurso do protagonismo juvenil, no espaço das políticas públicas, é, portanto, histórica e vem sendo incorporada com maior incidência nos textos oficiais nestes últimos anos.

Nesse cenário, o reconhecimento do protagonismo emerge como uma das possíveis soluções de combate ao risco e à vulnerabilidade juvenil, configurando-se como proposta socializadora dando visibilidade aos jovens como sujeitos de direitos. O Estatuto da Criança e do Adolescente que trata da regulamentação de diretrizes de proteção integral à criança e ao adolescente situa-se como um marco jurídico e social importante para entendermos como a luta pelo direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho, contribuiu para alterar as imagens sobre os segmentos juvenis. Embora o texto legal não faça referencias diretas ao termo protagonismo, percebermos que ações posteriores ao Estatuto irão agregar seus conceitos e princípios reunindo-os em torno do conceito de protagonismo. Um exemplo que podemos destacar é a questão da regulamentação do direito à educação e à proteção do trabalho que aparece em trechos do ECA em seu Art. 68 e Art. 69.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada. § 10 Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo. § 20 A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo. Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros: I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho. (Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p. 24)

Nota-se, assim, como a preocupação em ofertar espaços para a participação social, política e cultural dos jovens irá, pouco a pouco, condensar-se nas políticas elaboradas na atualidade na defesa do protagonismo juvenil. O termo, nesse caso, passa a funcionar como uma espécie de "símbolo" para indicar o caráter, a natureza e o *modus operandis* das ações direcionadas aos jovens em nosso País. Pois, como indica o ECA em seus Art.86 e Art. 87.

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, dos municípios; Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento: I - políticas sociais básicas; II - políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem; (...) (Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p. 28-29).

Essa mesma postura foi adotada pela Coligação Muda São Paulo que elegeu Martha Suplicy à Prefeitura do Município de São Paulo cujas varias referências feitas ao protagonismo aparecem próximas ao uso de termos como cidadão e sujeitos, ambos visando veicular a imagem institucional democrática às futuras ações do governo. Para isto, projetouse um discurso em defesa dos interesses e necessidades dos jovens, então, percebidos como cidadãos de direitos. Essa defesa dos jovens recorrendo à sua condição de cidadania, já estava presente desde o ano de 1993 no Art. 101 do ECA.

Art 101 Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 98, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas: (...) II - orientação, apoio e acompanhamento temporários; III - matrícula e freqüência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;IV - inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à criança e ao adolescente. São linhas de ação da política de atendimento; (...)VI - inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (...) ((Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, p. 36-37).

Em decorrência da hibridação que o termo protagonismo apresenta podendo ser usado para a construção de consensos, consideramos ser importante uma maior aproximação com documentos oficiais que fazem referência ao protagonismo.

Assim, destacamos, por exemplo, que o decreto regulamentador do ProJovem não fez referência direta ao termo protagonismo juvenil, embora esteja evidente a intenção de desenvolvimento de ações comunitárias e exercício da cidadania. A finalidade do Decreto estabelece que o ProJovem irá,

executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso previsto no art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, elevação do grau de escolaridade visando a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional, em nível de formação inicial, voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. (BRASIL, 2005)

É possível identificar aqui as duas ideias centrais que irão configurar o núcleo de sentido do termo protagonismo nas políticas de juventude: inserção produtiva e o desenvolvimento de ações comunitárias, ambas pensadas como práticas de solidariedade e exercício concreto da cidadania. Isso significa que a efetividade das intervenções tanto em termos da elevação dos níveis de escolarização dos jovens participantes, quanto em termos da promoção do seu ingresso no mercado de trabalho pressupõe, dentre outros elementos, formas

específicas de valorização ativa dos jovens. Compreensão que culminará na defesa de uma atitude protagônica por partes dos beneficiários da política.

Não casualmente, portanto, dentre os instrumentos legais criados pelo governo federal, para implementar aquele Decreto, estão o Plano Nacional de Juventude, proposto pelo Projeto de Lei n°. 4.530 de 2004, e a Portaria n°. 879 do Ministério da Previdência e Assistência Social que estabelece normas e diretrizes para o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (BRASIL, 2001). Nesses dois textos normativos, o protagonismo juvenil já é apresentado como uma metodologia de intervenção efetiva junto aos segmentos juvenis, uma vez que prioriza-se a aprendizagem de competências de caráter geral, visando a constituição de pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais autônomas em suas escolhas, mais solidárias, que acolham e respeitem as diferenças, pratiquem a solidariedade e superem a segmentação social (Brasil, 2001, p.04). No Plano Nacional de Juventude, por sua vez, a expressão protagonismo se apresenta acompanhada de dois sentidos. Por um lado, encontramos a preocupação em promover a formação para o trabalho e a garantia de emprego e renda como forma de estímulo ao protagonismo juvenil.

Essa forma de abordagem agrega ao termo protagonismo um sentido de atividade a ser desempenhada pelo jovem no meio social de forma imediata. Ou seja, ampliando os serviços voluntários a serem realizados pelos jovens acredita-se estar oportunizando uma formação para o mercado e uma forma de ocupação dos jovens.

Por outro lado, constroi-se a partir da conceituação etimológica mesma do termo protagonista, a significação de uma juventude que é ator principal das propostas a serem elaboradas e abordadas para este segmento social. Desta forma, um segundo sentido é atrelado ao termo protagonismo, no qual aos jovens é atribuído o papel de ator social, ficando sobre sua responsabilidade atuar junto aos formuladores das proprias políticas públicas para demandar ações que atendam as suas necessidades. Com isso, o discurso presente no Plano Nacional de Juventude busca a superação da antiga forma de fazer política, na qual elaboravase políticas públicas *para* a juventude, mas sem a participação dos sujeitos envolvidos, ou seja, política *com* a juventude.

Mas, se, por um lado, esse entendimento contribuiu concretamente para ativar a construção de novas instâncias de mediação entre o poder público e a sociedade civil, como é o caso dos conselhos e coordenadorias da juventude, por outro lado, acredita-se que esse chamamento à participação, em si mesmo, esgotaria as possibilidades abertas para articulação dos interesses diversos que compoem os segmentos juvenis. Em outros termos, uma vez abertos espaços de participação, os governos acreditam já estarem promovendo o

protagonismo juvenil, mediante a ampliação da participação representativa no processo de implementação das políticas. O problema é que, muitas vezes, essa participação resume-se à mera consensuação pactuada das medidas propostas pelos próprios governos (Sposito e Carrano, 2009), raramente, sendo questionadas seus princípios e orientações normativas.

No caso da Portaria n. 879 do Ministério da Previdência e Assistência Social, que regulamentou o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, entre as ações a serem desempenhadas esta a realização de atividades concretas que oportunizem o protagonismo juvenil. Desta forma, faz parte do processo de aprendizagem uma formação prática que inclua um compromisso direto dos jovens em realizar atividades nas suas comunidades, bem como uma formação teórica que envolve a abordagem de temas que visam despertar a auto estima do jovem e suas potencialidades protagônicas com ênfase nos trabalhos em grupo. Assim, o discurso presente do Projeto Agente Jovem defende efetivamente o protagonismo juvenil para que através deste os jovens possam entender o seu poder tranformador.

O protagonismo é uma forma de estimular que o jovem possa construir sua autonomia, por intermédio da criação de espaços e de situações propiciadoras da sua participação criativa, construtiva e solidária. Trata-se de oportunizar ao adolescente vivências concretas, como etapa imprescindível para o seu desenvolvimento pessoal e social plenos. (Brasil. Portaria n. 879 de dezembro de 2001, p. 2).

As origens dessa preocupação com o desenvolvimento pessoal e social dos jovens remete à Lei Orgânica de Assistência Social, Lei n⁰ 8.742, que estabelece nas disposições que definem os objetivos que visam materializar o direito à assistência social das famílias, crianças e jovens.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. (Brasil. Lei Orgânica de Assistência Social nº 8.742, 1993, p.1)

Com isso, temos os principais elementos articuladores da matriz discursiva em torno do termo protagonismo juvenil: a) as noções de sujeito de direitos e exercício da cidadania

presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente, visando orientar a formulação de políticas ancoradas na doutrina da proteção integral à criaça e ao adolescente, inclusive com a defesa de políticas articuladas intersetorialmente; b) as noções de inserção produtiva e o desenvolvimento de ações comunitárias presentes nos dispositivos normativos da chamada política nacional de juventude, enquanto estratégias de inclusão e intervenção política junto aos jovens; c) as noções de desenvolvimento pessoal e social presentes tanto no ECA quanto na LOAS como eixos estruturantes da materialização do direito à educação e ao trabalho, pensados também como princípios para uma formação cidadã. Sugestivamente, o protagonismo juvenil aparece como algo a ser atingido, uma espécie de meta das políticas públicas, mas também como princípio orientador das ações e estratégia de intervenção.

Trata-se, portanto, de um significante flutuante na medida em que percebemos que os seus conteúdos concretos são fixados mediante forças antagônicas. Como lembra Laclau (1993), tais forças podem ser descritas na prática articulatória concreta, estabelecidas pelos discursos apresentados acima, os quais incorporam velhos e novos sentidos do termo protagonismo, preenchendo-o de conteúdos próprios. Tudo parece indicar, então, que o protagonismo juvenil, no cenário político atual, configura-se como um significante vazio. Desse modo, os conteúdos incorporados ao termo visam produzir hegemonicamente um discurso que, ao mesmo tempo em que afirma a identidade dos jovem como sujeitos de direitos, reativam a idéia de uma juventude potencialmente perigosa, sobretudo aquela residente em áreas de violência e criminalidade, fazendo do próprio protagonismo o eixo articulador de um nova identidade juvenil que emergiria da sua (re)inserção social ativa nos programas e projetos governamentais.

Mas, para que essa finalidade possa ser atingida gestores e formadores, mobilizados pelas políticas de juventude, precisariam deliberadaemnte assumir conjuntamente com os jovens o compromisso de realizar uma formação protagonista, possibilitando assim que os jovens, em situação de risco e vulnerabilildade, possam atuar como agentes de desenvolvimento em suas comunidades. Do ponto de vista educativo, o protagonismo aparece associado à ideia de desenvolvimento das competências e habilidades necessárias para que o jovem construa a si próprio como esse agente social que intervém ativamente na sociedade.

3.3 O que dizem a mídia e as organizações sociais

Desde a década passada é possível observar na mídia, nos programas partidários e nas propostas de trabalho apresentadas por diversas organizações não-governamentais, assim

como em encontros, seminários e congressos de educação referências ao que tem sido denominado de protagonismo juvenil. O discurso espalhado por todo o país em nome do protagonismo juvenil, segundo SOUZA (2000), tem veiculado a idéia de que iniciativas particulares podem ser bem- sucedidas na busca por soluções aos problemas sociais que atingem a juventude. O protagonismo é enunciado como uma nova forma de articular a participação política, social e cultural dos jovens. Nesse cenário, algumas organizações não-governamentais – ONGs – têm se apresentado como canais privilegiados de veiculação dessas ideias, cujas origens podem ser remontadas a um projeto desenvolvido, em 1988, pela Fundação Odebrecht que, após uma intensa mobilização que incluiu realização de seminários e pesquisas, descortinou um "novo foco" para a sua atuação: a educação do jovem para a vida.

Era tarefa prioritária, concluiu-se, investir na formação ética e cultural do ser humano, numa etapa crucial de seu desenvolvimento. Para isso, seria necessário deixar de ver o jovem como problema, o que tão freqüentemente acontece, e sim como parte da solução. Em lugar de enfatizar suas fraquezas, realçar suas potencialidades, para que ele possa tomar-se alguém responsável, consciente, produtivo, participativo e solidário. A esse modo de ver o adolescente se deu o nome de Protagonismo Juvenil. E ele que, desde então, vem balizando o trabalho da Fundação Odebrecht (ODEBRECHT, 2004, p. 7).

O jovem protagonista é avaliado, portanto, como ainda sendo objeto de intervenção e não sujeito das políticas e medidas governamentais e não-governamentais. Neste sentido, o poder dos jovens para agir estaria sendo limitado aos aspectos executáveis dos projetos com os quais interage. Vale lembrar que críticas semelhantes também são encontradas na literatura acadêmica sobre a questão, embora, nesse caso, a crítica seja mais incisiva em relação aos projetos governamentais. O que, muitas vezes, se reflete na proposição de que as propostas oriundas da sociedade civil organizada, elas próprias, seriam formas de incentivar o protagonismo cidadão.

Sem desconsiderar a importância desse debate não é nossa intenção, dados os limites desse trabalho, realizar uma análise globalizante dos discursos sobre o protagonismo no âmbito da sociedade civil, tendo em vista a complexidade e a pluralidade das lógicas de ação existentes nesses espaços. Interessa-nos, antes, ressaltar o surgimento, nessa esfera, de um conjunto de compromissos com a idéia de uma intervenção protagonista dos jovens, sobretudo, dos jovens pobres que são os alvos privilegiados das organizações privadas que atuam no campo social.

No Brasil, em meados dos anos oitenta, as chamadas ONGs se converteram nos principais porta-vozes dessa forma de intervenção (Gohn, 2005), deslocando inclusive a centralidade das instituições sem fins lucrativos que atuavam em articulação com os movimentos sociais. O fato é que, no final desta década, o número de ONGs aumentou consideravelmente e na medida em que se ampliava também o debate em torno de sua definição, também se desenvolvem articulações cada vez mais intensas com o setor público, gerando formas hibridas de atuação com influências recíprocas. No discurso das ONGs está quase sempre presente o propósito de imprimir ao seu trabalho um caráter educativo, agregando às suas ações a oferta de uma educação considerada como "proposta educacional diferenciada". Além de reafirmarem os seus ideais de democracia e cidadania, essas organizações substituíram a antiga militância (religiosa ou política) intervenção direta na qualificação educacional e profissional.

Nesse cenário, além do aumento significativo no grau de profissionalização das atividades percebe-se a adoção dos princípios da administração empresarial (com a introdução de novos métodos de gestão, elaboração e avaliação de projetos, cuja ênfase são a produtividade e a eficácia), configurando um conjunto diverso e expressivo de entidades aglutinadas ao redor do denominado *terceiro setor*.

(...) as ONGs passaram paulatinamente, na década anterior, a ocupar o lugar dos movimentos sociais, deslocando-o de seu espaço de luta e da preferência na adesão popular. (...) a ONG, outrora concebida para ficar ao lado e apoiar o movimento social, passa agora a ser o ator principal nesta relação. De coadjuvante do movimento social, a ONG passa a ocupar o lugar deste. (MONTANO, 2002, p.271)

Atualmente, as ONGs ocupam-se de um trabalho educacional que tem sido elogiado, em diferentes instâncias, justamente por desenvolverem projetos específicos dirigidos a um público segmentado, os quais fazem uso direto à inclusão cidadã por meio do protagonismo juvenil. Entre as instituições que têm priorizado o discurso do protagonismo como método pedagógico podem ser citadas: a Fundação Odebrecht cujo objetivo, como vimos, consiste em promover a educação de jovens para a vida e estimular sua participação como sujeitos ativos de postura solidária e produtiva diante de suas comunidades; o Instituto de Protagonismo Jovem e Educação - Protagonistés - que está voltado para a produção de políticas de educação para os jovens; o Instituto Hebert Lery que, em 1992, apresentou proposta de educação implementada juntamente com o MEC; e por fim o Instituto Ayrton Senna que compreende como parte do compromisso a ser assumido pela futura geração de adultos, realizar o desafio

de desenvolver, autonomia, solidariedade e competências, e em consequência disto, no ano de 2002, elaborou e entregou aos então candidatos à Presidência da República uma proposta de política de juventude em que o termo protagonismo figura como elemento central. Vale lembrar ainda, a atuação do Instituto Aliança que, através do chamado *Programa Aliança* realizou entre 1999 e 2004, nas microrregiões do Baixo Sul (Bahia), Bacia do Goitá (Pernambuco) e Médio Jaguaribe (Ceará), ações focadas no protagonismo juvenil com o objetivo explícito de contribuir com o desenvolvimento local dessas regiões. Esse Programa tinha como objetivos:

A articulação, promoção de intercâmbio e apoio a ações de construção da cidadania; formação e capacitação de recursos humanos; estudos, pesquisas e produção de conhecimento, voltados para metodologias e práticas de educação participativa (Movimento de Adolescentes Brasileiros, In: http://www.redemab.org.br/2009/quem-somos/principal.htm, acessado em 26/02/2010).

Concomitantemente às ações desenvolvidas por essas organizações, observa-se ainda a difusão do discurso acerca do protagonismo na própria mídia. Discursos relacionados, em grande medida, a divulgação dos resultados obtidos com a efetivação dos projetos das organizações do terceiro setor. Essa forma de problematização acabou por produzir uma visibilidade específica sobre os jovens, fazendo com que a presença dos jovens nos espaços midiáticos passassem a articular e, muitas vezes, contrapor as figuras aparentemente dicotômicas do jovem protagonista, exatamente aquele que participa das atividades impulsionadas pelas organizações sociais, e o jovem em situação de risco e social excluídos dessa participação e, talvez, por isso mesmo, aparecendo como "protagonista" das ações de violência e criminalidade.

Dissemos que s trata de uma contraposição dicotômica, apenas na aparência, pois como enuncia o próprio discurso midiático (e nesse aspecto o discurso também é seguido de perto, como veremos adiante, pelas propostas governamentais) são os jovens em situação de risco e vulnerabilidade, exatamente, os principais alvos dos programas e projetos que buscam convertê-los em protoganistas cidadãos. Não obstante, essa contraposição tem possibilitado que a mídia empresarial articule, cotidianamente, os modos de visibilidades dessas formas de expressão das identidades juvenis, mobilizando valores morais, culturais e sociais a partir dos quais são construídas as imagens a respeito dos segmentos juvenis concretos e sua atuação social.

Por outro lado, a participação dos jovens na mídia e a mobilização do conceito de protagonismo para revelar a participação desses sujeitos ainda é uma discussão recente (Varjão, 2008), o que obviamente não tem impedido o interesse crescente a respeito do papel da mídia na sua relação com os segmentos juvenis. Um exemplo claro dessa preocupação ocorreu na 5ª Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes que aconteceu na África do Sul em 2007. O evento discutiu a participação de crianças e adolescentes nos veículos de comunicação, o acesso que eles têm às informações e a abordagem que a mídia dá quando trata de temas relacionados a esse público.

Uma das conclusões da Conferência foi que os meios de comunicação poderiam auxiliar na construção de uma imagem juvenil dissociada das imagens do risco e da vulnerabilidade, estimulando a circulação de novas representações. Como exemplos disso, os promotores da Conferência lembraram o papel de programas como o Criança Esperança, desenvolvido em parceria com a Rede Globo, que, apesar de ainda focarem os chamados jovens carente, vem dando os primeiros passos, sobretudo nas ultimas edições, em prol da visibilidade das ações protagonistas dos jovens atendidos. O Criança Esperança no ano de 2009, recebeu cerca de 1.119 projetos dentre os quais foram selecionados 64 para receberem apoio em 2010. Para aprovação dos projetos, a comissão selecionadora estabeleceu como critérios a tematização da juventude pelo viés do protagonismo, estimulando assim as organizações sociais a assumirem em seus projetos ações específicas destinadas a estimular o protagonismo juvenil. O que, sem dúvidas, contribui para expandir os discursos sobre o protagonismo no interior das organizações sociais, alimentando um ciclo de influências bastante intenso, já que são exatamente essas organizações que ocuparão os espaços midiáticos, fornecendo os exemplos concretos para a percepção do jovem como ator e protagonista das ações.

Um exemplo paradigmático dessa influência mútua entre mídia e organizações sociais, na veiculação do discurso do protagonismo, é a Fundação Odebrecht, seguida pelo Instituto Ayrton Senna e pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC) ²⁴. Entre os anos de 1997 e 1998, quando o termo protagonismo ainda estava se firmando como designativo de um discurso hegemônico, essas organizações já se mobilizavam para o seu uso e difusão midiáticos. Conforme matéria de capa da revista *Pais&Teens*, do Instituto Paulista de Adolescência (CARVALHO, 1997/98), em outubro de 1997, ocorreu no Memorial da

_

²⁴ Em março/abril de 1996, periódico editado pela Fundação Odebrecht trazia o artigo intitulado *Protagonismo juvenil: projetos estimulam adolescentes a atuarem como agentes de ações voltadas para a comunidade* (ODEBRECHT INFORMA, 1996, p. 25-26).

América Latina, em São Paulo, o *Fórum Internacional sobre Protagonismo Juvenil*, promovido pela Fundação Odebrecht, Instituto Ayrton Senna e Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo ²⁵. Naquele momento, a própria revista *Pais&Teens* reconhecia que o protagonismo juvenil ainda era "um conceito novo no País" (CARVALHO, 1997/98, p. 22), cujo significado, aliás, a revista se propunha a explicar aos leitores.

Em 2000, a Fundação Odebrecht publicou o livro *Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática*, escrito pelo pedagogo mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa. Foi com este trabalho que a Fundação Odebrecht passou a reconhecer o *protagonismo juvenil* como sua "verdadeira marca" (ODEBRECHT, 2003) no trabalho que vinha realizando com adolescentes desde 1988. Desde a publicação do livro de Costa (2000), outras organizações e autores do terceiro setor também passaram a se ocupar da conceituação de *protagonismo juvenil*, reproduzindo formulações e argumentos, bastante próximos ao do pedagogo mineiro, em textos veiculados, especialmente, pela Internet ²⁶. Assim, foi (re)produzida toda uma argumentação para justificar a pertinência ou encobrir a contingência de um enunciado que surgiu num certo discurso sobre a participação da juventude.

Com isso, o discurso e o enunciado que o nomeia disseminaram-se cada vez mais nos textos das organizações do terceiro setor, especialmente as diretamente ligadas às empresas, e nos discursos midiáticos (cf. TOMMASI, 2005). Embora, no meio acadêmico, o enunciado protagonismo juvenil ainda não tenha conseguido uma adesão significativa, defrontando-se, inclusive, com críticas duras ao próprio discurso ²⁷.

_

Em 1998, na cidade de Faxinal do Céu (PR), foi realizada, pelo IIDAC, com o apoio da Fundação Odebrecht, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Governo do Estado do Paraná, a primeira edição do seminário *Vem ser Cidadão*, evento que chegou a reunir 383 "jovens protagonistas" e que motivou reportagem publicada no *Caderno Zap!*, do jornal *O Estado de S. Paulo*, com o título "Protagonista juvenil" é sinônimo de cidadão" (VILLALBA, 1998).

²⁶ Além da própria Fundação Odebrecht, destaca-se o já referido Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC, 2006); Grupo Interagir, de jovens brasilienses, que criaram o "portal do *protagonismo juvenil*" (INTERAGIR, 2006); Fundação Educar DPaschoal (EDUCAR, 2001); o Movimento de Intercâmbio Artístico Cultural pela Cidadania (MIAC), rede de 119 organizações com sede em Salvador, Bahia (RABÊLLO, [200-]).

²⁷ Contudo, elementos desse discurso podem ser detectados em vários textos acadêmicos (cujos autores, muitas vezes, *atuam*, simultaneamente em organizações não-governamentais, órgãos de governos e/ou organismos internacionais).

CAPÍTULO IV

O Programa Agente Jovem: concepção e bases de implementação

Uma vez apresentadas sucintamente as principais formas de articulação discursiva do termo protagonismo, nossa pretensão agora é aprofundar como essa noção se materializou concretamente em um projeto governamental, tendo em vista apreender como o discurso do protagonismo vem construindo as imagens sobre os jovens, sobretudo, os jovens pobres como alvo das políticas de juventude em nosso País. Segundo a UNESCO (2004), as ações dos Estados em torno das políticas públicas destinadas aos jovens, nas últimas décadas, podem ser divididas em quatro grandes modelos analíticos. O primeiro, desenvolvido ainda na década de 1950, estava relacionado com o crescimento econômico da América Latina e possui dois focos de ação: a educação e o tempo livre. A idéia era investir maciçamente na escolarização para que os jovens pudessem se integrar à sociedade através do aprimoramento científico e profissional. Nesse momento, as políticas de juventude se ocuparam em ampliar o número de escolas e das vagas fazendo da expansão do sistema escolar uma forma de garantir a possibilidade de mobilidade social, além de desenvolver programas voltados para o controle de seu tempo livre. Um dos resultados destas ações diz respeito à diminuição do índice de analfabetismo entre os jovens de 15 a 24 anos. Assim,

(...) no início dos anos cinqüenta as taxas de escolarização no nível "primário" estavam próximos dos 48%, no fim dos anos noventa chegaram a 98%; no mesmo período; as taxas brutas de escolarização "secundária" aumentaram de 36% a quase 60% e as da educação superior, de 6% a 30%. (UNESCO-OREALC, 2001, p. 59).

O segundo modelo, surgiu na década de 1960, quando as políticas públicas buscavam realizar o controle social de jovens em posição de contestação aos sistemas políticos. Esse modelo visava, segundo a UNESCO (2004), o cerceamento da autonomia nos jovens. Entidades governamentais elaboravam programas que se destinavam a promover o isolamento e o controle dos movimentos estudantis.

Nos anos 1980, com o processo de redemocratização, as políticas de juventude passaram a se ocupar do enfrentamento da pobreza e da prevenção de delitos, atuando diretamente sobre os mecanismos de assistência social.

Paralelamente, e como reação à expansão da pobreza, surgiram novas mobilizações sociais que, no final dos anos oitenta, foram considerados "distúrbios nacionais", incluindo saques a supermercados e ocupação de prédios públicos. (...) Como paliativo transitório aos agudos problemas sociais ocasionados pelas medidas de ajuste estrutural, se implementaram diversos programas de combate à pobreza, sustentados pela transferência de recursos para os setores empobrecidos, assim como mecanismos de assistência alimentar e de saúde, e criação de empregos transitórios, programas de distribuição de renda a famílias vinculados à permanência de crianças e jovens na escola. (UNESCO-OREALC, 2001, p. 59).

O quarto modelo aparece na década de 1990, trazendo para as políticas públicas a preocupação com a inserção dos jovens no mercado de trabalho e na esfera social. As políticas passaram a criar programas de curto prazo com a finalidade de promover a capacitação e profissionalização dos jovens em áreas de forte demanda do mercado de trabalho. O foco passou a ser a reprodução de conteúdos específicos com forte ênfase profissionalizante. A intervenção estatal focalizava centralmente programas que buscavam formar os jovens como "adultos aptos a ingressar no mercado de trabalho" (UNESCO, 2004, p. 82), o que evidencia um forte tom produtivista.

Embora não tenhamos a pretensão de analisar a transposição desses modelos, para o caso brasileiro, sua descrição é importante na medida em que permite entender como determinados conceitos e práticas são postas em circulação. Conceitos e práticas que perduram social e historicamente, influenciando na forma como os jovens se tornam alvo das intervenções governamentais. Como abordamos acima, é no âmbito de uma concepção ampliada de direitos que a sociedade brasileira tem se voltado para a discussão da situação dos adolescentes e dos jovens, cuja maior expressão resultou no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA – Lei Federal nº 8.069). No entanto, ainda têm prevalecido intervenções que abordam os segmentos juvenis como problemas sociais. Essa situação evidencia a continuidade de certas imagens negativas dos jovens, o que se materializa na ênfase com que ainda são apreendidos como indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social. Nesta ótica.

As formas de oferta de bens públicos e os desenhos de ação política de cunho social são decorrência, em grande parte do campo de conflito que se instala na esfera pública que passam a imprimir no âmbito do Estado sua presença. O reconhecimento desse campo de conflito, e da diversidade de interesses, torna-se fator relevante de constituição das políticas. (Freitas e Papa, 2003, p. 60).

Em nossa investigação, assumimos que a institucionalização das políticas públicas de juventude, na atualidade, se apresenta como uma busca por novos dispositivos de regulamentação da conduta dos grupos juvenis. Desta forma, consideramos que há uma intencionalidade na associação entre juventude e vulnerabilidade, pois, segundo Sposito (2007), essa vinculação não deixa de ser uma decisão política responsável por produzir programas que intensificam "modelos normativos, muitas vezes distantes dos jovens reais e de seus modos de vida" (Sposito, 2007, p. 10-11). Assim, as noções dominantes de risco e vulnerabilidade nas atuais políticas públicas de juventude parecem indicar a elaboração de programas sociais destinados a (re)inserir estes jovens nas normas de controle social.

Uma das estratégias utilizadas consiste exatamente na criação de espaços voltados a interagir com os próprios jovens considerados em risco e vulneráveis, produzindo diálogos que possibilitem sua expressão cultural e crescimento educacional, e assim deslocando-os para uma situação de inserção cidadã. Por essa razão, as políticas públicas precisam investir um discurso que toma o seu público alvo, ao mesmo tempo como objeto e sujeito das intervenções. Ou seja, a efetividade dos programas e projetos pressupõe a noção de protagonismo como eixo articulador das atividades.

Através do discurso do protagonismo espera-se oportunizar soluções para a problemática da juventude. Durante nosso processo de investigação documental, essa mudança discursiva na forma de demandar as ações políticas destinadas aos jovens foi, analiticamente, apreendida nos objetivos traçados para os projetos por elas idealizados. Mas principalmente na caracterização (ou no chamado *perfil de entrada do público alvo*) dos jovens que são destinatários das ações governamentais.

Nos dados apresentados abaixo percebe-se a presença direta de termos como protagonismo juvenil, inclusão e diversidade sociocultural nos objetivos das ações governamentais desencadeadas nos anos recentes. É possível verificar que entre os objetivos delineados aparecem com maior percentual as metas de ampliação e desenvolvimento cultural 12,1%, seguidos da preocupação com a oferta de práticas esportivas e preparo para o ingresso no mercado de trabalho ambos com 7,9%.

O protagonismo juvenil está presente com um percentual de 7,7% das menções, enquanto que a inserção e inclusão sociais reunindo 9,6% das respostas ligadas a este seguimento.

Tabela 1 - Objetivos das iniciativas

Objetivos*	FA	%
Melhoria das condições de freqüência/Permanência escolar	55	4,8
Proporcionar atividades extra-escolares/cursos alternativos a escola	68	5,9
Oferecer curso pré-vestibular	6	0,5
Favorecer a inclusão escolar	24	2,1
Trabalhar com diversidade sociocultural	18	1,6
Ampliar/Desenvolver universo cultural/artístico dos jovens	139	12,1
Complementar renda	16	1,4
Erradicar o trabalho infantil	22	1,9
Inserir/Qualificar no/para o mercado de trabalho. Preparar para o mercado de trabalho	91	7,9
Desenvolver consciência ambiental/Trabalhar com meio ambiente	28	2,4
Oferecer atividades esportivas	91	7,9
Prevenir a violência/Oferecer atendimento psicossocial e educacional às vítimas de violência e familiares	41	3,6
Diminuir abuso da polícia - atuação na escola	2	0,2
Prevenir em relação ao consumo de drogas	27	2,4
Prevenir DST/HIV (dar cursos/palestras/clínica)	34	3,0
Prevenir gravidez na adolescência (dar cursos/palestras/ clínica)	22	1,9
Elevar auto-estima	46	4,0
Promover o protagonismo juvenil	88	7,7
Criar/Manter espaços/Fóruns de debates sobre jovens	44	3,8
Propiciar inclusão digital	7	0,6
Reintegrar crianças e jovens em processo de exclusão	110	9,6
Formular Políticas Municipais de apoio a criança e ao jovem	8	0,7
Realizar pesquisa	4	0,3
Desmarginalizar a cultura hip-hop	4	0,3
Outros	142	12,4
Não informou	П	1,0
Total	1148	100,0

Fonte: Tribunal de Contas das União, atualizado até 05/09/2006

Paradoxalmente, o que mais nos chamou a atenção, durante a investigação, foi que a defesa do protagonismo não tem conseguido se desarticular de uma descrição negativa dos próprios jovens, alvos centrais das ações desenvolvidas. É por essa razão que questionamos o alcance efetivo dessas atividades.

Nessa direção, descrevemos e problematizamos como o Projeto Agente Jovem articulou o discurso do protagonismo, pautado na idéia de participação cidadã, com os *perfis indesejáveis* que caracterizam a atuação dos jovens pobres que são os destinatários do Projeto. Inicialmente faremos uma apresentação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e posteriormente analisamos os discursos presentes nesse projeto, a partir de dois eixos temáticos: a concepção de jovem que permeia o Projeto e suas intencionalidades sociais e educacionais.

4.1 O Projeto Agente Jovem: o que dizem os documentos

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano foi instituído pela Emenda Constitucional nº. 20. Trata-se de um projeto de abrangência nacional que foi criado no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000, pelo Ministério de Assistência e Previdência Social. Curiosamente, o Projeto foi posteriormente inserido no Plano Nacional de Segurança Pública.

Apesar de ter sido mantido e até ampliado na primeira gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2006), quando migrou do Ministério da Assistência e Previdência Social para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Projeto foi encerrado no mês de dezembro do ano de 2008. A conclusão do Projeto ocorreu em decorrência da proposta de unificação dos programas voltados para os jovens em um único programa de alcance nacional: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Desta forma, o Projeto Agente Jovem passou a ser um recorte daquele programa, sendo denominado, a partir desse momento, de Projovem Adolescente, cujo objetivo central é promover o protagonismo juvenil, através da criação de formas diferenciadas de interação dos jovens com a comunidade e seus pares, articulando ações que visavam implantar espaços voltados à capacitação de jovens mediante a concessão de bolsas.

Desde as suas origens, o Projeto Agente Jovem assumiu um caráter intersetorial, contando com a participação das três esferas de governo. A esfera federal, representada pela Secretaria de Assistência Social (SEAS), era responsável pela concepção, financiamento e

coordenação da implantação e do acompanhamento do Projeto. Os estados ficaram responsáveis pelo monitoramento e avaliação. Enquanto os municípios foram incumbidos de fornecer os profissionais especializados para a execução e o acompanhamento local das ações delineadas.

Inicialmente, o Projeto não contou com destinação orçamentária própria, uma vez que não foi previsto no PPA do período 2000 - 2003. Entretanto, segundo avaliação governamental, as parcerias realizadas entre a Secretaria Especial de Assistência Social com os estados, municípios, organizações não-governamentais e com o empresariado garantiram o êxito do Projeto, superando inclusive as expectativas iniciais de seus formuladores. Essa avaliação é importante, pois vale lembrar que cada jovem beneficiado pelo Projeto Agente Jovem recebia uma bolsa no valor de R\$ 65,00 reais (ver Gráfico 04). Os valores individualizados das ações de concessões de bolsa e de capacitação passaram de R\$ 55 milhões, em 2003, para cerca de R\$ 70 milhões, nos anos de 2005 e 2006. O crescimento em investimento de recursos financeiros, além de ser acompanhado pela crescente oferta de capacitação aos orientadores, indica a importância que o Projeto foi adquirindo no âmbito governamental.

60 50 40 30 20 10 2003 2004 2005 2006

Gráfico 2 - Valores individualizados das ações de concessões de bolsa e de capitação, ao longo de 2003 a 2006

Fonte: Tribunal de Contas da União, atualizado até 05/09/2006

Desse modo, o Projeto Agente Jovem foi regulamentado através do Decreto nº 4.854, de maio de 2006, que em seu Art. 2º definiu como objetivos centrais:

- a) o atendimento aos jovens na faixa etária de 15 a 17 anos em situação de vulnerabilidade e risco social, cujas famílias possuem uma renda mensal de até meio salário mínimo;
- a permanência na escola e uma futura inserção na esfera do trabalho.

Para cada núcleo do Projeto Agente Jovem eram selecionados grupos de até 25 jovens que dispunham de 01 orientador social, responsável direto pelas atividades com os jovens. Sobre o vínculo desse orientador ficou definido que ele seria

contratado na forma de estágio, sob a supervisão de um psicólogo ou assistente social vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e receberá em retribuição, a título de bolsa, o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais) (Brasil. Decreto nº 4.854, de maio de 2006).

O orientador social deveria ser preferencialmente, estagiário da área social, ou possuir algum tipo de experiência em educação popular ou trabalhos comunitários. Pois, ele era responsável não apenas pela transmissão dos conteúdos e avaliação do rendimento obtido com as ações, mas principalmente seu trabalho estava orientado pelo oferecimento de um espaço de expressão e participação autônoma dos jovens, mediante um ensino/aprendizado crítico e criativo.

No que se refere aos aspectos metodológicos, o Projeto Agente Jovem tinha duração de doze meses, sendo que a formação teórica compreendia carga horária mínima de 300 horas aulas e a formação prática correspondente à atuação do jovem na sua comunidade de origem. Havia, portanto, dois núcleos formativos:

- a) básico, com duração de dois meses, compreendendo a abordagem do conteúdo a partir de temas que despertassem a auto-estima do jovem, o protagonismo juvenil, permitindo que eles entendessem seu poder de transformação e a construção de um projeto social; e
- b) específico, com duração de quatro meses, com abordagem de temas que estimulassem o protagonismo juvenil nas áreas de: saúde, cidadania, esporte e turismo, cultura e meio ambiente. O conteúdo a ser trabalhado neste último núcleo abordava questões de diversas áreas visando fazer com que a atuação dos jovens contribua para a melhoria de indicadores sociais e educacionais locais (Diário Oficial da União de 19/12/2001, p. 3).

Neste sentido, foi previsto como parte do processo de aprendizado a capacitação prática / atuação do jovem em sua comunidade, ou seja, ele deveria participar de uma ação

planejada juntamente com a equipe técnica para intervenção em sua comunidade pertencimento. Essa atuação deveria ser intercalada com atividades culturais, esportivas e de lazer, uma vez que as diretrizes normativas do Projeto apontavam que estas ações seriam as formas mais efetivas de estimular "de modo atraente a realização de atividades na comunidade" (Brasil. Portaria n. 879 de dezembro de 2001). Por essa razão, segundo a Portaria que regulamentava as ações do Projeto, os recursos destinados à capacitação poderiam ser utilizados até 5% para a elaboração de novas metodologias e capacitação de gestores, coordenadores e orientadores sociais, além de promover encontros dos próprios Agentes Jovens. No que se refere à avaliação, o projeto previa:

Realização de visitas pelas três esferas de governo; coleta de dados de forma sistematizada; criação e fomento de banco de dados do processo e dos resultados do projeto; reuniões de avaliação, no mínimo mensais, envolvendo os jovens, os gestores e familiares; avaliação do projeto deve primar pela lógica de indicadores de processos, de resultados e de impacto; constituição de uma linha de base situação inicial do jovem ao entrar no projeto. (Brasil. Portaria n. 879 de dezembro de 2001, p. 4).

O desligamento do Projeto deveria ocorrer quando o jovem atingisse os dezoito anos. Por outro lado, caso sua situação fosse considerada de extremo risco, através de avaliações do Conselho Tutelar, seria possível prorrogar sua permanência por mais dois anos.

A permanência do jovem no projeto é de um ano, porém, em casos de extremo risco social, poderá o Conselho Tutelar e/ou Conselho de Assistência Social validar a permanência do jovem por mais dois anos. O desligamento do jovem sempre ocorrerá quando o mesmo completar 18 anos. (Brasil. Portaria n. 879 de dezembro de 2001, p. 4).

Para entendermos melhor, o modo de funcionamento desse Projeto vamos analisar, mais detalhadamente, os documentos normativos que orientaram seu desenvolvimento e implementação. O texto legal mais importante, sem dúvidas, é o Decreto de nº 4.854 que regulamentou o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

Trata-se de um ato normativo composto por quatro páginas distribuídas em doze (12) artigos. O primeiro artigo explicita as regras estabelecidas para o desenvolvimento do Programa Agente Jovem, enquanto o segundo e o terceiro artigo declaram os objetivos do projeto.

Criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; Promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; Preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; Contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST/AIDS, gravidez não planejada; Desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho. (Brasil. Portaria n. 879 de dezembro de 2001, p. 1).

Assim, os mesmos artigos delimitam os critérios de permanência no Projeto.

(...) apresentar comparecimento mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades desenvolvidas nesse Programa, bem como na escola que estiver matriculado terá direito à percepção de uma bolsa pecuniária no importe de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), paga até o 10° (décimo) dia útil do mês subseqüente. (Brasil. Decreto de nº 4.854, de maio de 2006, p. 4).

No entanto, para os propósitos desse estudo, o mais importante são os critérios de entrada, ou seja, os critérios que permitiam aos jovens fazer parte das ações previstas: estar fora da escola; serem egressos de programas sociais; terem cometido atos infracionais ou estarem cumprindo medida socioeducativa (como serem egressos ou estarem em liberdade assistida); estar sob medida protetiva (cf. Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA); ou ser oriundos de programas de atendimento a situações de exploração sexual (Brasil. Portaria n. 879 de dezembro de 2001, p. 2). Esses critérios nos ajuda a entender *quem* eram os jovens do Projeto Agente Jovem, bem como *porque* determinadas estratégias educativas deveriam ser endereçadas a eles.

Vale ressaltar que, também neste tópico, são apresentados os critérios de elegibilidade para a seleção dos municípios. De forma que a seleção dos municípios participantes priorizava aqueles que atendessem o maior número de critérios mencionados a seguir:

(...) capitais, devido à concentração de jovens e maior prevalência de problemas envolvendo essa faixa etária; regiões metropolitanas priorizadas no Plano Nacional de Segurança Pública; Municípios que possuem menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em relação à média regional; Municípios em situação de emergência (enchente, seca, desastre ecológico etc.); Municípios habilitados na gestão municipal;municípios que apresentaram indicadores envolvendo a juventude na "Agenda Social"; Municípios que tenham em desenvolvimento programas sociais; Municípios que possuem comunidade indígena, quilombos e assentamentos (Brasil. Portaria n. 879 de dezembro de 2001, p. 2).

Os princípios que regem o Projeto podem ser articulados em dois eixos centrais de sua atuação: o fortalecimento dos vínculos familiares e a promoção do protagonismo juvenil por

meio das atividades de socialização realizadas junto à comunidade em que os jovens residem. Como afirma claramente a Portaria n. 879:

O Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano deverá propiciar atividades socioeducativas com as famílias, objetivando fortalecer os vínculos familiares, bem como possibilitar sua inclusão na vida sociocomunitária. O protagonismo é uma forma de estimular que o jovem possa construir sua autonomia, por intermédio da criação de espaços e de situações propiciadoras da sua participação criativa, construtiva e solidária. (Brasil. Portaria n. 879 de dezembro de 2001, p. 2)

Credita-se, assim, ao protagonismo a tarefa de oportunizar ao adolescente vivências concretas, possibilitando o seu desenvolvimento pessoal e social plenos. Para isso, o Projeto se configura como uma proposta destinada ao segmento juvenil, que por meio de um conjunto articulado de ações busca assegurar a participação ativa e efetiva do jovem na sociedade como protagonista no processo de desenvolvimento de seu meio e do exercício pleno de sua cidadania (Diário Oficial da União de 19/12/2001, p. 2). Para atingir essa finalidade, os textos legais também apresentam a natureza da formação a ser ofertada aos jovens participantes, duração e carga horária, e regulamentam o conhecimento mínimo necessário aos formadores (Portaria n. 879 de dezembro de 2001, p. 4). Mas para apreender os impactos dessas diretrizes, um documento importante foi produzido, no ano de 2004, pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A apresentação do documento foi feita pelo Ministro Presidente Valmir Campelo e visava divulgar aspectos relevantes do desempenho dos programas auditados pelo TCU e apresentar questões relacionadas à redução da pobreza e da desigualdade social no Brasil.

No caso específico do Projeto Agente Jovem, a auditoria foi realizada entre os meses de abril e setembro de 2003, objetivando avaliar o desempenho do Projeto. A avaliação resultou de uma pesquisa realizada em dezesseis municípios de quatro estados: Bahia, Amazonas, São Paulo e Rio Grande do Sul. Na análise foi considerada a meta de atendimento de cada município, sua população de jovens na faixa etária entre 15 a 17 anos e o Índice de Desenvolvimento Humano apresentado. Somado a isto, foram realizadas entrevistas com gestores e equipes técnicas nos municípios, além de grupos focais com os jovens (Tribunal de Contas da União, 2004, p.11-12).

Diferentemente, do que poderia se esperar de uma avaliação realizada pelo Tribunal de Contas, o documento não centraliza a análise nos recursos federais alocados pelo Projeto, oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social, criado pela Lei nº 8.742 de 07.12.1993 (ver Tabela 02). Ao contrário, após uma breve descrição do Projeto e sua regulamentação, o

documento do TCU destaca imediatamente as deficiências identificadas nas ações de monitoramento e controle, ressaltando que essas dificuldades estariam interferindo no processo de implementação, sobretudo nos impactos esperados quanto à auto-estima, aquisição de novos valores e mudanças no comportamento dos jovens. Além disso, o texto enfatiza os problemas relativos à permanência na escola formal e à preparação para atuar na comunidade.

Tabela 2 - Informações orçamentárias e financeiras das ações do Projeto Agente Jovem

Ação	Ano	Créditos	Execução	Execução	% Execução
71440		Consignados	Financeira	Orça mentária	Orçamentária
Concessão de	2001	18.976.000	13.259.741	18.681.670	98,4
boka para	2002	44.528.640	36.298.851	43.263.634	97,2
Agente Jovem	2003	37.108.500	27.767.141	23.307.321	62,8
Capacitação	2001	8.824.000	6.948.115	8.426.036	95,5
para	2002	12.759.360	12.312.165	12.514.209	98,1
Agente Jovem	2003	10.446.500	10.157.365	9.502.556	91,0

Fonte: SIAFI/STN, atualizado até 12/09/2003 e sujeitado a alteração, em decorrência de restos a pagar

Além disso, ao tratar da atuação da equipe técnica, por exemplo, o documento do TCU menciona problemas na contratação dos orientadores educacionais. Para os pesquisadores do TCU, havia uma dissonância já que apenas 19% dos municípios possuíam orientadores sociais com o perfil recomendado, ou seja, formadores não apresentavam experiências prévias em trabalhos comunitários ou ações sociais.

A partir das visitas aos municípios detectou-se ainda uma precariedade na maior parte dos espaços físicos observados. Esta situação foi acompanhada pela falta de material de apoio e baixa oferta de atividades de lazer e esportivas. Neste sentido, o documento do TCU passou a apontar o que poderia ser feito para melhorar o desempenho do Projeto Agente Jovem. Como exemplo, destacamos a preocupação com os egressos. A recomendação, nesse caso, era para que houvesse uma maior articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego de forma a priorizar os jovens do Projeto Agente Jovem e assim garantir as condições mínimas para o ingresso no mercado de trabalho. O documento também forneceu sugestão de iniciativas para a geração de renda.

As análises do TCU acabaram por suscitar uma reação dos gestores governamentais do Projeto Agente Jovem. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome buscou

realizar uma avaliação do Projeto, que resultou também de uma pesquisa encomendada ao Núcleo de Pesquisas da Universidade Federal Fluminense - DataUff, sob a coordenação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI e divulgada pela edição da série *Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate*. A pesquisa apresentou os impactos nas áreas de educação, trabalho, renda, comportamento sexual, violência entre outros aspectos.

O documento do Ministério consiste em uma publicação contendo oitenta páginas organizadas em seis eixos que compreendem respectivamente: introdução, aspectos metodológicos, resultados, conclusão, bibliografia e por fim em anexo o plano amostral. Na introdução, o estudo aponta a criação do Projeto Agente Jovem como um exemplo de que as questões acerca da juventude ainda são tratadas de forma pontual. Contudo, destaca também a importância do Projeto e do seu monitoramento. O que configura uma resposta direta às críticas que haviam postas pelo TCU.

Na parte que dedica aos aspectos metodológicos, o principal ponto crítico detectado na avaliação anterior, o estudo destaca que para a coleta de informações utilizou-se questionários e grupos focais com os ex-beneficiários, não beneficiários e com os pais ou responsáveis pelos jovens participantes, tendo em vista ampliar a percepção acerca dos impactos efetivos do Projeto ²⁸. Os dados são apresentados em concomitância aos critérios previstos para entrada e permanência. Assim, foi destacado que maioria dos jovens do Projeto Agente Jovem eram egressos do PETI e do Programa Sentinela, e que cerca de 10% tinham passado pela Proteção Social Especial.

O estudo também demonstrou que a maioria dos ex-beneficiários eram oriundos de famílias cuja renda era de um a três salários mínimos. Apenas 6,9% pertenciam a famílias com renda superior a essa faixa salarial. Ainda no que se refere à caracterização dos jovens percebeu-se que a maioria dos jovens (88,9%) era solteira. O percentual de jovens casados ou que vivem juntos chega a quase um pouco menos de um décimo dos ex-beneficiários (8,2%). E mais de 73% dos jovens apontaram a mãe como responsável principal.

No que se refere à formação educacional a pesquisa percebeu que um dos impactos mais importantes na inserção no Projeto foi a revalorização dos estudos por parte dos exbeneficiários. Além disso, constatou-se 69% de jovens que já estavam trabalhando. Ao analisar as condições de trabalho percebeu-se que 17% tinham emprego com carteira assinada, 32, 4%, realizava algum tipo de "bico" e 7% trabalhava por conta própria. Sobre a

_

²⁸ Os grupos focais foram efetivados em cinco capitais, Belém - PA, Curitiba - PR, Rio de Janeiro - RJ, Goiânia - GO e Porto Alegre - RS.

meta de integração familiar, verificou-se a partir dos grupos focais uma maior valorização do espaço familiar, sendo apontada como um dos pontos positivos obtidos com a participação no Projeto. Quanto à permanência dos jovens no Projeto verificou-se que 33,1% estiveram no período de um ano participando projeto.

Apesar disso, os avaliadores encontraram um número significativo de jovens que afirmaram ter sofrido algum tipo de violência, sendo detectado que em 31% dos casos o agressor era comumente o pai. Desta forma, o estudo apontou para a necessidade de um tratamento mais adequado dessa questão pelos gestores e formadores do Projeto, ressaltando que essa questão confirmava o fato dos jovens selecionados pelo projeto serem jovens realmente vulneráveis tanto pessoal quanto socialmente.

Ao apresentar suas conclusões o documento apresenta uma avaliação global bastante positiva dos ex-beneficiários do Projeto, inclusive no que se refere á formação da equipe técnica e ao alcance pedagógico das atividades desenvolvidas. No entanto, foram detectados problemas no processo de implantação. Entre eles estava o numero significativo de jovens que excederam o tempo de permanência recomendado, a quantidade de horas semanais dos encontros abaixo do previsto, e, por fim, o baixo percentual de jovens que realizaram efetivamente atividades na comunidade. Assim o documento termina sua avaliação apontando falhas e afirmando que apesar dos problemas encontrados o Projeto alcançou seus objetivos propostos inicialmente, ao favorecer a permanência dos jovens no sistema educativo, a diminuição das ações nocivas à saúde, além de destacar o aumento da autoestima e da qualidade de vida.

4.2 A articulação discursiva das identidades juvenis no Projeto Agente Jovem

Como vimos, o Projeto Agente Jovem focaliza como seus principais beneficiários, os jovens não inseridos socialmente, ou seja, com problemas familiares, sociais e com dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Em consonância com Portaria nº. 879, de 03 de dezembro de 2001, os critérios de elegibilidade exigem que os sujeitos se enquadrem nas seguintes disposições: ter faixa etária de 15 a 17 anos, estejam em situação de vulnerabilidade e risco social, e sejam pertencentes à famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Do ponto de vista mais estrito de nossa análise, importa aqui ressaltar a situação de

vulnerabilidade como uma condição previa para a entrada e a permanência no Projeto Agente Jovem. Isso indica que os gestores parecem ter uma clareza a respeito do que é essa situação. Logo, é importante destacar, mais uma vez, o que os formuladores do Projeto compreendem como uma situação de vulnerabilidade e/ou risco social por parte dos segmentos juvenis:

- estar fora da escola;
- ser egressos de programas sociais;
- ter cometido atos infracionais ou estar cumprindo medida socioeducativa (como ser egressos ou estar em liberdade assistida);
- estar sob medida protetiva (cf. Art. 101 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA);
- ser oriundos de programas de atendimento à situações de exploração sexual;
- ser usuário de drogas.

Essa mesma compreensão foi estabelecida pelo Decreto n°4.854. É nesta perspectiva que o Projeto Agente Jovem caracteriza o jovem destinatário de suas ações. Não é preciso um grande esforço analítico para perceber como esse perfil traçado ancora-se em uma imagem que apreende os jovens pelo viés da segurança. Obviamente, não no sentido estrito de segurança policial, mas toma a situação dos jovens como representando uma síntese dos principais problemas que afetam a sociedade, figurando ele próprio como um desses problemas. Assim, não é casual que sua situação concreta seja a não inserção. O jovem do Agente Jovem está sempre "fora": fora dos vínculos familiares, fora da escola, fora do mercado de trabalho, etc.

Como lembra Pais (1993), trata-se de uma caracterização comum endereçada sobretudo aos jovens das camadas populares, pois o que os torna "alvos privilegiados" da atenção governamental é justamente um condição existencial marcada pela ausência de vinculações próprias ou melhor dizendo vinculações consideradas "normais" para aquele determinado público. Nesse caso, os problemas apresentados pelos jovens são apreendidos como conseqüência direta "da incapacidade dos jovens se ajustarem às normas de comportamento dominantes" (Pais, 1993, p. 53).

Apresenta-se, portanto, a juventude como problema social que tem sua resolução quando do alcance da inserção profissional e escolar, mas agora também quando da sua participação ativa nos próprios problemas que configuram sua situação de vulnerabilidade. Daí a ênfase no papel ativo a ser desempenhado por esses jovens. Eles devem ser agentes na

medida em que passam a funcionar não apenas como modelos junto aos outros jovens, que ainda esteja fora do Projeto, mas principalmente como interventores sociais já que se espera sua atuação em atividades comunitárias que propiciem o esclarecimento quando ao perigo das drogas e das doenças sexualmente transmissíveis, por exemplo.

Instala-se, portanto, uma ambivalência que atravessa e constitui, simultaneamente, a lógica formativo do Projeto Agente Jovem. De um lado, afirma-se como pré-requisito que os jovens participantes devem estar excluídos dos espaços sociais formais ou apresentarem algum tipo de comportamento ou atitude "desviante". Por outro lado, espera-se que sua inclusão no Projeto oportunize, mediante vivências específicas, uma participação social criativa, construtiva e solidária capaz de fazê-los agir como agentes de seu próprio desenvolvimento pessoal e social.

Desta forma, conforme o pensamento de Laclau (2000), todo discurso está imerso em uma prática articulatória sendo dotado de um significante linguístico e outro extra-linguístico. Ao produzir um discurso linguístico que estabelece como público alvo da política, jovens em situação de vulnerabilidade e risco, o mesmo agrega as identidades juvenis em formação, o significante de jovem perigoso para si e para o social. Isto porque tal discurso é acompanhado de um discurso extra-linguístico que corresponde a necessidade de uma intervenção através de políticas públicas normalizadoras e do discurso de protagonismo como forma de produzir nestes sujeitos novas identidades adequadas ao discurso de re-socialização dos jovens.

Os discursos veiculados pelo Projeto têm uma postura antagônica junto aos jovens atingidos uma vez que os considera como potenciais "inimigos" da ordem do social, e por isso mesmo suas vozes não aparecem na formulação dos discursos normativos que articulam as ações. Nesse momento, eles são apenas os jovens participantes do Projeto, entendendo-se por participante os que aderem ou devem ser aderidos ao mesmo. São seu objeto, seu público alvo, já que sua constituição identitária estaria ainda incompleta e ameaçada (ou quem sabe ameaçadora).

O fato de uma vez incluídos, os jovens, serem incitados a agirem como protagonistas não diminui o antagonismo, tendo em vista que, nesse momento, sua participação implica também uma espécie de transmutação. O jovem incluso nas atividades do Projeto precisa aprender a serem outros. A se tornarem outros de si mesmos, seja através da incorporação ativa das regras de solidariedade social (no estilo durkheiminiano), seja através de intervenção junto aos outros jovens, aqueles que não participam no programa ou mesmo sua comunidade, confirmando assim que eles já não são mais aqueles que entraram no Projeto. São agora cidadãos plenos. São protagonistas. A diferença é, nesse momento, a busca pela contínua

constituição das suas identidades juvenis é articulada pelo esforço próprio de se apresentar socialmente como um agente multiplicador de uma identidade, ela mesma, socializada e socializadora, quer dizer, normalizada.

O Projeto Agente Jovem ao partir do princípio de que existe uma espécie de *déficit* identitário que deve ser recuperado, atua discursivamente sobre os jovens, alternando um discurso que oscila entre o direito e a compensação social. É curioso que não se encontre, nos textos legais, nenhum questionamento sobre a origem deste suposto *déficit* (ou em seus próprios termos da situação de vulnerabilidade). Não há uma problematização capaz de relacionar essa situação com a própria negação histórica dos direitos sociais aos adolescentes e jovens. Ao contrário, coloca-se sempre o acesso aos direitos (educacionais, de trabalho, saúde, etc.) como derivando de uma auto-alteração identitária, que os elevaria a condição de sujeitos de direito.

Neste sentido, partindo da perspectiva de Laclau entendemos que os significantes que acompanham o perfil de público alvo traçado no Projeto estão em conformidade com o discurso presente nas práticas articulatórias e que estas se fixam como pontos nodais, configurados pelos sentidos representados pela banalização e propagação do discurso do ser jovem como uma condição potencialmente perigosa, conformando por essa via o "tratamento" das suas identidades pela política.

O fato novo, se é que podemos falar assim, está na demanda de que os próprios jovens sejam agentes, ou seja, assumam a responsabilidade pela meta de alcançar outra constituição identitária, tornando-se protagonistas de sua conversão em cidadãos. Do contrário, como lembra Laclau (1997), se eles tentam

afirmar sua identidade tal como ela é naquele momento, uma vez que sua localização no interior da comunidade em geral é definida pelo sistema de exclusões ditado pelos grupos dominantes, ele se condena a uma existência perpetuamente marginalizada, confinada a um gueto. Seus valores culturais podem ser facilmente recuperados como "folclore" pela ordem estabelecida. (Laclau, 1997, p. 11-12).

Nesse sentido, o discurso do protagonismo juvenil se apresenta enquanto instituição moldada ideológica e culturalmente por grupos dominantes. Seu uso irreflexivo corre o risco de subsumir, nas lutas políticas, a identidade diferencial dos sujeitos a que fazem referência. E desta forma, produzir discursos hegemônicos acerca da juventude suscetíveis de empobrecer a pluralidade de relações sociais. Essa situação pode ser apreendida concretamente na análise das próprias intencionalidades formativas declaradas pelo Projeto Agente Jovem.

4.3 Reinserções no sistema educacional, no tecido comunitário e no mercado de trabalho: as intencionalidades formativas do Projeto Agente Jovem

Como vimos, as diretrizes normativas do Projeto Agente Jovem partem da situação de vulnerabilidade social que os jovens apresentam para elaborar e implantar medidas sociais e educativas destinados a (re)inserir estes jovens às normas de convívio e solidariedade social. Isto por meio da criação de espaços voltados a interagir com os jovens, produzindo diálogos e possibilitando sua expressão cultural e educacional. Nessa direção, uma das metais centrais do Projeto é justamente a redução dos índices de analfabetismos entre os jovens, já que dados do Relatório de Desenvolvimento Juvenil (2007), indicavam ainda uma taxa significativa de analfabetismo na população jovem.

Nesta perspectiva a atuação do orientador social dentro do Projeto Agente Jovem tinha um papel central na medida em que o mesmo seria responsável pela formação a ser desenvolvida junto aos jovens participantes do Projeto. Cabia ao orientador tornar o processo de ensino/aprendizagem enriquecedor. Mais diretamente, pretendia-se que o orientador veiculasse, além dos conteúdos específicos considerados fundamentais, normas e valores voltados para o convívio social. A Portaria nº 879 ao tratar das responsabilidades do orientador reserva-lhe o compromisso de executar a metodologia de capacitação, teórico-prática, junto aos jovens.

É importante destacar que a referência às competências do orientador não é feita de forma explícita no texto tendo em vista que não existe um espaço reservado para maiores especificações quanto a atuação do orientador social. No documento existem apenas três momentos nos quais o texto se refere diretamente ao orientador. Logo no início, em seu Art. 2, quando estabelece o percentual de recursos a destinados a manutenção e execução das atividades. E, em seguida, no tópico referente a composição da equipe executora quando estipula a quantidade de alunos por orientador.

No entanto, no tópico que trata dos aspectos metodológicos explicita a proposta de ensino que se subentende ser de responsabilidade do orientador.

Os jovens integrados ao Programa receberão orientação teórico-prática, com duração de doze meses, sendo que a capacitação teórica compreenderá carga horária de no mínimo 300 (trezentas) horas aula e a prática à atuação do jovem na comunidade: I a capacitação teórica compreenderá três módulos de no mínimo 100 (cem horas aula) cada, a saber: a) auto-conhecimento e conhecimento das relações sociais; b) ação comunitária em saúde e meio ambiente; c) direitos e deveres; II a capacitação prática consistirá em trabalho

contínuo aos módulos teóricos com ações relacionadas ao conhecimento em atividades de cultura, esporte e lazer. (Brasil. Decreto de nº 4.854, de maio de 2006, p. 2).

O problema, conforme vimos, pela avaliação do TCU, é que os orientadores sociais não apresentavam experiência anterior de atuação na área social. Apenas 19% dos orientadores apresentavam um perfil adequado ao que era desejado pelos formuladores do Projeto. Desta forma, questionamos como os orientadores fora do perfil (81%) conseguiam dar conta da tarefa designada, tendo em vista o entendimento de que o "resgate desses jovens" dependia de uma aproximação significativa, baseada no compartilhamento de valores e linguagens entre os jovens e os formadores.

50% □ perfil adequado
□ apenas universitários
□ presença de nível médio ou fundamental
□ apenas nível médio ou fundamental

Gráfico 3 - Perfil dos orientadores sociais nos municípios

Fonte: Tribunal de Contas da União 2004

O ponto que se deve reter, dessa avaliação feita pelo TCU, é que a postura educativa que deveria permear a atuação do orientador, ensinando o jovem a ser protagonista, pressupunha que eles próprios também fossem protagonistas, ou seja, evidenciassem algum tipo de vinculação com ações e processos de desenvolvimento social e comunitário. Fato que não foi apreendido pelas análises efetivadas. O que, de certo modo, explica porque as ações de inserção comunitária foram as mais frágeis na avaliação dos técnicos do TCU.

Por outro lado, depreende-se também o sentido da reinserção educacional avaliada, as vezes, em termos estritos de reinserção escolar. Em outros termos, o sucesso era avaliado apenas pelo grau de presença efetiva dos jovens nas escolas, e menos na qualidade dessa presença. Os dados levantados na avaliação feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome publicada no *Cadernos de Estudos - Desenvolvimento Social em Debate*

confirmam essa preocupação com o abandono e a negligência por parte dos jovens em relação à escola (ver Tabela 3).

Tabela 3 - Situação atual de escolaridade

Está estudando atualmente?	Ex-benefic	iários	Não beneficiários	
Esta estudando atualmente :	Freqüência	%	Freqüência	%
Sim	1174	69,1%	342	66,8%
Não, mas pretende retornar	481	28,3%	155	30,3%
Não, parei de estudar definitivamente	35	2,1%	12	2,3%
NS/NR	8	0,5%	3	0,6%
Total	1698	100,0%	512	100,0%

Fonte: Data Uff/MDS, Março 2004

Uma das razões apontadas pelo documento, elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para essa situação era o próprio histórico escolar dos pais e responsáveis pelos jovens. Esta situação se somava ao percentual de 23% de jovens que pararam de estudar mesmo estando participando do Projeto.

O mais complicado (...) segundo Barros, Henriques e Mendonça (2002), o atraso nos níveis de escolaridade pode significar uma queda de até 16% no rendimento de cada indivíduo. Constrói-se, dessa forma, o ciclo intergeracional de pobreza que os programas de transferência de renda vêm tentando romper. A cada ano perdido pela criança ou adolescente abre-se uma lacuna cada vez mais difícil de ser preenchida, e sem intervenções nesse quadro vai se perpetuando de geração para geração. O ciclo vicioso vai se propagando. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005, p. 19).

Apesar disso, o estudo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, ao questionar os jovens quanto a importância dos estudos em suas vidas, obteve a seguinte resposta: 95% dos jovens entrevistados apontaram os estudos como sendo de grande importância. O documento, cruzando as respostas dadas pelos jovens sobre a importância dos estudos com a classe social, segundo o Critério Brasil de Classificação Socioeconômico, produziu as seguintes conclusões:

(...) há uma relação clara entre essas variáveis, ou seja: quanto mais elevada a classe social, maior o percentual dos que respondem que estudar é muito importante, embora haja pouca variação nos que respondem que é pouco ou

nada importante. Mais uma vez, o projeto parece ter impactado mais os jovens de classe E (diferença percentual entre os dois grupos da ordem de 47,2%) do que das outras classes, cuja diferença fica abaixo desse percentual. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005, p 23).

Neste sentido, o estudo encontra uma ligação positiva entre a participação dos jovens no Projeto Agente Jovem e a melhoria nos indicadores educacionais. Isto porque, os percentuais referente à escala de escolaridade apontaram o grupo dos ex-beneficiários em condição um pouco melhor quando comparada com a situação dos jovens que não foram beneficiários do Projeto (ver Tabela 4).

Tabela 4 - Última série completa com aprovação por classe social

	Ex-beneficiários						
Classe social	NS	Alfabetização	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino médio	Ingressou no ensino superior	Total
Classe B			2,1%	17,0%	78,7%	2,1%	100,0%
Classe C		0,2%	1,4%	32,4%	66,1%		100,0%
Classe D	0,2%	0,3%	3,5%	43,4%	52,4%	0,2%	100,0%
Classe E	1,0%		11,2%	69,4%	18,4%		100,0%
Total	0,2%	0,2%	3,2%	40,4%	55,8%	0,2%	100,0%
	Não beneficiários						
Classe social	NS	Alfabetização	1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Ensino médio	Ingressou no ensino superior	Total
Classe B			14,3%	28,6%	57,1%		100,0%
Classe C		0,5%	1,5%	38,3%	57,1%	2,6%	100,0%
Classe D	0,7%		8,3%	53,5%	37,5%		100,0%
Classe E			28,6%	66,7%	4,8%		100,0%
Total	0,4%	0,2%	6,6%	47,9%	43,9%	1,0%	100,0%

Fonte: Data Uff/MDS, Março 2007

Além disso, os dados adquiridos nas entrevistas, na avaliação do Ministério, concluíam que o nível de escolaridade entre os entrevistados tem grande relação com a classe social ao qual pertencem os dois grupos. Em sua análise, o documento apontava que as classes B e C são as que mais apresentam percentuais de conclusão do ensino médio. A participação dos jovens no Projeto, por sua vez, apresentava maior impacto entre os jovens das classes E e D. Como justificativa para este dado, afirmava-se que os jovens da classe E que chegaram ao ensino médio, na comparação feita entre o grupo de não beneficiários com o de ex-

beneficiários, mostrava uma evolução de exatos 200%, enquanto que para a classe D essa evolução era de apenas 39,7%. Este percentual tendia a ser ainda menor na classe C que era de 15,76% e na classe B de 37,8%.

No entanto, em nenhum dos documentos analisados constatamos uma preocupação em averiguar a qualidade dos processos formais de aprendizagem vividos pelos jovens do Projeto. Ao mesmo tempo, há um consenso declarado nas propostas de que o sucesso educacional seria caracterizado pela construção de um ser social identificado com os valores da sociedade. Os documentos do Projeto Agente Jovem, reiteradamente, enfatizam uma visão de educação marcada pela socialização de valores e regras morais, visando a adaptação dos jovens à sociedade.

A força dessa visão educativa é de tal ordem que a própria inserção no mundo do trabalho estaria condicionada à assimilação, pelos jovens, de valores e normas de convivência. Nessa direção, ao orientador cabia uma dupla tarefa: a responsabilidade de fornecer atividades diversificadas que estimulassem a participação dos jovens em ações junto à comunidade, mas também auxiliassem a formá-los como um sujeito identificado com os valores sócio-culturais existentes na sociedade. Neste sentido, a

(...) preparação do jovem para atuar intergeracionalmente e evoluir para o desenvolvimento pessoal e comunitário, com base em dois eixos. O primeiro eixo trabalha com a perspectiva de que o jovem possa ser reintegrado à sociedade, resgatando vínculos familiares e que adquira "ferramentas" que possibilitem a definição de um novo projeto de vida, reinserindo-o no sistema educacional e propiciando atividades que facilitem a sua inserção no mercado de trabalho. O segundo voltado para o conceito de protagonismo juvenil onde os jovens receberão, para isso, preparação adequada para atuarem em suas comunidades ao apoio às áreas de saúde, meio ambiente e cidadania. (Ministério da Previdência e Assistência Social, 2000, p.6).

Desta forma, os valores e as normas de integração social foram consideradas elementos essenciais para que os jovens beneficiados pudessem, no decorrer do seu processo de formação, constituir identidades cidadãs. O processo educativo visava, sobretudo, à interiorização de regras de comportamento moral. Os valores, trabalhados na escola, representam a base para a (re) inserção dos jovens nos demais espaços sociais, orientando assim o conjunto das intenções formativas do Projeto.

A partir dessas considerações, questionamos se é possível que o jovem preparado para ser protagonista quando o Projeto assume o compromisso de ofertar uma educação que prepare os jovens para o convívio em sociedade através do seu enquadramento à ordem social. Essa mesma visão parece orientar também a meta de (re)inserção dos jovens em atividades na

comunidade. A Portaria n° 879, por exemplo, cita os trabalhos a serem desenvolvidos pelos jovens na comunidade em que vivem como parte de seu processo de capacitação: "a atuação do jovem deverá ser intercalada com atividades de cultura, esporte e lazer, buscando talentos existentes no grupo, tornando mais estimulantes e atraentes as atividades comunitárias" (Diário Oficial da União de 19/12/2001, p. 4). O Decreto 4854 afirma, por sua vez, que

Constituem-se objetivos do programa: I criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; **II promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade**; III desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; **IV preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade**; V contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST/AIDS e de gravidez não planejada; VI desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho (Brasil. Decreto de nº 4.854, de maio de 2006, p. 2, grifo em negrito nosso).

Com essas finalidades, os jovens integrados ao Projeto deveriam receber orientação teórico-prática, sendo que a capacitação prática implicaria obrigatoriamente à atuação do jovem na sua comunidade, podendo intervir em âmbitos relacionados à saúde ou ao meio ambiente (Brasil. Decreto de nº 4.854, de maio de 2006, p. 2). Mais ainda: a capacitação prática deveria consistir em trabalho pedagógico contínuo, ou seja, articulado aos módulos teóricos, mediante ações relacionadas ao conhecimento em atividades de cultura, esporte e lazer. Quanto a essa dimensão, o relatório avaliativo produzido pelo Tribunal de Contas da União faz uma referência a necessidade de promover a reinserção efetiva dos jovens nos espaços comunitários.

Isso porque, durante a execução da auditoria, percebeu-se que o Projeto, segundo depoimento dos próprios jovens, proporcionava as maiores mudanças tanto em termo do desenvolvimento pessoal e social, quando da inserção efetiva em ações comunitárias (Tribunal de Contas de União, 2004). Esse era um eixo que parecia, na ótica dos avaliadores, impactar diretamente sobre os projetos de vida dos jovens.

Na avaliação feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por sua vez, não apresenta um espaço reservado para a questão da formação de jovens atuantes na comunidade. A análise das entrevistas realizadas permite, contudo, destacar o possível resultado positivo frente à participação dos jovens. O estudo do Ministério indicou uma elevação da participação dos jovens do Projeto em grupos artísticos e culturais (ver Tabela 10). De fato, o percentual de jovens que nunca participou em grupos dessa natureza apresentou um percentual de 73,3%, o que, na visão do documento, não desqualifica o

entendimento de que houve um avanço positivo da ação do Projeto nesse âmbito. Isto porque a participação dos ex-beneficiários ultrapassa a dos jovens não beneficiários em cerca de 5 pontos percentuais.

Tabela 5 - Participação em grupos culturais e artísticos

Participa ou já partici-	Ex-benefic	iários	Não beneficiários		
pou de grupos cul- turais/artísticos?	Freqüência	(%)	Freqüência	(%)	
Participa atualmente	105	6,2%	26	5,1%	
Já participou	345	20,3%	77	15,0%	
Nunca participou	1245	73,3%	407	79,5%	
NS/NR	3	0,2%	2	0,4%	
Total	1698	100,0%	512	100,0%	

Fonte: Data Uff/MDS, Março 2007

A participação em grupos esportivos, por sua vez, apresentou um percentual de 58,6% de jovens que nunca participaram (ver Tabela 6). Mas, da mesma forma, os avaliadores compreendem que o impacto foi positivo, destacando que a diferença do percentual de exbeneficiários que participam ou participaram de grupos esportivos é cerca de 9 pontos percentuais maiores que entre os não beneficiários do Projeto.

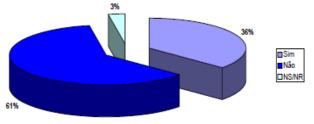
Tabela 6 - Participação em grupos esportivos

Participa ou já par- ticipou de grupos	Ex-benefici	ários	Não beneficiários	
esportivos?	Freqüência	(%)	Freqüência	(%)
Participa atualmente	164	9,7%	36	7,0%
Já participou	531	31,3%	129	25,2%
Nunca participou	995	58,6%	345	67,4%
NS/NR	8	0,5%	2	0,4%
Total	1698	100,0%	512	100,0%

Fonte: Data Uff/MDS, Março 2007

Outra questão refere-se à melhora no conhecimento de instâncias de participação e cidadania. Os jovens participantes do Projeto apresentaram um conhecimento significativo acerca da existência dos conselhos de direitos (ver Gráfico 4), voltados para os jovens no município em que residem.

Gráfico 4 - Existe conselho que represente os direitos dos jovens no município?



Fonte: Data Uff/MDS, Março 2007

A avaliação sugere, então, que o Projeto influenciou de forma positiva o conhecimento sobre a existência de um conselho representativo dos direitos juvenis, pois, o percentual entre os ex-beneficiários é bem maior em proporção do que a dos não beneficiários, o que na ótica dos avaliadores pode indicar o desenvolvimento de posturas mais críticas e atuantes em suas comunidades.

Por fim, o terceiro eixo formativo do Projeto Agente Jovem assumiu a responsabilidade de formar os jovens para ingressarem no mercado de trabalho. A Portaria nº 879 trata desse aspecto quando da justificativa da ação e nos objetivos específicos do Projeto, entendendo que se deveria "desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho" (Brasil. Portaria n. 879 de dezembro de 2001, p. 2). A mesma a preocupação com o ingresso no mercado de trabalho aparece na descrição dos pré-requisitos a serem observados durante a seleção dos municípios para implementação do Projeto, afirmando-se que os municípios selecionadores deveriam apresentar uma "taxa elevada de desocupação juvenil, ou seja, jovens fora da escola e de qualquer forma de trabalho (quando a idade permitir)" (Diário Oficial da União de 19/12/2001, p. 5) . O Decreto por sua vez, pontua a questão do preparo dos jovens no âmbito do trabalho no Art. 2° ao relacionar os objetivos:

desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho; promover coleta de dados, de forma sistematizada, das ações desenvolvidas no Programa Agente Jovem, em

âmbito municipal, definindo condições sociais do ingresso e do egresso (Brasil. Decreto nº 4.854 de maio de 2006, p. 3).

A avaliação feita pelo Tribunal de Contas da União sobre essa questão, como vimos, não foi positiva, levando o TCU a formular recomendações acerca do que poderia ser feito para melhorar o desempenho do Projeto. Assim,

(...) propõe ao Ministério da Assistência Social que: estabeleça com o Ministério do Trabalho e Emprego, de forma a priorizar os egressos do Projeto Agente Jovem como público-alvo do Programa Primeiro Emprego ou outras iniciativas que visem a geração de renda e o empreendedorismo (...)(Tribunal de Contas da União, 2004, p. 15).

A avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome também aborda a questão do trabalho, problematizando ainda mais essa questão ao apontar que o desemprego é um elemento de insatisfação tanto para os responsáveis quanto para os jovens, somando a isto problemas relativos ao vínculo empregatício e às condições precárias do trabalho juvenil.

Os responsáveis reclamam da falta de emprego para a faixa etária em que se encontram e da exigência de escolaridade maior do que aquela que possuem. O emprego, tanto para eles como para os jovens, está bastante vinculado ao acesso à formação profissional e à capacitação técnica. Contudo, a oferta de capacitação é sempre privada e com preços inacessíveis, o que também é motivo de queixas. Entre os ex-beneficiários do projeto há um percentual maior de jovens que já haviam trabalhado (cerca de 69%, contra cerca de 61% nos não beneficiários). Em ambos os grupos, porém, os jovens começam a trabalhar principalmente entre 11 e 19 anos. O percentual daqueles que desenvolveram trabalho infantil é idêntico nos dois grupos e bastante significativo, uma vez que 3,5% dos entrevistados declaram que começaram a trabalhar entre 6 e 10 anos. Na faixa de 15 a 19 anos há um maior percentual de ex-beneficiários que já trabalharam. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005, p. 24-25).

O documento aponta ainda que a ocorrência de trabalho entre os jovens não estaria ligada apenas ao nível de escolaridade, mas, à própria condição de vulnerabilidade e risco no qual se encontram visto que os jovens buscam o primeiro emprego para auxiliar no pagamento das despesas domésticas. A avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome não nega a importância da escolarização, destacando inclusive a necessidade de uma ação em conjunto entre iniciativas como a do Projeto Agente Jovem e o Ministério da Educação para que fosse possível aos jovens, de fato, crescerem tanto pessoalmente quanto profissionalmente.

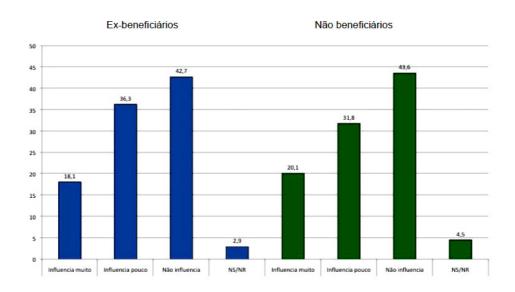
Portanto, a ocorrência de trabalho entre os jovens não é resultado de ganhos de escolaridade que possibilitaram acesso ao mercado de trabalho, mas sim da situação de vulnerabilidade que os leva a deixar de estudar para conseguir renda. (...) Esses resultados nos levam a questionar a excessiva valorização de um possível papel profissionalizante ou de preparação para o mercado de trabalho que alguns atores apontam como necessário ao Agente Jovem. Como foi observado, a inserção no mercado de trabalho sem aumento nos níveis de escolaridade, tendencialmente, não produz possibilidades de mobilidade ascendente para os jovens. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005, p. 26-27).

Não poderíamos encerrar esta análise sem destacar a promoção da integração do jovem do Projeto com suas famílias. Finalidade presente, na Portaria n° 879, como um dos princípios fundamentais do Agente Jovem. Percepção que também aparece no Decreto n° 4.854, em seu Art. 2°, como um dos objetivos chaves do Projeto. Sobre isso, a avaliação feita pelo TCU e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome identificam, de forma semelhante, os impactos da atuação do Projeto junto aos jovens no âmbito da (re)inserção familiar. A compreensão era de que

verificou-se nos grupos focais pouca valorização de relações de amizade e supervalorização das relações intrafamiliares. A família aparece para os jovens como ponto de apoio, em geral para resolução dos problemas cotidianos. Confrontando esses dados com o estudo quantitativo verificamos outro possível resultado positivo do projeto. Os ex-beneficiários têm no geral um melhor relacionamento com suas famílias. A soma das variáveis regular, ruim e péssimo – quando solicitados a classificar o relacionamento com a família – atinge 11,2% entre esses e 15,3% entre os não beneficiários. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005, p. 30).

Além disso, os dados apresentados pela avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome indicaram que os jovens do Projeto possuem opiniões semelhantes acerca de suas próprias possibilidades de impactar o cenário político: 42,7% dos exbeneficiários e 43,6% dos não beneficiários apontam que os jovens não influenciam a política (ver Gráfico 5).

Gráfico 5 - Opinião sobre a influência que o jovem exerce nas políticas



Fonte: Data Uff/MDS, Março 2007

Os ex-beneficiários apontam em maior medida que a política influencia a vida do jovem, embora a diferença para os entrevistados do grupo de não beneficiários seja pequena (menos de quatro pontos percentuais na resposta "não influencia").

Ex-beneficiários

Não beneficiários

45

40

39,1

29,8

29,8

29,8

29,5

20

Influencia muito Influencia pouco Não influencia NS/NR

Influencia muito Influencia pouco Não influencia NS/NR

Gráfico 6 - Opinião sobre a influência da política na vida do jovem

Fonte: Data Uff/MDS, Março 2007

As razões para esta incredibilidade dos jovens na política, na ótica dos avaliadores, podem envolver desde as condições de pobreza, baixa renda, violência, criminalidade, ou até a falta de impacto das políticas públicas adotadas pelo governo para solucionar os problemas sociais. O que se configuraria como um dos principais obstáculos ao Projeto em sua "missão" de tornar os jovens protagonistas, fazendo emergir os paradoxos, reiteradamente repetidos em nossa análise, decorrentes da forma como se tematiza a situação dos jovens que são abordados pelo Projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos nesta pesquisa refletir sobre os discursos em torno da juventude apreendida como alvo de intervenção das políticas públicas. Mais especificamente, procuramos compreender como o discurso do protagonismo juvenil emerge como solução aos problemas enfrentados, pelas políticas de juventude, para sua inclusão social nos marcos de uma cidadania ativa, problematizando a lógica discursiva que permite ao protagonismo tornar-se, ao mesmo tempo, meta e instrumento de formação dos jovens, seja através do seu afastamento das situações de vulnerabilidade, seja transformando-os em promotores do desenvolvimento pessoal e social.

A preocupação em formar os jovens como protagonistas atuantes em suas comunidades, assumindo o papel de agentes multiplicadores perecia-nos, a princípio uma proposta significativa para reverter os índices de exclusão e marginalidade a que estão sujeitos os grupos juvenis, sobretudo aqueles situados nas periferias urbanas. Mas, à medida que a nossa investigação avançava, tanto na sistematização de um referencial teórico-analítico para enfrentar a questão que nos propomos investigar, quanto no momento da análise direta dos documentos que foram selecionados, percebemos gradativamente que o discurso do protagonismo parece se inscrever em uma lógica sedutora a partir da qual se pretende obter a "salvação" para aqueles considerados pelas políticas públicas como estando em situação de risco e vulnerabilidade social.

Não obstante, percebemos também como o discurso do protagonismo vem hegemonizando diferentes instancias sociais que lidam com as questões da juventude: as produções acadêmicas, as ONGs, a mídia e as próprias políticas públicas. O que nos permite concluir que o discurso do protagonismo tem funcionado como uma espécie de paradigma articulando os sentidos em disputa no campo político relativo às questões juvenis na atualidade. Esse paradigma permite que o jovem protagonize, simultaneamente, o papel de objeto a ser protegido pelas políticas públicas, mas também o papel de sujeito de direito. Entendendo-se, nesse último caso, que ser sujeito é seguir o modelo liberal/produtivista de cidadania, no qual os indivíduos são pensados como seguidores das normas e cumpridores das leis.

Logo, uma segunda conclusão desponta dessa investigação. O protagonismo, tal como vem sendo articulado pelas políticas governamentais, indicam um reforço das estratégias

formativas que visam a produção identidades normalizadas, posto que a visão de educação que se extrai dessas intervenções é a de uma educação predominantemente moral e baseada na expectativa de adaptação à ordem social.

Obviamente, no decorrer de nosso estudo podemos nos defrontar com a existência de uma diversidade de usos para o termo protagonismo juvenil. Apesar disso, constatamos também certa homogeneização na forma de lidar com as identidades juvenis na medida em que os jovens, alvos do discurso protagonista, tendem a caracterizar suas identidades sob o signo da falta, da precariedade e da periculosidade, contribuindo para veicular orientações normativas conservadoras que podem, na prática, inviabilizar a formação que se pretende dos jovens a partir do campo do direito.

Além disso, a análise dos resultados obtidos efetivamente pelos projetos governamentais que tem mobilizado o discurso do protagonismo como um objetivo central das intervenções, também indicaram limitações. Como exemplo, tomamos o documento do Tribunal de Contas da União que apontou em suas conclusões acerca do Projeto Agente Jovem a necessidade de priorizar os egressos do programa estabelecendo uma articulação com outras iniciativas como o Programa Primeiro Emprego ou demais ações que visem gerar emprego e renda; a importância de promover canais de comunicação entre Estados e Municípios; o estabelecimento de um plano de ação para regulamentar a prestação de contas relativas ao Projeto e a adoção de indicadores de processos e resultados para o Projeto, desenvolvendo mecanismos de acompanhamento dos agentes jovens.

Estas medidas foram apontadas como indispensáveis para alcançar os impactos quantitativos e qualitativos projetados pelos formuladores do Projeto. Ao mesmo tempo, as avaliações do Projeto que foram apresentadas no último capítulo desta dissertação, também nos conduziram a indagar em que momento será dado o espaço efetivo para as vozes dos sujeitos que são abordados pelos programas e iniciativas governamentais. Acreditamos que essa seja uma questão importante, sobretudo, porque as análises parecem indicar um modo de tematização das condutas dos jovens sob o signo do "desvio" e da "marginalização", o que limita sobremaneira as ações movidas e conectando ao discurso do protagonismo juvenil com práticas de regulamentação bastantes conservadoras no imaginário social e político da sociedade brasileira.

Isso é importante porque mesmo a avaliação de impactos do Projeto Agente Jovem feita pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome indicou que além dos aspectos positivos ressaltados pelos próprios os jovens, ex-beneficiários do Projeto, houve falhas na implementação, sobretudo nos aspectos relativos à permanência dos jovens. Nos

termos do Ministério, além do pouco tempo efetivamente dedicado às ações chaves do Projeto, boa parte das atividades estava desvinculada da proposta pedagógica e dos princípios que se pretendia oferecer aos jovens. Um exemplo claro resultou no baixo percentual de jovens que participaram de atividades nas suas comunidades, comprometendo o eixo mesmo da formação para e pelo protagonismo.

O acompanhamento dos egressos do projeto também foi ressaltado negativamente, pelos documentos analisados, sobretudo no eixo de preparação para o trabalho e integração com as famílias. Sem dúvidas, a intervenção apresentou resultados positivos como o aumento da permanência do jovem no sistema formal de ensino e a diminuição das práticas consideradas nocivas à saúde pessoal dos jovens. No entanto, o seu conjunto, é possível questionar a efetividade dos resultados, entendendo que o discurso do protagonismo visa uma forma de atuação dos jovens não apenas reativa aos problemas existentes, mas uma atuação que caminhe na mobilização dos diferentes grupos juvenis para uma articulação em que suas demandas sejam colocadas com autonomia no espaço público, gerando formas concretas de participação social.

Situação que ainda parece não ter sido alcançado pelo Projeto Agente Jovem. É importante ressaltar que este estudo focalizou os documentos normativos e avaliativos produzidos pelos gestores do Projeto. Desse modo, as conclusões expressas não pretendem um caráter definitivo ou absoluto. Seriam necessárias incursões no próprio campo da implementação para perceber como gestores, formadores, as famílias e os próprios jovens que atuaram nesse Projeto assimilaram suas intencionalidades formativas e constituíram suas identidades no âmbito político.

Apesar disso, nos limites estreitos que colocamos para o desenvolvimento dessa pesquisa, permitem afirmar que o discurso do protagonismo, presente nas políticas governamentais, em especial, no Projeto Agente Jovem, tende a homogeneizar a compreensão das identidades juvenis e consequentemente os problemas que afetam os diferentes grupos juvenis, omitindo conflitos e desigualdades, além de responsabilizar os jovens pela própria mudança que as políticas pretendem lhe oferecer. Situação presente também nos discursos do protagonismo produzidos pela mídia e pelas organizações não governamentais e mesmo pelos pesquisadores.

O propósito mais amplo que inspirou a formulação desse trabalho foi o desejo de contribuir com novos modelos de gestão das políticas de juventude, nos quais a percepção dos grupos juvenis seja menos estereotipada e que as intervenções levem em consideração suas demandas existenciais, sociais, educacionais e políticas concretas. Desta forma, chamamos a

atenção para a realidade histórica a partir da qual os projetos governamentais são formulados, pois consideramos que apenas a partir do conhecimento sobre os caminhos já percorridos, somado as teorias e ao vivo na prática social é que será possível ampliar debates e soluções para a problemática da juventude. Neste sentido, tomamos como ponto base a perspectiva de Laclau (1997)

Si queremos intervir en la historia de nuestro tiempo y no hacerlo ciegamente, debemos esclarecer en la medida de lo posible el sentido de las luchas en las que participamos y de los cambios que están teniendo lugar ante nuestros ojos. Es necesario, por conseguinte, templar nuevamente las "armas de la crítica". (Laclau, 2003, p. 111).

Assim, o pensar em torno da condição juvenil, apoiando-se nessa perspectiva, exige levar em conta as lutas, desafios e perigos em que estamos imersos, ao mesmo tempo em que nos voltamos para interrogar o passado e com ele estabelecer um diálogo em torno de continuidades e descontinuidades, identificações e rupturas; não fazendo do passado uma origem absoluta. Nesta ótica, a luta dos jovens não deve ser percebida como uma luta isolada, mas articulada com outras forças sociais em curso.

Este é o motivo, inclusive, pelo qual os efeitos esperados pela ação das políticas podem ser contrários ao vivenciado, pois, uma política da pura diferença pode produzir na vida dos jovens uma situação excludente devido à produção de rótulos que limitam e circunscrevem a ação desses atores, gerando visões reducionistas e estigmatizadas. Partindo do pensamento de Laclau e Mouffe (2005), destacamos que a representação da juventude e de seus contextos é uma realidade construída discursivamente, e por isso impossibilitada de assumir uma representação universalista, ou melhor, um conceito universalizante e englobante da totalidade dos sujeitos juvenis. O discurso do protagonismo juvenil se constitui e é constituído de elementos que não são pré-existentes ao complexo relacional, mas se constituem através deles. Portanto, as identidades juvenis são constituídas a partir de ordens discursivas disputando sentidos, entre os variados espaços sociais.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Las politicas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadania y nueva condición juvenil. Última Década. Viña del Mar : CIDPA, n. 16, 2002.

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano.** São Paulo : Scritta/Anpocs, 1994.

_____. **Juventude, política e cultura.** Fundação Perseu Abramo : Revista Teoria e debate. n. 45, jul./ago./set, 2000.

ABRAMOWAY, Mirian. Gangues, galeras, chegados e rappers: Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília. Rio de Janeiro: Gramond, 1999.

ABROMAVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina:** desafios para as políticas públicas. Brasília : UNESCO, BID, 2002.

_____. Ensino Médio: Múltiplas Vozes. Brasília, UNESCO, 2003.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 2. ed, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da identidade**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8069 de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro : Fundação para a Infância e Adolescência, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

BRASIL. **Decreto de nº 4.854**, Brasília, maio de 2006.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742, Brasília, 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Portaria de nº 879**, Brasília, 03 de dezembro de 2001.

BRASIL. Secretaria de Estado de Assistência Social. Portaria nº 1.111, Brasília, 06 de junho de 2000.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Avaliação do TCU sobre o Projeto Agente Jovem.** Brasília : TCU, Secretária de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.

BURITY, Joanildo. **Desconstrução, hegemonia e democracia:** o pós-marxismo de Ernesto Laclau. Disponível em: http://www.rizoma.net/interna.php?id=185&secao=intervencao. Acessado em 01/06/2009.

CASTRO, Mary Garcia. Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza. 3. ed. Brasil: UNESCO, Banco Interamericano, 2001.

CEPAL e UNESCO. Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur. Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

COSTA, Antonio C. Gomes da. Protagonismo juvenil: educação para a cidadania.

Instituto Paulista de Adolescência. São Paulo : Pais &Teens, ano 2, n. 6, p. 25, nov./dez/jan. 1997/98.

______. Mais que uma lei. São Paulo : Instituto Ayrton Senna, 1997.

______. Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Salvador : Fundação Odebrecht, 2000

_____. O protagonismo juvenil passo a passo: um guia para o educador. Belo Horizonte

DAYRELL, Juarez. **O** *rap* **e** o *funk* **na socialização da juventude.** São Paulo : Revista da Faculdade de Educação, 2002.

EDUCAR. Fundação Educar DPaschoal. **Protagonismo juvenil: a visão da Educar.** Campinas, SP: 2001. Disponível em: http://www.educar.com.br. Acesso em: 25 set. 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II**. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1978.

Vigiar e Punir. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis : Vozes, 1997
. Os Anormais. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

: Editora UFMG, 2001.

FREITAS, Maria Virgínia de. **Formação de redes: a experiência da Ação Educativa.** In: NOVAES, Regina Reyes; PORTO, Marta e HENRIQUES, Ricardo (orgs.). Comunicações do ISER. Juventude, Cultura e Cidadania. Rio de Janeiro : ISER, 2008.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta.** São Paulo : Cortez, Ação Educativa, Assessoria de Pesquisa e Informação e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

GOHN, Maria da Glória. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo : Cortez, 2005.

GUIA de políticas públicas para juventude. Brasília : Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

GUIMARÃES, Maria Eloísa. **Juventude(s) e periferia(s) urbanas.** São Paulo : Revista Brasileira de Educação., 1981

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte : Editora UFMG, 2003.

IIDAC. Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania. Disponível em: flpj////.iidíiç.org.br. Acesso em: 12 set. 2009.

INSTITUTO ALIANÇA. Disponível em: http://www.institutoalianca.org.br/ Acesso em: 09 out. 2009.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Disponível em: http://www.ayrtonsenna.kit.net/site.html Acesso em: 30 set. 2009.

INSTITUTO AYRTON SENNA, UNESCO, GIFE, FIESP/CIESP. Manifesto aos candidatos à Presidência da República. São Paulo: jul. 2002. Disponível em: http://sentidos.uol.com.br/canais/materia.asp?codpag=2682&cod_canal=8 Acesso em: 30 set. 2009.

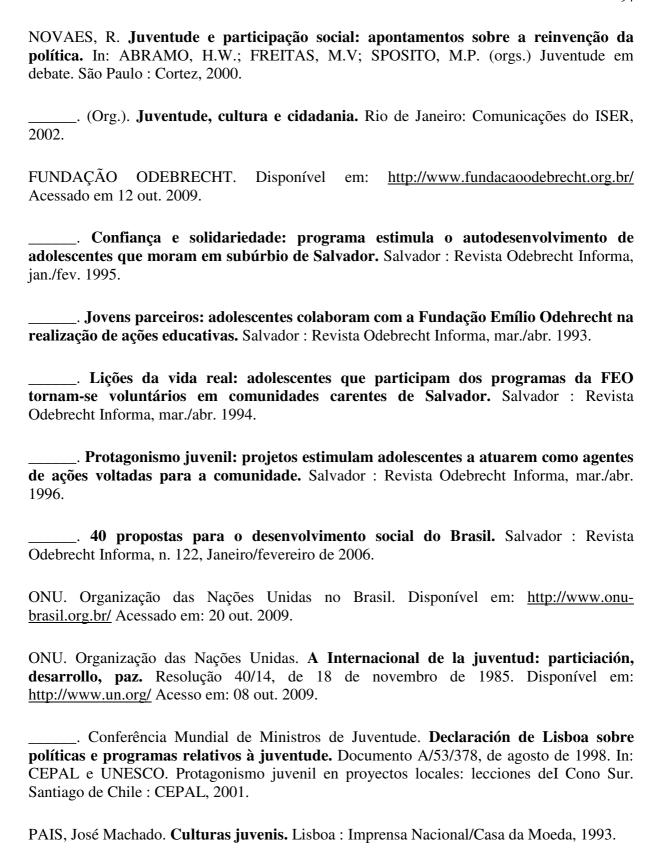
INSTITUTO CIDADANIA. Projeto juventude: documento de conclusão. (Versão inicial para discussão, complementação e ajustes). São Paulo : Instituto Cidadania, 2004.

Dispoinível em:	http://www2.fpa.org.br/conteudo/site-instituto-cidadania	Acessado
em: 28 set. 2009.		

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo.** Buenos Aires : Nueva Visión, 1993.

	(ed.) The Making of Political Identites. London: Verso, 1994.
	Emancipación y diferencia . Buenos Aires : Ariel, 1996.
 1997.	Sujeito da Política, Política do sujeito. Recife: Revista Política Hoje, vol. 4, n. 7,

Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo: Posmaxismos sin pedido de disculpas. Bueno Aires : Ediciones Nueva Visión, 2003.
La razón populista. Buenos Aires : Fondo de Cultura Econômica, 2005.
Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: Amaral, Jr. A.; BURITY, J. (org). Inclusão social, identidade e diferença perspectiva pós-estruturalista de análise social. 1 ed. São Paulo : Anna Blumé, 2006
Sujeito da política, política do sujeito. In: Política Hoje. Tradução: Joanildo A. Burtiy. Recife: Revista semestral do Mestrado em Ciência Política da UFPE. v.4, n. 7, 2007
LACLAU & MOUFFE. El Fracaso de las utopías políticas . Montivideo : Cuadernos de Marcha, 1990.
Hegemony and Socialist Strategy . Towards a Radical Democratic Politics. London : Verso, 1985.
MENDONÇA, D. de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. Rio Grande do Sul : Ciências Sociais Unisinos, vol. 43, n. 3, 2007.
MINAYO, Maria Cecília de Souza. Fala galera. Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Garamond, 1999.
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Projeto Agente Jovem: avaliação de seus impactos. Brasília : Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. n. 8, 2008.
MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo : Cortez, 2002.
MOUFFE, Chantal (ed). Gramsci & Marxist Theory . London: RKP, 1979.
The Democratic Paradox . London: Verso, 2000.
Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In: Política e Sociedade. Florianópolis, UFSC, Cidade Futura : Revista de Sociologia Política/UFSC, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, v.1, n. 3, 2003.
Por um modelo agonístico de democracia. Curitiba : Revista de Sociologia e Política. n. 25: 2005.



PAIS&TEENS. Publicação trimestral do Instituto Paulista de Adolescência. São Paulo, ano 2,

n. 6, nov./dez./jan. 1997/98.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. **A criança e o adolescente no cenário de redemocratização: representações sociais em disputa.** Fortaleza : Editora Universitária da Universidade Federal do Ceará, 2001.

INSTITUTO PROTAGONISTÉS. Instituto de Protagonismo Jovem e Educação. Disponível em: http://www.protagonistes.org.br/ver_curso.asp?id=4 Acesso em: 10 out. 2009.

RABÊLLO, Maria Eleonora D. Lemos. **O que é protagonismo juvenil?** Disponível em: http://www.cedeca.org.br/PDF/protagonismo_juvenil_eleonora_rabello.pdf Acesso em: 27 out. 2009.

RICCI, Rudá. **O protagonismo juvenil e a crise das instituições modernas.** Disponível em: http://www.cultiva.org.br/texto_publi/protagonismo_juvenil_3.pdf Acesso em: 23 out. 2009.

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Por uma Sociologia da Juventude: releituras contemporâneas.** In: Raud-Mattedi, Cécile (Org.). Florianópolis : Revista de Sociologia Política. Políticas & Sociedade. v. 5, n. 8, 2006.

SPOSITO, Marilia Pontes. **Estudos sobre a juventude em educação.** São Paulo : Revista Brasileira de Educação Juventude e Contemporaneidade, 1997.

_____. **Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil**. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F.C. (orgs.). Políticas públicas de juventude. Juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2003.

_____. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In ABRAMO, H. e BRANCO, Pedro Paulo (orgs). Retratos da juventude brasileira. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo : Instituto da Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

_____. (Org.). Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo sobre ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo : Global, 2007.

SPOSITO, Marília Pontes, CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e políticas públicas no Brasil.** São Paulo : Revista Brasileira de Educação, set/out/nov/dez, 2003.

SPÓSITO, Marília Pontes (Org.); FÁVERO, Osmar; CARRANO, Paulo; NOVAES, Regina Reys. **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

SPÓSITO, Marília Pontes (Org.); SILVA, Hamilton Haley de Carvalho; SOUZA, Nilson Alves de. **Juventude e Poder Local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas.** São Paulo : Revista Brasileira de Educação, n. 32, maio/set de 2006.

SOUZA, R.M. O discurso do protagonismo juvenil. São Paulo: Paulus, 2008.

TOMMASI, Lívia de. Preocupações e polêmicas marcam o direito ao trabalho. Rio de Janeiro : Democracia Viva: Especial Juventude e política, n.30, 2005.

UNESCO, Política públicas de/para/com juventude. Brasília : UNESCO, 2004.

_____. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Representação no Brasil. Brasília : UNESCO, 2005.

_____. Juventude e contemporaneidade. Brasília : UNESCO/ MEC/ANPEd, 2007.

ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In:

ZALUAR, A. Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, H. (Org.). Galeras cariocas, territórios de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora Universitária da UFRJ. 1997.